



## PLANO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO



FUNDO  
ASILO, MIGRAÇÃO  
E INTEGRAÇÃO



UNIÃO EUROPEIA



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



SGMAI  
SECRETARIA  
GERAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

*É urgente o amor.  
É urgente um barco no mar.  
É urgente destruir certas palavras,  
ódio, solidão e crueldade,  
alguns lamentos,  
muitas espadas.*

*É urgente inventar a alegria,  
multiplicar os beijos, as searas.  
É urgente descobrir rosas e rios,  
e manhãs claras.*

*Cai o silêncio nos ombros e a luz,  
impura, até doer.  
É urgente o amor, é urgente  
Permanecer.*

**Eugénio de Andrade**



## FICHA TÉCNICA

As opiniões expressadas neste relatório são as opiniões dos autores e não, necessariamente, as do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

**Fotografias:** Facebook page: *The Eyes of the Children Around The World*  
@(giovannaphotography, omarreda, photone\_58, ibrahimsimsek02, patrycjahorn, facesof.asia, imgvicky)

**Autores:** Ana Teresa Fernandes

@Figueira de Castelo Rodrigo, 2020

# ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS .....	8
LISTA DE GRÁFICOS .....	9
LISTA DE QUADROS .....	13
INTRODUÇÃO .....	17
<b>1. A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES .....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 FIGUEIRA ACOLHE – PORQUÊ A CRIAÇÃO DE UM PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES? .....</b>	<b>19</b>
<b>1.2 ANÁLISE METODOLÓGICA .....</b>	<b>25</b>
<b>2. DO CONTEXTO INTERNACIONAL À REALIDADE LOCAL .....</b>	<b>36</b>
<b>2.1 ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL .....</b>	<b>36</b>
<b>2.2 ENQUADRAMENTO NACIONAL .....</b>	<b>42</b>
<b>2.3 ENQUADRAMENTO LOCAL – ANÁLISE DEMOGRÁFICA E TERRITORIAL DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO .....</b>	<b>49</b>
<b>2.4 ENQUADRAMENTO LOCAL – ANÁLISE DEMOGRÁFICA DO INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA .....</b>	<b>64</b>
<b>3. DIAGNÓSTICO LOCAL .....</b>	<b>77</b>
<b>I. SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO .....</b>	<b>77</b>
<b>II. URBANISMO E HABITAÇÃO .....</b>	<b>83</b>
<b>III. MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO .....</b>	<b>87</b>
<b>IV. EDUCAÇÃO E LÍNGUA .....</b>	<b>108</b>
<b>V. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO .....</b>	<b>116</b>
<b>VI. CULTURA .....</b>	<b>120</b>
<b>VII. SAÚDE .....</b>	<b>124</b>
<b>VIII. SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL .....</b>	<b>133</b>
<b>IX. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA .....</b>	<b>139</b>
<b>X. MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA .....</b>	<b>148</b>

XI.	RACISMO E DISCRIMINAÇÃO .....	151
XII.	RECONHECIMENTO E PREVENÇÃO DE PRÁTICAS TRADICIONAIS NEFASTAS .....	156
XIII.	RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	157
XIV.	RELIGIÃO .....	159
XV.	IGUALDADE DE GÉNERO.....	162
3.1	ANÁLISE ESTRATÉGICA .....	167
4.	FIGUEIRA ACOLHE – PLANO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO .....	179
4.1	Plano Estratégico .....	179
4.2	Plano Operacional .....	183
5.	PLATAFORMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO .....	191
6.	MODELO DE GOVERNAÇÃO – SOMOS FIGUEIRA .....	194
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS .....	195
	<b>ANEXO I – Inquérito por Questionário aos Migrantes de FCR</b>	
	<b>ANEXO II – Entrevistas Por Questionário aos Técnicos/Representantes Institucionais</b>	

## LISTA DE ACRÓNIMOS

ACeS – Agrupamento de Centros de Saúde

ACG - Associação do Comércio e Serviços do Distrito da Guarda;

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

AE – Agrupamento de Escolas

APEE - Associação de Pais e Encarregados de Educação;

CEE - Comunidade Económica Europeia

CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração

FCR – Figueira de Castelo Rodrigo

FEINPT - Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros

FRONTEX - Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional de Fronteiras Externas

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

GMI – Gabinete de Mediação Intercultural

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

EUROSUR - Sistema Europeu de Vigilância de Fronteiras

IMAD - Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade Cultural

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS – Instituto da Segurança Social

MIPEX – Migrant Integration Policy Index

NPT – Nacional de País Terceiro

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCSD - Política Comum de Segurança e Defesa

PDSCFCR – Plano de Desenvolvimento Social de Figueira de Castelo Rodrigo

PEM - Plano Estratégico para as Migrações

PESC - Política Externa e de Segurança Comum

PEV – Política Europeia de Vizinhança

PMII – Plano Municipal para a Integração de Imigrantes

PMIM – Plano Municipal para a Integração de Migrantes

PPT – Português Para Todos

RDC – República Democrática do Congo

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SNS – Sistema Nacional de Saúde

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

UE – União Europeia

ULS – Unidade Local de Saúde

USP – Unidade de Saúde Pública

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Número de Residentes Estrangeiros a residir em Portugal em 2018 por distrito e respetiva evolução percentual em relação ao ano transato.....	46
Figura 2. Distrito da Guarda – Municípios.....	48
Figura 3. Freguesias do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.....	50

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - As Nacionalidades Mais Rep Percentagem de Mulheres e Homens Inquiridos.....	29
Gráfico 2. Faixas Etárias dos Inquiridos (%).....	29
Gráfico 3. Estado Civil dos Inquiridos (%).....	30
Gráfico 4. País de Origem dos Inquiridos (%).....	30
Gráfico 5. Número de Anos a Residir em Portugal (Figueira de Castelo Rodrigo) (%).....	31
Gráfico 6 – Motivos que Conduziram ao Abandono dos Seus Países de Origem (%).....	31
Gráfico 7 – Motivos para Escolher Figueira de Castelo Rodrigo (Portugal) para Residir (%).....	32
Gráfico 8 - As Nacionalidades Mais Representativas em Portugal 2018.....	42
Gráfico 9 - Número de Imigrantes por Género e Faixa Etária 2018.....	43
Gráfico 10 - Número de Pedidos de Nacionalidade em Portugal 2018.....	44
Gráfico 11 - População Residente (Nº) no Município de Figueira de Castelo Rodrigo entre 2011 e 2018.....	51
Gráfico 12 - População Residente (Nº) no Município de Figueira de Castelo Rodrigo por faixa etária, no ano de 2018. ....	52
Gráfico 13 - População Residente (Nº) no Município de Figueira de Castelo Rodrigo por género (masculino e feminino) no ano de 2018. ....	53
Gráfico 14 - População Estrangeira (Nº) no Município de Figueira de Castelo Rodrigo Anual para o período entre 2013 e 2018. ....	56
Gráfico 15 - População Estrangeira que Solicitou Estatuto de Residente (Nº) no Município de Figueira de Castelo Rodrigo Anual para o período entre 2013 e 2018. ....	57
Gráfico 16 - Saldo Migratório (Nº) no Município de Figueira de Castelo Rodrigo Anual para o período entre 2011 e 2018. ....	58
Gráfico 17 - Número de Estrangeiros Residentes em FCR por Nacionalidade - 2008 e 2018.....	60
Gráfico 18 - Número de NPTs Residentes em FCR por Nacionalidade - 2008 e 2018.....	61
Gráfico 19 - Percentagem de Alunos Inscritos no IPG para o ano Letivo 2019/2020 – Alunos Estrangeiros, Alunos Nacionais de Países Terceiros e Alunos de Nacionalidades Portuguesa.....	65

Gráfico 20 – Nacionalidades de Alunos Internacionais Inscritos no IPG para o ano Letivo 2019/2020 - %.....	66
Gráfico 21 – A Quem Recorrem os Imigrantes Quando Têm Dúvidas em Relação A Coisas do Quotidiano (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	78
Gráfico 22 – Conhecimento de Serviços de Atendimento Especializado ao Migrante (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	78
Gráfico 23 – Conhecimento de Serviços de Mediação Cultural em Figueira de Castelo Rodrigo (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	79
Gráfico 24 – Espaços Públicos de Interesse (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	83
Gráfico 25 - Conhecimento de Serviços de Apoio Específico no Mercado de Trabalho (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	97
Gráfico 26 - Serviços de Apoio ao Migrante - Mercado de Trabalho (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	98
Gráfico 27 - Dificuldades Sentidas no Acesso aos Serviços Locais de Emprego/Formação (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	98
Gráfico 28 - Situação Face ao Emprego (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	99
Gráfico 29 - Profissão (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	99
Gráfico 30 - Satisfação Face ao Emprego (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	100
Gráfico 31 - Confiança na Possibilidade de Progressão Laboral Local (%)– NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	101
Gráfico 32 - Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo – Promoção da Interculturalidade (%) – Como os NPTs acreditam que a interculturalidade é promovida nas Escolas - (%)– NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	112
Gráfico 33 - Frequência em Cursos de Aprendizagem da Língua Portuguesa 8 (%) – se já alguma vez participou numa ação de aprendizagem de português - (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	113
Gráfico 34 - Participação em Ações de Formação Profissional (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	116
Gráfico 35 - Promoção da Diversidade na Cultura – Será que os eventos culturais de Figueira de Castelo Rodrigo espelham a sua diversidade cultural (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	120

Gráfico 36 - Locais Culturais – Onde acreditam que ocorrem os eventos culturais em Figueira de Castelo Rodrigo (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	121
Gráfico 37 - Dificuldades Sentidas no Acesso aos Serviços de Saúde Locais – Se já sentiu ou não (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	129
Gráfico 38 - Dificuldades Sentidas no Acesso aos Serviços de Saúde Locais - (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	129
Gráfico 39 - Conhecimento de Entidades de Ação Social – Se conhece ou não(%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	134
Gráfico 40 - Conhecimento de Situações de Carência Económica entre a População Migrante de Figueira de Castelo Rodrigo – se pensa que existem, não existem ou não sabe (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	135
Gráfico 41 - Está recenseado? (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	142
Gráfico 42 - Frequência com que Vota nas Eleições (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	143
Gráfico 43 - Acredita que a Criação de uma Associação de Migrantes em Figueira de Castelo Rodrigo seria Positivo? (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	143
Gráfico 44 - Mantem Contato com Familiares no País de Origem (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	148
Gráfico 45 - Meios de Comunicação com Familiares no País de Origem (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	148
Gráfico 46 - Já foi vítima de racismo/preconceito/discriminação/xenofobia (%) -NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	151
Gráfico 47 - Acredita que Existe Racismo em Figueira de Castelo Rodrigo (%) -NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	151
Gráfico 48 - Quantificação do Racismo em Figueira de Castelo Rodrigo (%) -NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	152
Gráfico 49 - Conhecimento de Entidades para a Denúncia de Situações de Racismo (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	153
Gráfico 50 - Conhecimento de Práticas Tradicionais Nefastas (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	155
Gráfico 51 - Religião (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	158
Gráfico 52 - Os Espaços de Culto de Figueira de Castelo Rodrigo Refletem a Diversidade Religiosa do Concelho? (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	159

Gráfico 53 - Seria Positivo a Criação de Espaços Inter-Religiosos? (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.....	159
Gráfico 54 - Desigualdade de Género em Figueira de Castelo Rodrigo (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	162
Gráfico 55 - Evolução das Situações de Desigualdade de Género no Concelho (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	163
Gráfico 56 - Posicionamento Perante as Afirmações (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	164
Gráfico 57 - Quais as Vantagens de Viver em Figueira de Castelo Rodrigo – Concelho - (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	166
Gráfico 58 - Quais as Vantagens de Viver em Figueira de Castelo Rodrigo – Concelho - (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	167
Gráfico 59 - Sugestões para Melhorar o Acolhimento/Integração de Novos Locais – Concelho - (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo. ....	168

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População Estrangeira no Distrito da Guarda, por nacionalidade, em 2018.....	54
Quadro 2 - Número de Estrangeiros Residentes em FCR por Nacionalidade - 2008 e 2018.....	59
Quadro 3 - Número de NPTs Residentes em FCR por Nacionalidade - 2008 e 2018.....	61
Quadro 4 – Alunos Internacionais Inscritos no IPG por País de Origem – 2019/2020 – Nº e %.....	65
Quadro 5 - Matriz de Stakeholders Primários.....	67
Quadro 6 - Matriz de Stakeholders Secundários.....	73
Quadro 7 – Análise SWOT para os Serviços de Acolhimento e Integração.....	81
Quadro 8 – Parque Habitacional de Figueira de Castelo Rodrigo.....	82
Quadro 9 – Análise SWOT para o Urbanismo e Habitação.....	85
Quadro 10 - Desempregados por 100 empregados: total e por sexo – Onde há mais e menos desempregados por 100 - (%).....	87
Quadro 11 -Empregados por 100 ativos segundo os Censos: total e por sexo – Onde há mais e menos pessoas a trabalhar por 100 ativos - (%).....	87
Quadro 12 - População desempregada segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo - Onde há mais e menos desempregados sem instrução ou com o ensino básico, secundário ou superior? .....	88
Quadro 13 - População empregada segundo os Censos: total e por situação na profissão principal - Onde há mais e menos trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria, patrões ou não? .....	89
Quadro 14 - Trabalhadores por conta de outrem: total e por tipo de contrato - Onde há mais e menos empregados com contratos permanentes ou a prazo? .....	90
Quadro 15 – Total de empresas no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.....	92
Quadro 16 - Empresas do setor da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca.....	92
Quadro 17 - Empresas do setor do Comércio por grosso e a retalho.....	93
Quadro 18 - Empresas do setor das Indústrias Transformadoras.....	93
Quadro 19 -Empresas do setor da Construção Civil. ....	93

Quadro 20 - Empresas do setor da Saúde Humana e Apoio Social.....	94
Quadro 21 - Empresas do setor de Atividades Administrativas e Serviços de Apoio.....	94
Quadro 22 - Empresas do setor de Outras Atividades de Serviços.....	94
Quadro 23 - Empresas do setor de Educação.....	95
Quadro 24 - Empresas do setor de Atividades Imobiliárias.....	95
Quadro 25 - Empresas do setor de Atividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas.....	95
Quadro 26 - Empresas do setor de Informação e Comunicação.....	96
Quadro 27 - Empresas do Setor de Transporte e Armazenagem.....	96
Quadro 28: Empresas do setor Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio.....	96
Quadro 29: Empresas do setor Captação, Tratamento e Distribuição de Água.....	97
Quadro 30 – Análise SWOT para o Mercado de Trabalho e Empreendedorismo.....	106
Quadro 31 - Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: por nível de ensino - Onde há mais e menos escolas do pré-escolar, básico ou secundário? Estabelecimento de ensino.....	108
Quadro 32: Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino - Onde há mais e menos estudantes a frequentar o pré-escolar, básico ou secundário? .....	109
Quadro 33: Sucesso Escolar entre os anos de 2016 e 2018 (%).....	110
Quadro 34: População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos (%) - Onde há maior e menor percentagem de pessoas sem instrução ou com o ensino básico, secundário ou superior? .....	111
Quadro 35: Análise SWOT para a Educação e Língua.....	114
Quadro 36 – Análise SWOT para a Capacitação e Formação.....	118
Quadro 37 – Análise SWOT para a Cultura.....	122
Quadro 38 - Estruturas de saúde Existentes em Figueira de Castelo Rodrigo (Concelho) – Número.....	124
Quadro 39 - Habitantes por centro de saúde e extensão - Onde há mais e menos pessoas, em média, por unidade de saúde que presta cuidados primários? – Rácio.....	125

Quadro 40 - SNS: consultas médicas nos centros de saúde, por algumas especialidades médicas (1993-2012) - Onde há mais e menos pacientes observados por médicos de medicina geral e familiar, medicina dentária, ginecologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, pediatria ou outras.....	126
Quadro 41 - SNS: consultas médicas nos centros de saúde por habitante (1993-2012) - Onde há, em média, por pessoa, mais e menos pacientes a serem observados nas unidades básicas do Serviço Nacional de Saúde? .....	127
Quadro 42 - Habitantes por médico e farmacêutico - Onde há mais e menos pessoas, em média, por médico ou farmacêutico? Rácio.....	128
Quadro 43 – Análise SWOT para a Saúde.....	131
Quadro 44 – Análise SWOT para a Solidariedade e Resposta Social.....	137
Quadro 45. Eleitores nas eleições para as Autarquias Locais: total, votantes e abstenção - Onde há mais e menos pessoas que podem votar, que votam e que se abstêm nas eleições autárquicas? Indivíduo.....	138
Quadro 46 - Eleitores nas eleições para a Assembleia da República: total, votantes e abstenção - Onde há mais e menos pessoas que podem votar, que votam e que se abstêm nas eleições legislativas? Indivíduo.....	140
Quadro 47 - Eleitores nas eleições para a Presidência da República: total, votantes e abstenção - Onde há mais e menos pessoas que podem votar, que votam e que se abstêm para eleger o Presidente da República? Indivíduo.....	141
Quadro 48 - Recenseados: total e por nacionalidade - Onde há mais e menos cidadãos nacionais ou estrangeiros que podem votar? Indivíduo.....	142
Quadro 49 - Associações de Figueira de Castelo Rodrigo – Nome e Local.....	144
Quadro 50 – Análise SWOT para a Cidadania e Participação Cívica.....	146
Quadro 51 – Análise SWOT para a Media e Sensibilização da Opinião Pública.....	149
Quadro 52 – Análise SWOT para o Racismo e Discriminação.....	153
Quadro 54 – Análise SWOT para as Relações Internacionais.....	157
Quadro 55 – Análise SWOT para a Religião.....	160
Quadro 56 – Análise SWOT para a Igualdade de Género.....	165
Quadro 57 – Análise Estratégica do Diagnóstico Local.....	169
Quadro 58 – Plano Estratégico.....	178

Quadro 59 – Plano Operacional.....181



FUNDO  
ASILO, MIGRAÇÃO  
E INTEGRAÇÃO



UNIÃO EUROPEIA



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



SGMAI  
SECRETARIA  
GERAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ACM

AGÊNCIA EXECUTIVA PARA AS MIGRAÇÕES, S.P.

# INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo recebe a denominação de *Figueira Acolhe* e é desenvolvido pelo Município de Figueira de Castelo Rodrigo, sendo promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações e apoiado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração.

Todos os pormenores acerca dos Planos Municipais para a Integração de Migrantes e o Figueira Acolhe, em particular, serão apresentados ao longo deste relatório; contudo, pode-se já adiantar que estes projetos são constituídos por duas fases nucleares: a da conceção do projeto e a da implementação do mesmo.

O relatório que aqui se afigura corresponde à primeira fase referida, a conceção do Plano Municipal de Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo – *Figueira Acolhe*.

A construção deste relatório procurou estar sempre em linha com os princípios de inclusividade e as abordagens bottom-up salientadas pelo ACM, procurando salvaguardar o objetivo central deste projeto que se traduz em:

“Contribuir para a construção de níveis superiores de integração, assentes no trabalho conjunto e devidamente articulado entre todos os atores, essencial para a definição de estratégias que garantam uma atuação concertada das diferentes entidades na área das migrações, tendo em vista uma mudança social e promovendo um salto qualitativo e eficaz nas políticas de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal.” (ACM, 2015:9)

Desta sorte, o primeiro capítulo deste relatório dedicar-se-á a explicar de forma detalhada o que são os Planos Municipais para a Integração de Migrantes e o porquê da criação de um projeto desta natureza no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. A segunda parte deste primeiro capítulo ocupar-se-á das considerações metodológicas subjacentes ao presente projeto. Pese embora, todas estas questões estejam devidamente discutidas neste capítulo, pode-se adiantar que apesar das dificuldades surgidas em consequência da crise mundial da pandemia COVID 19, o Figueira Acolhe manteve uma metodologia participativa e inclusiva, dentro das evidentes e incontornáveis limitações.

O segundo capítulo ocupar-se-á de fazer o devido enquadramento social, político, económico, demográfico e humano de todas as questões pertinentes ao fenómeno migratório e às dinâmicas por ele produzidas, começando por uma perspetiva internacional, passando para a

nacional até chegar a uma análise demográfica e territorial do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

O terceiro capítulo corresponderá ao Diagnóstico Local e é aqui que se efetuará o estudo mais profundo dos níveis de acolhimento e integração de migrantes no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo em diversas áreas temáticas, sugeridas pelo ACM.

Desta forma, neste capítulo serão expostas todas as considerações e resultados das metodologias aplicadas quer a migrantes, quer a técnicos ou representantes institucionais, bem como, dados e informações recolhidos junto de fontes primárias, tais como Relatórios Locais e institutos de recolhas estatística (INE, Pordata, etc). Todas estas *semi-conclusões* e considerações serão expostas por área temática e no final de cada uma será elaborada uma análise SWOT – ou seja, uma análise dos fatores internos e externos, positivos e negativos, sobre as dinâmicas que orbitam em torno da promoção da integração e inclusão de migrantes, para a respetiva área estudada.

Realizado e finalizado este Diagnóstico Local, será ainda, elaborada uma análise estratégica do mesmo que nos servirá de ponte para o quarto capítulo, no qual serão construídos os planos estratégicos e operacionais a serem executados na fase seguinte do projeto e, naturalmente, tendo por base o Diagnóstico Local previamente realizado.

Seguindo as diretrizes emanadas pelo ACM, no capítulo quinto, poder-se-á consultar informações sobre a Plataforma de Monitorização e Avaliação do Plano constituída com o objetivo de salvaguardar uma atuação concertada, inclusiva e participativa de todos os *stakeholders* que participam nas dinâmicas de interculturalidade do concelho.

Ainda nesta lógica, no capítulo sexto, é apresentado o Modelo de Governação adotado para garantir que o Figueira Acolhe segue os trâmites mais eficazes e consolidados de execução.

# 1. A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

## 1.1 FIGUEIRA ACOLHE – PORQUÊ A CRIAÇÃO DE UM PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES?

A evolução crescente dos fenómenos migratórios a nível internacional é espelhada nas realidades nacionais e locais que se tornam cada vez mais coloridas e heterogéneas. Os fluxos migratórios em Portugal têm apresentado, nos últimos anos, valores consideravelmente positivos e o número de estrangeiros residentes em Portugal parece atingir um novo recorde desde, pelo menos, 1976.

Em termos qualitativos, desde 2003 que temos assistido a uma evolução muito positiva, quer no âmbito das políticas, quer das práticas de acolhimento e integração de migrantes – sendo Portugal apontado, frequentemente, como um exemplo europeu e mundial de boas práticas no acolhimento e integração de migrantes (MIPEX, 2016).

Para este cenário, muito têm contribuído as intervenções do Estado ao nível da administração central e local, bem como das organizações da sociedade civil e das próprias comunidades de imigrantes. Não obstante, a procura de níveis superiores de integração é uma constante e para esse efeito é necessária a definição de estratégias abrangentes e eficazes que garantam uma atuação concertada de todas as entidades que trabalham na área, quer a nível nacional, quer a nível local. É neste contexto que surgem os Planos Nacionais para a Integração de Migrantes (2007-2009 e 2010-2013) e o Plano Estratégico para as Migrações (PEM) 2015-2020. A criação de uma Rede de Centros Locais de Apoio à Integração Imigrantes – Rede CLAI - tem sido um ótimo instrumento de aproximação e concertação das estratégias de integração local e é neste espírito que o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), lançou o desafio à conceção dos Planos Municipais de Integração de Migrantes (PMIM), financiados pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), que teve a participação de 21 municípios.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Hoje em dia, os PMIM, são promovidos pelo ACM e financiados pelo FAMI – Fundo para o Asilo, Migração e Integração.

Os Planos Municipais de Integração de Migrantes surgem a partir da Medida 1 do PEM que prevê a *“criação de 50 planos locais para as migrações enquanto ferramenta de desenvolvimento de políticas locais na área do acolhimento e integração de migrantes.”*

## O QUE SÃO OS PLANOS MUNICIPAIS PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES?

Segundo a própria definição do ACM, os *“Planos Municipais para a Integração de Imigrantes (PMII) são documentos de política e de gestão que incorporam as estratégias de atuação concertadas das diferentes entidades que atuam na área das migrações, a nível local, e que concorrem para a concretização do processo multivetorial de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, para uma mais adequada gestão dos fluxos migratórios enquanto contributo para o desenvolvimento local”* (ACM, 2015)

## QUAL O OBJETIVO DOS PLANOS MUNICIPAIS PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES?

O objetivo primordial dos Planos Municipais para a Integração de Migrantes passa por *“contribuir para a construção de níveis superiores de integração, assentes no trabalho conjunto e devidamente articulado entre todos os atores, essencial para a definição de estratégias que garantam uma atuação concertada das diferentes entidades na área das migrações, tendo em vista uma mudança social e promovendo um salto qualitativo e eficaz nas políticas de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal.”* (ACM, 2015)

Podemos, ainda, identificar os seguintes **objetivos específicos**:

- *Definir e implementar políticas, de base local, para a integração de imigrantes nos territórios, enquanto fator de desenvolvimento e fortalecimento da democracia e das dinâmicas sociais;*
- *Fomentar relações de convivência intercultural, construtivas e transformadoras, com potencial ao nível da mudança social;*
- *Incrementar o nível de intervenção local na gestão da diversidade em contextos etno-diferenciados, adotando o modelo de valorização da diversidade cultural;*
- *Potenciar o trabalho em parceria tendo em vista a conceção e implementação de estratégias de proximidade entre cidadãos imigrantes e a sociedade de acolhimento;*
- *Reforçar a perspetiva de integração dos imigrantes na cultura organizacional das instituições e nas políticas locais, incentivando a disseminação de boas práticas* (ACM, 2015).

## QUAL É O PÚBLICO-ALVO DOS PMIM?

Os destinatários dos PMIM são todas as pessoas que residem, trabalham, estudam e que, de forma direta ou indireta, participam ou são afetados pelos fenómenos migratórios, nos seus territórios. A saber:

- Os imigrantes;
- A sociedade de acolhimento;
- Os técnicos dirigentes e decisores políticos;
- As instituições.

## FIGUEIRA ACOLHE – PLANO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes recebe a denominação de **Figueira Acolhe** e compromete-se com o cumprimento integral e estrutural dos objetivos supra identificados. Sendo um território do interior e de baixa densidade demográfica, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo tem apostado numa estratégia de captação e fixação de novos locais, sendo o Figueira Acolhe um instrumento oportunamente eficaz para a execução dos objetivos estratégicos a que se propõe o Município.

Tendo no seu núcleo existencial o mesmo objetivo geral dos PMIM, o Figueira Acolhe assume os objetivos específicos propostos pelo ACM, direcionando-os para a realidade local. Assim, destacam-se os seguintes **objetivos específicos**:

- Definir e implementar políticas, de base local, para a integração de imigrantes no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, enquanto fator de desenvolvimento e fortalecimento da democracia e das dinâmicas sociais;
- Fomentar relações de convivência intercultural, construtivas e transformadoras, com potencial ao nível da mudança social a nível local, concelhio e distrital;
- Incrementar o nível de intervenção local na gestão da diversidade em contextos etno-diferenciados, adotando o modelo de valorização da diversidade cultural;
- Potenciar o trabalho em parceria tendo em vista a conceção e implementação de estratégias de proximidade entre cidadãos imigrantes, a sociedade de acolhimento e as instituições;

- Reforçar a perspetiva de integração dos imigrantes na cultura organizacional das instituições, nas políticas locais e na sociedade civil, incentivando a disseminação de boas práticas.

O *Figueira Acolhe* – Plano Municipal de Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo assume as diretrizes fornecidas pelo ACM e apresenta como prioridade o envolvimento dos atores locais, públicos e privados na definição, execução, monitorização e avaliação do projeto, de forma a assegurar que as medidas assumidas promovem, *de facto*, uma integração multinível dos atuais e novos imigrantes. Outro vetor prioritário do *Figueira Acolhe* passa pelo desenvolvimento de medidas de capacitação das estruturas e dos seus profissionais que promovam a melhoria contínua dos procedimentos e das respostas implementadas; bem como, a formação de profissionais; a validação e disseminação de novos recursos/instrumentos de apoio e de boas práticas (AMC, 2019).

#### QUAL É O PÚBLICO-ALVO DO FIGUEIRA ACOLHE?

Fazem parte do público-alvo do *Figueira Acolhe* – Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo os seguintes destinatários:

- Imigrantes residentes no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo (40);
- Imigrantes residentes sazonais no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo (20);
- Estudantes internacionais do Instituto Politécnico da Guarda (200);
- A sociedade de acolhimento;
- Os técnicos dirigentes e decisores políticos;
- As instituições.

O *Figueira Acolhe* é um projeto inclusivo e, por isso, contempla esta diversidade de perfis no seu público-alvo. Não obstante, interessa salientar que, para efeitos de elegibilidade de despesa, o público-alvo de relevância são os imigrantes nacionais de países terceiros (NPT).

#### PERÍODO DE EXECUÇÃO E DOTAÇÃO FINANCEIRA

O *Figueira Acolhe* – PMIM de Figueira de Castelo Rodrigo tem um horizonte temporal não superior a 36 meses. Em particular, inicia-se a 1 de setembro de 2019 e termina a 30 de abril de 2022.

Note-se, que os Planos Municipais de integração de Migrantes possuem a particularidade de serem compostos por dois períodos distintos: o período de conceção do Plano e o período de implementação do mesmo.

O **período de conceção do Figueira Acolhe – PMIM** inicia a 01.09.2019 e termina a 29.02.2020. Durante esta fase prevê-se a elaboração de um Plano de Ação Estratégica e Operacional. Este Plano é construído, tendo por base, a conceção de um Diagnóstico Local que ofereça a verdadeira imagem da realidade cultural vivida no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Este diagnóstico deve, ainda, fornecer informação útil na identificação dos *stakeholders* envolvidos e, sobretudo, na identificação das verdadeiras necessidades e desafios que surgem no âmbito da diversidade e do diálogo intercultural. Elaborado o Diagnóstico Local, é necessária a avaliação estratégica do mesmo que conduza à criação de um Plano capaz de responder aos desafios apresentados. Por conseguinte, a conceção do Plano parte dos seguintes pressupostos:

- **Abordagem *bottom-up***, na base de uma estratégia que traduza uma atuação concertada das diferentes entidades, públicas e da sociedade civil, que atuam na área do acolhimento e integração de migrantes e na valorização da diversidade a nível local, garantindo-se o envolvimento de todos os cidadãos – migrantes e sociedade de acolhimento (ACM, 2015).
- Conceção na base do **diagnóstico local** que identifique as entidades que intervêm no Município, as respetivas áreas de atuação e serviços prestados, bem como as necessidades das comunidades migrantes residentes, a partir das quais devem ser desenhadas respostas integradas e eficazes em matéria de acolhimento e integração dos migrantes e valorização da diversidade (ACM, 2015).

Ainda durante a fase de conceção do Plano, serão criados mecanismos e instrumentos de monitorização e avaliação futura das medidas, de forma a garantir a sustentabilidade das políticas públicas em matérias de acolhimento e integração. Será, paralelamente, criada uma estrutura de acompanhamento representativa de todos os cidadãos no concelho (migrantes e sociedade de acolhimento), qual será criada de raiz e coordenada pelo Sr. Presidente do Município de Figueira de Castelo Rodrigo. Esta estrutura terá um papel determinante no rumo do Figueira Acolhe pois, não só terá a função de participar na conceção do Plano e apoiar na sua

monitorização, mas também será uma ponte essencial com a comunidade migrante e o público-alvo do projeto.<sup>2</sup>

Finalmente, a **fase de implementação do Figueira Acolhe** terá lugar entre 01.03.2020 e 30.04.2022 e durante este período prevê-se a execução das medidas estabelecidas no Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo – elaborado durante a fase precedente de conceção - para cada uma das seguintes áreas de atuação:

- Serviços de Acolhimento e Integração
- Urbanismo e Habitação
- Mercado de Trabalho e Empreendedorismo
- Educação e Língua
- Capacitação e Formação
- Cultura
- Saúde
- Solidariedade e Resposta Social
- Cidadania e Participação Cívica
- Media e Sensibilização da Opinião Pública
- Racismo e Discriminação
- Reconhecimento e Prevenção de Práticas Tradicionais Nefastas
- Relações Internacionais
- Religião
- Igualdade de Género.

A execução deste Plano e das suas medidas será, naturalmente, monitorizada pela Plataforma criada para o efeito, a qual designaremos de **Plataforma para a Interculturalidade**.

A dotação financeira do *Figueira Acolhe – Plano Municipal de Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo* corresponde a um investimento total de 90.000€, sendo que neste montante incide uma comparticipação comunitária de 67.500€ (75%) e uma contrapartida nacional total no valor de 22.500€ (25%).

---

<sup>2</sup> O funcionamento desta estrutura será explicado em maior detalhe nos capítulos 5 e 6.

## 1.2 ANÁLISE METODOLÓGICA

Para a conceção do Figueira Acolhe – Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo utilizaremos uma metodologia mista.

Tal como referido anteriormente, será realizado um diagnóstico da realidade local no que diz respeito ao acolhimento e integração de migrantes segundo as quinze áreas supra mencionadas, a saber: serviços de acolhimento e integração; urbanismo e habitação; mercado de trabalho e empreendedorismo; educação e língua; capacitação e formação; cultura; saúde; solidariedade e resposta social; cidadania e participação cívica; media e sensibilização da opinião pública; racismo e discriminação; reconhecimento e prevenção de práticas tradicionais nefastas; relações internacionais; religião; igualdade de género.

Para os devidos efeitos de enquadramento e compreensão das análises realizadas para cada uma destas áreas, torna-se absolutamente necessária uma visão do contexto internacional, nacional e local no que diz respeito aos fenómenos migratórios e aos macro e micro mosaicos culturais.

Neste sentido, será realizada uma análise geral do contexto internacional do ponto de vista das migrações e, sobretudo, do quadro político-legislativo em que Portugal, enquanto Estado Membro da União Europeia, se encontra. Posteriormente, passar-se-á a uma breve investigação da realidade cultural em território nacional e no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Estas análises serão feitas com recurso a fontes primárias, tais como, relatórios técnicos de instituições governamentais e não-governamentais, legislação, diretrizes e outros de natureza semelhante.

Terminado o devido enquadramento, passar-se-á à análise estratégica do acolhimento e integração de migrantes para cada uma das áreas referidas.

A metodologia utilizada para este efeito é mista, uma vez que se optará por metodologias quantitativas como o *inquérito por questionário* e metodologias qualitativas como o *focus group* e a *entrevista*.

Ao público-alvo do Figueira Acolhe – os migrantes nacionais de países terceiros residentes no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e estudantes do Instituto Politécnico da Guarda - seriam aplicados inquérito por questionário e *focus group*.

Contudo, o deflagrar de um dos maiores flagelos mundiais, sem precedentes na história humana, a pandemia COVID 19 impossibilitou a aplicação dos inquéritos por questionário e

*focus group* junto dos alunos do IPG, previstos para meados do mês de Março, devido ao encerramento do Instituto e a declaração do Estado de Emergência Nacional. Embora tenha sido considerada a possibilidade de realizar estas metodologias à distância, todas as questões relacionadas com proteção da privacidade dos alunos e o próprio estado mental da altura dissuadiram-nos de o fazer. Em contrapartida foram realizadas entrevistas a técnicos que trabalham de perto com os alunos e fica aberta a possibilidade para a realização de *check-ups* com recurso às metodologias referidas durante o período de implementação do projeto.

Em Figueira de Castelo Rodrigo foram aplicados inquéritos por questionário aos migrantes nacionais de países terceiros residentes no concelho antes do deflagrar da crise COVID 19, o que salvaguardou o Diagnóstico Local, porém a realização do *focus group* estava prevista para finais de Março, pelo que foi, inicialmente, adiada e, posteriormente, cancelada. Não obstante, propõem-se as mesmas soluções referidas para os alunos internacionais do IPG que passam pela aplicação de certas metodologias, na fase de implementação do plano, de forma complementar às suas atividades.

Apesar dos constrangimentos sentidos na aplicação das metodologias ao público-alvo, procurou-se suprir esta lacuna, pela aplicação de várias entrevistas por questionário dirigidas a técnicos que trabalham de perto com migrantes em instituições ou entidades locais.

## O INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Nesta secção vamos expor as considerações metodológicas que sustentaram a realização dos inquéritos por questionário, tais como, o universo total, o método de amostragem e amostra.

O Figueira Acolhe – PMIM FCR tem um público-alvo diferenciado: os estudantes do Instituto Politécnico da Guarda e a comunidade residente no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

Embora o Plano assente numa estratégia única de integração concertada dos migrantes, considerou-se prudente a aplicação de dois inquéritos por questionário, por forma a garantir a eficácia dos mesmos.

## INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

No sentido de elaborar um diagnóstico local rigoroso e capaz de espelhar a realidade vivida no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo foram realizados vários inquéritos por questionário com o objetivo de fazer um levantamento detalhado da informação relevante para o projeto.

Os inquéritos por questionário utilizados para a recolha de informação foram formulados pela equipa técnica do Figueira Acolhe, tendo por base o inquérito por questionário criado pelo ACM inserido no Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade Cultural (IMAD) – ferramenta de apoio à caracterização e monitorização de políticas locais de acolhimento e integração de migrantes. Estas ferramentas metodológicas têm como objetivo a avaliação das quinze áreas propostas pelo ACM referentes ao acolhimento e integração de migrantes e incluem vários tipos de questões, nomeadamente, fechadas, semi-fechadas e abertas.

Desta forma, foram realizadas **entrevistas por questionários** dirigidos a técnicos e representantes institucionais que, naturalmente, possuem um conhecimento específico da realidade local e foram, também, realizados **inquéritos por questionário** dirigidos ao público-alvo deste projeto – os migrantes, em particular nacionais de países terceiros.

As entrevistas por questionário dirigidos a técnicos e representantes institucionais perfazem um total de 9, a saber:

- Entrevista por questionário sobre temáticas de Serviços de Acolhimento e Integração, Solidariedade e Resposta Social, Cidadania e Participação Cívica, Racismo e Discriminação, Reconhecimento e Prevenção de Práticas Tradicionais Nefastas, Religião e Igualdade de Género dirigida ao Gabinete de Ação Social do Município de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Entrevista por questionário sobre temáticas de Educação e Língua dirigido ao Gabinete de Educação do Município de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Entrevista por questionário sobre temáticas de Educação e Língua dirigido ao Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Entrevista por questionário sobre temáticas de Mercado de Trabalho, Capacitação e Formação Profissional dirigido ao Gabinete de Inserção Profissional do Município de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Entrevista por questionário sobre temáticas de Urbanismo e Habitação dirigido ao Gabinete de Urbanismo do Município de Figueira de Castelo Rodrigo;

- Entrevista por questionário sobre temáticas de Cultura dirigido ao Gabinete de Cultura do Município de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Entrevista por questionário sobre temáticas de Media dirigido ao Gabinete de Comunicação do Município de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Entrevista por questionário sobre temáticas de Relações Internacionais dirigido ao Gabinete da Presidência do Município do Figueira de Castelo Rodrigo;
- Entrevista por questionário sobre temáticas de Saúde dirigido ao Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo.

Os resultados destas entrevista por questionário dirigidas a técnicos e representantes institucionais serão plasmados ao longo do capítulo 3 - Diagnóstico Local.

Os inquéritos por questionário aplicados aos migrantes NPT do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e seus resultados serão explorados ao longo do capítulo 3 – Diagnóstico Local.

### **UNIVERSO – Inquérito Por Questionário Aplicado Aos Residentes de Figueira de Castelo Rodrigo**

Segundo os dados apurados junto do INE em 2018, residem em Figueira de Castelo Rodrigo 46 cidadãos estrangeiros, sendo que deste total, 30 correspondem a cidadãos nacionais de países terceiros. Considera-se este o universo total da nossa amostra, uma vez que não terá sido efetuado mais nenhum estudo, *a posteriori*, com o objetivo de verificar o número efetivo de cidadãos a residir em Figueira de Castelo Rodrigo. Desta forma, o universo deste estudo corresponde a 30 cidadãos nacionais de países terceiros.

### **MÉTODO DE AMOSTRAGEM**

Definida a população total (ou universo) que compõe cada um dos instrumentos metodológicos utilizados (os dois inquéritos por questionário), é necessário definir o método de amostragem. Este corresponde, no fundo, ao protocolo subjacente à escolha da amostra selecionada para realizar o respetivo inquérito por questionário – é extremamente difícil ou, na maioria dos casos, impossível que todas as pessoas que compõem a população de estudo respondam às metodologias. Deste modo, é necessário escolher uma amostra representativa da mesma.

Existem dois grandes métodos para selecionar uma amostra: métodos aleatórios e métodos não aleatórios. Tendo em conta o número, relativamente, reduzido da nossa população total e a fiabilidade dessa informação optou-se por um método de amostragem aleatório. A grande diferença entre os métodos aleatórios e os métodos não aleatórios prende-se com o facto de que no primeiro, todos os elementos da população podem ser selecionados para a inquirição. Ou seja, nos métodos de amostragem aleatória existe sempre a possibilidade não nula de qualquer indivíduo do universo integrar a amostra (Madeira e Pinto, 1990).

Algumas das vantagens dos processos de amostragem aleatórios prendem-se com a possibilidade de calcular as margens de erro dos resultados e com a neutralidade do investigador na seleção da amostra. Podemos afirmar que os métodos de amostragem aleatórios tendem a evitar o enviesamento das amostras, uma vez que a seleção das mesmas é feita aleatoriamente e, portanto, a opinião do investigador ou a sua experiência, em pouco interferem neste processo. Nos métodos de amostragem aleatórios esta seleção é feita em função de uma probabilidade que nos permite avaliar, objetivamente, as propriedades da população (Madeira e Pinto, 1990).

O método de amostragem é o mesmo para ambos os inquéritos por questionário aplicados, pois a sua aplicação é mais simples e, em ambos os casos a população total é relativamente reduzida, o que não nos aporta dificuldades de representatividade no estudo.

Desta sorte, realizadas todas as considerações teóricas e contextualizada a realidade prática do estudo, optou-se por um método de amostragem aleatório e simples sem reposição.

### **AMOSTRA - Inquérito Por Questionário Aplicado Aos Residentes de Figueira de Castelo Rodrigo**

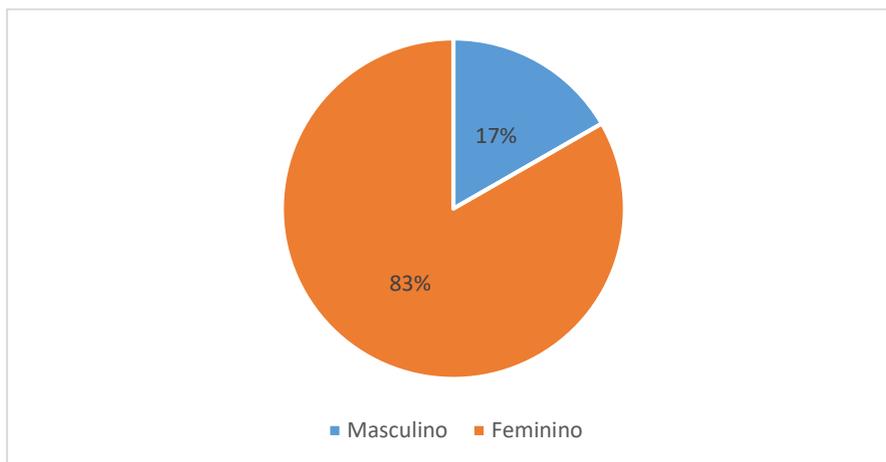
Sendo o método de amostragem aleatório, simples e sem reposição, a amostra é selecionada a partir da população total,  $N$ , uma amostra aleatória simples de  $n$  elementos distintos da população para que qualquer uma das  $Nn$  amostras possíveis tenha igual probabilidade,  $1/(Nn)$ , de ser selecionada.

Considerando que o universo total de nacionais de países terceiros residentes em Figueira de Castelo Rodrigo corresponde a 30 indivíduos e a amostra aleatória simples selecionada corresponde a 12 indivíduos, podemos aferir que sendo  $N=30$  e  $n=12$ , a probabilidade de qualquer indivíduo ser selecionado para a amostra, ou seja, a nossa fração amostral é de 0,40

ou 40%. Este é um valor relativamente ajustado, tendo em conta a dimensão da nossa população e permite-nos auferir informações da amostra para o universo total da investigação.

Desta amostra, verificamos que a grande maioria dos inquiridos são mulheres (83%) em comparação com os restantes 17% que são homens.

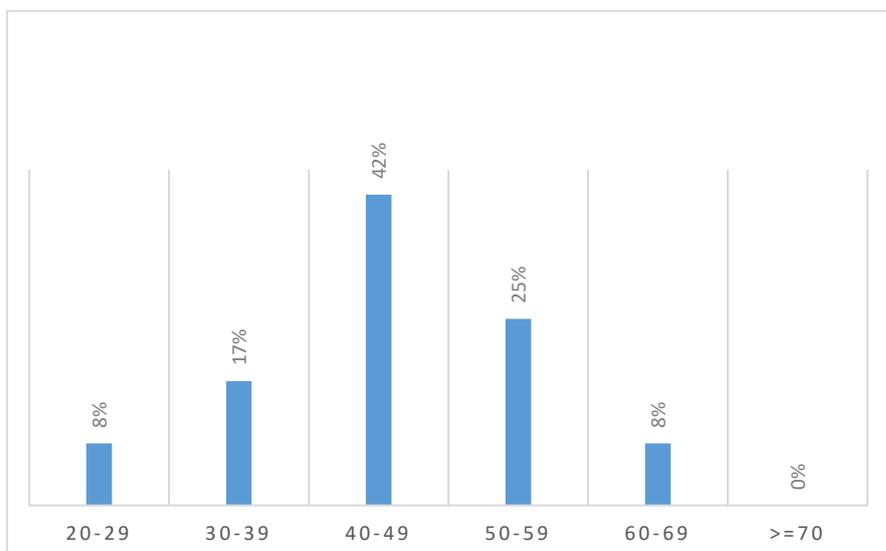
**Gráfico 1 – Percentagem de Mulheres e Homens Inquiridos.**



Fonte: Elaboração Própria

Já as idades dos inquiridos variam, sendo a faixa etária mais representativa a de indivíduos entre os 40-49 anos (42%), seguindo-se as pessoas com idades compreendidas entre os 50-59 anos (25%), depois a de 30-39 anos (17%) e finalmente 20-29 anos (8%).

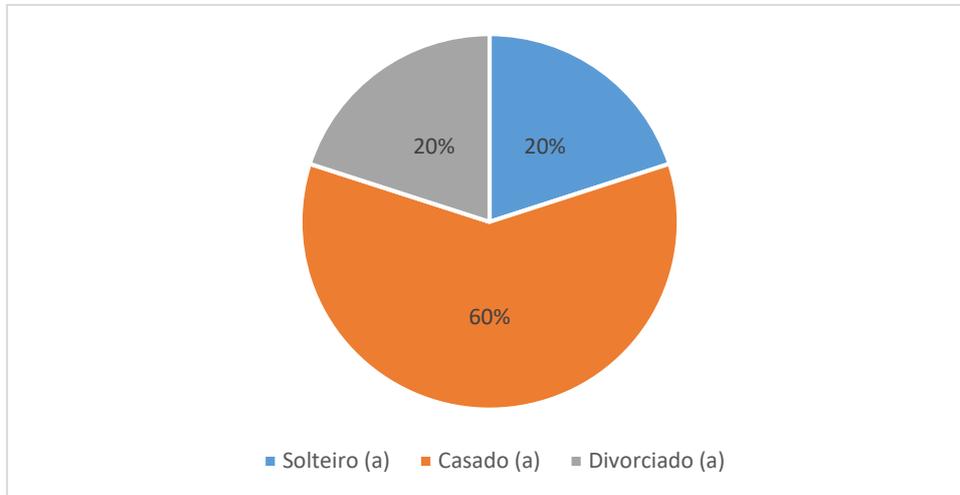
**Gráfico 2 - Faixas Etárias dos Inquiridos (%).**



Fonte: Elaboração Própria

Em relação ao estado civil dos migrantes que dão corpo à amostra, verificou-se que mais de metade, 60%, são casados(as), 20% divorciados(as) e outros 20% solteiros(as).

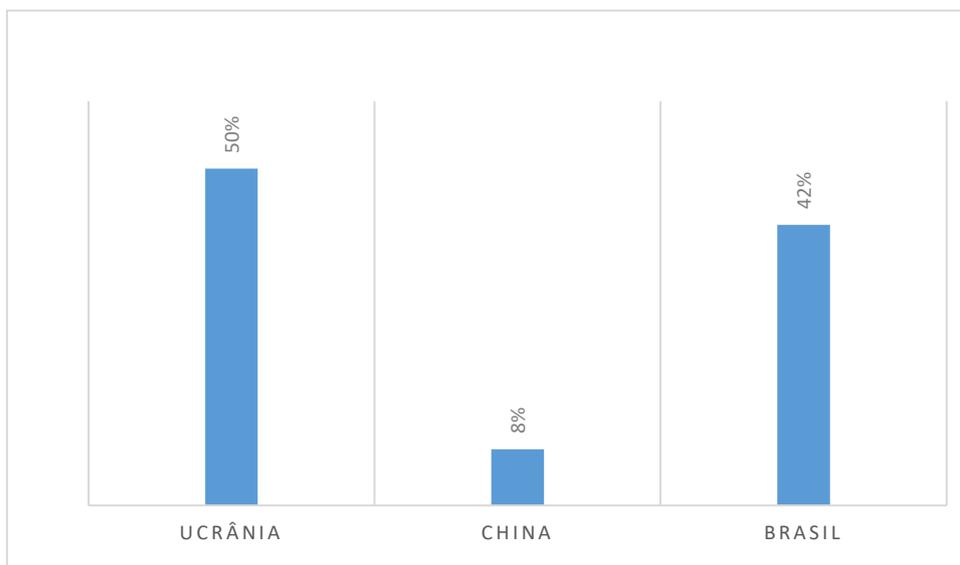
**Gráfico 3 - Estado Civil dos Inquiridos (%)**



Fonte: Elaboração Própria

No que concerne as nacionalidades dos migrantes, estas não apresentam uma grandes variedade (tal como seria de esperar) e afixa-se que cerca de 50% dos inquiridos são ucranianos(as), 42% brasileiros(as) e 8% chineses.

**Gráfico 4 - País de Origem dos Inquiridos (%).**

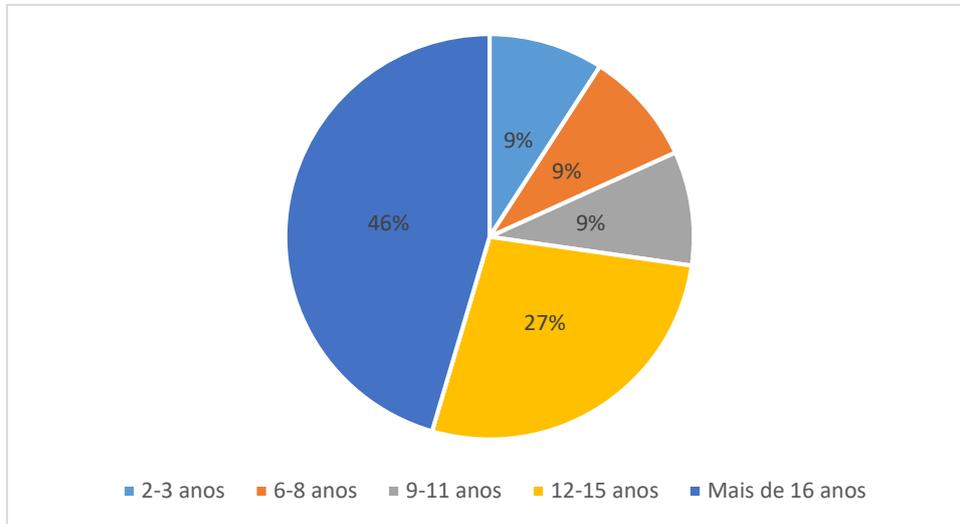


Fonte: Elaboração Própria

Foi possível verificar que quase metade dos migrantes inquiridos são residentes em Portugal Figueira de Castelo Rodrigo há mais de 16 anos (46%), cerca de 27% reside no concelho há 12-

15 anos e 9% há 9-11 anos, 6-8 anos e 2-3 anos respetivamente. Assim, verifica-se que a grande maioria destes novos locais são migrantes de longa duração.

**Gráfico 5 - Número de Anos a Residir em Portugal (Figueira de Castelo Rodrigo) (%).**



Fonte: Elaboração Própria

Quando questionamos acerca dos motivos subjacentes à decisão de abandonar os seus países de origem, as respostas variam. Cerca de 42% dos inquiridos afirma que tomou esta decisão porque procurava melhores condições de económicas/profissionais, outros 33% revelam que saíram à procura de uma experiência internacional, 8% em busca de uma mudança estrutural nos seus estilos de vida e 33% refere outros motivos, sem, contudo, os especificarem.

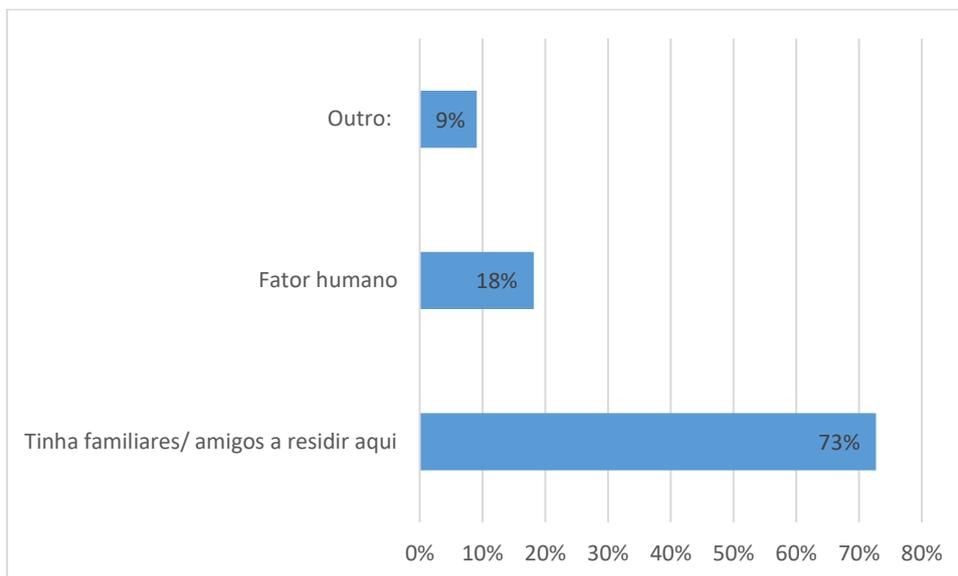
**Gráfico 6. - Motivos que Conduziram ao Abandono dos Seus Países de Origem (%).**



Fonte: Elaboração Própria

Quanto aos motivos que conduziram estes migrantes a escolher Portugal e Figueira de Castelo Rodrigo, em particular, para residir a esmagadora maioria aponta o facto de ter familiares e/ou amigos a residir na região como um fator decisivo nesta escolha (73%); enquanto 18% dos inquiridos aponta o fator humano, ou seja, o facto de considerarem que as pessoas em Figueira de Castelo Rodrigo são, espontaneamente, simpáticas e hospitaleiras como um critério de peso. Finalmente, 9% destes migrantes aponta ainda outros fatores, nem sempre especificados – sendo nalguns casos o facto de se terem casado com nacionais portugueses naturais do concelho.

**Gráfico 7 – Motivos para Escolher Figueira de Castelo Rodrigo (Portugal) para Residir (%).**



Fonte: Elaboração Própria

Estas são as considerações gerais em relação à amostra de migrantes nacionais de países terceiros inquiridos no âmbito do Figueira Acolhe. As demais considerações resultantes deste inquérito por questionário estão transpostas nas correspondentes áreas específicas do Diagnóstico Local – Capítulo 3.

## O FOCUS GROUP

O *focus group* é uma técnica de recolha de dados através da interação de um grupo e pode ser utilizada em diferentes momentos da investigação científica (Silva, Veloso e Keating, 2014). No fundo, provoca-se uma discussão em grupo mas a interação não é totalmente livre, existindo sempre um moderador que a conduz, de forma a retirar a informação pertinente à investigação. Naturalmente, o nível de controlo do moderador sobre a interação do grupo pode variar. Segundo Morgan (1996, 1997), o *focus group* é caracterizado pelo objetivo supremo de ser uma fonte de recolha de dados e o papel ativo do moderador na condução dessa discussão/interação.

A essência do *focus group* é a recolha de informação a partir de uma discussão coletiva genuína. Assim, esta interação tem de ganhar uma dinâmica própria. Não obstante, esta mesma discussão tem de se manter direcionada para os objetivos da investigação e por isso, o papel ativo do moderador torna-se fundamental. Ora, este carácter do *focus group* pode tornar-se um pouco paradoxal e, por isso a força do *focus group* acaba por se tornar, simultaneamente, numa fragilidade. Reconhecemos, ainda, que alguns indivíduos possam ter alguma relutância em falar de assuntos muito sensíveis quando inseridos num grupo, por recear que um diálogo aberto e sincero provoque estigmatizações. Contudo, os tópicos abordados nestes focus group não possuem essa sensibilidade e intensidade, pelo que se considera que esta é uma metodologia capaz de se adaptar aos nossos objetivos científicos e às características da população em causa.

Segundo Morgan (1997), a grande riqueza do *focus group* tem a mesma origem que as suas fragilidades e deriva do papel ativo do observador participante e da interação do grupo. Se o moderador viabiliza a manutenção do foco da discussão, a interação do grupo providencia toda uma dinâmica própria capaz de nos fornecer dados, não só da forma como as pessoas se pronunciam em relação a determinados assuntos, mas também pistas e *insights* da raiz de complexos comportamentos sociais.

## PLANEAMENTO

Foi planeada a realização de dois *focus group* – um com os estudantes internacionais do Instituto Politécnico da Guarda e outro com os nacionais de países terceiros residentes no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

Tal como referido, anteriormente, o despoletar da pandemia COVID 19 veio alterar, de forma inédita, os comportamentos sociais em todo o mundo. Medidas preventivas, tais como o isolamento social, o confinamento individual e o corte da mobilidade de pessoas dentro e fora

das suas localidades foram, formalmente impostas pelo decretar do Estado de Emergência Nacional a 18 de março de 2020. Cumprindo as diretrizes da Direção Geral de Saúde e com o objetivo de zelar pela saúde e bem-estar da população, foram cancelados os *focus group* já agendados para finais do mês de março. Não obstante, a realização de metodologias desta natureza poderá ser aplicada ao longo da fase de implementação do projeto, funcionando, como instrumento de controlo e verificação dos níveis de satisfação do público-alvo e eficácia das medidas adotadas.

## 2. DO CONTEXTO INTERNACIONAL À REALIDADE LOCAL

### 2.1 ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

O ímpeto migratório é inerente ao instinto de sobrevivência humana. Desde sempre, este impulso de ir à procura de outros lugares e de outras condições de vida fez parte da história da humanidade e da evolução das civilizações.

Hoje em dia, o tema das migrações volta a ocupar um lugar de destaque, não só na agenda política nacional e internacional, mas também, entre os meios de comunicação e na mente dos comuns cidadãos. A justificação para este indesejado protagonismo jaz nas calamidades vividas pelas guerras que proliferam pelo mundo – Síria, Sudão, RDC, Iraque, Afeganistão, Iémen, Nigéria, (...)³– e consequentes contingentes migratórios que batem às portas da Europa em busca de um porto seguro.

Não obstante o mediatismo destas deslocações forçadas, há que salientar que as migrações possuem várias formas e desde cedo têm assumido um papel de relevo e ponderação no quadro político e legislativo da União Europeia (UE), ao abrigo do qual está, naturalmente, Portugal, enquanto Estado-membro. Vários são os instrumentos de direito internacional que regulam esta matéria, contudo, optar-se-á por abordar os dois mais importantes: o Quadro Schengen e a Política Comum de Imigração.

O Acordo de Schengen foi assinado a 14 de junho de 1985 por cinco países – Bélgica, França, Alemanha, Luxemburgo e Países Baixos – e veio inaugurar a criação de uma zona de **livre circulação** sem controlos nas fronteiras territoriais, marítimas e aéreas internas.

Desde então, o Espaço Schengen tem vindo a aumentar e, atualmente, é constituído por 26 países.<sup>4</sup> Fazem parte deste grupo todos os Estados Membros da UE, com exceção do Reino Unido e da Irlanda que optaram por manter os controlos fronteiriços com outros países da UE e terceiros. A Bulgária, o Chipre e a Roménia estão, ainda, no processo de adesão a Schengen e,

---

<sup>3</sup> Ver, por exemplo: Council for Foreign, s.d., *Global Conflict Tracker* (consultado a 14.11.2019) disponível em: <https://www.cfr.org/interactive/global-conflict-tracker?category=us>

<sup>4</sup> **Países que constituem o Espaço Schengen:** Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Letónia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Suécia, Suíça.

paralelamente, a Islândia, a Noruega e a Suíça (que não são Estados Membros da UE) aplicam as disposições de Schengen na íntegra.

Pertencer ao Espaço Schengen significa um compromisso com a supressão gradual das fronteiras internas e, portanto, a abolição do controle de movimentos fronteiriços de pessoas, passando estes deslocamentos a ser equiparados a viagens internas. A liberdade de circulação constitui um direito não só para os nacionais dos Estados de Schengen, mas, também, para os migrantes que residam de forma legal nesses mesmos países.

Para além da criação deste espaço de livre circulação, o *Acordo de Schengen*, prevê ainda a harmonização das regras de circulação nas fronteiras externas da UE e das condições de entrada (bem como as normas aplicadas aos vistos de curta duração), uma maior cooperação policial, um reforço da cooperação judicial e a criação de um Sistema de Informação de Schengen (SIS).

Na génese da União Europeia e com o objetivo primordial de combater a imigração ilegal, os Estados-Membros, sem prejuízo das suas legislações nacionais, adotaram uma política comum de imigração. A nível externo, esta política serve de motor na criação de parcerias com países terceiros, de forma a apoiar os sistemas instalados de imigração e asilo, aumentar a mobilidade laboral, o empreendedorismo, incentivar a imigração legal e travar a ilegal.

A Política Europeia de Vizinhança (PEV) foi criada em 2004 com o objetivo de impedir o surgimento de tensões e problemas migratórios entre os Estados Membros e Estados terceiros. Baseada em valores democráticos e de respeito pelos direitos humanos, a PEV é composta por planos de ação bilaterais entre a UE e os países associados em duas dimensões regionais: a Parceria Oriental e a União para o Mediterrâneo.<sup>5</sup>

Já a proteção do Espaço Schengen é feita através do reforço da Agência Europeia de Gestão e Fronteiras Externas (FRONTEX), do desenvolvimento do Sistema Europeu de Vigilância de Fronteiras (EUROSUR), do financiamento para o desenvolvimento de um sistema único de gestão de fronteiras e da cooperação entre as autoridades dos países da UE.

No que diz respeito ao asilo, salienta-se a ratificação da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados em 1951, que permitiu a admissão de um considerável número de pessoas através de programas de reinstalação. A partir de 2000, a União Europeia começa a implementar o quadro legislativo, no que diz respeito ao asilo, com base na Convenção de Dublin (1990),

---

<sup>5</sup> A PEV aplica-se a 16 dos vizinhos mais próximos da UE: Argélia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Egito, Geórgia, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Moldávia, Palestina, Síria, Tunísia e Ucrânia.

Tratado de Maastricht (1992), Tratado de Amsterdão e em 2007, com o Tratado de Lisboa, a União Europeia passa a adotar uma política migratória e de asilo mais atrativa.

Nos últimos anos, com a crescente chegada de refugiados às portas da Europa, o Sistema Europeu Comum de Asilo, foi munido da criação de novas estratégias para lidar com este enorme e repentino fluxo migratório. O acordo com a Turquia enquadra-se nesta estratégia e teve como objetivo o controle (redução) do movimento de pessoas através do Mar Egeu para a Grécia.

No combate à imigração ilegal, a UE tem trabalhado políticas contra a discriminação e novas estratégias para a criação de emprego, para a integração e proteção social e, ainda, para o acesso aos cuidados de saúde. Contudo, o sucesso destas políticas e estratégias depende da cooperação das administrações públicas dos Estados membros.

Existem, também, algumas parcerias estabelecidas com os países terceiros de forma a garantir o respeito por direitos fundamentais e a combater o tráfico de seres humanos, promovendo-se a cooperação entre entidades patronais e trabalhadores. Paralelamente, trabalha-se um esforço de proteção das vítimas desses crimes, bem como, uma integração consolidada das mesmas nas sociedades europeias.

O quadro legislativo que regula a política comum de imigração na Europa e o Espaço Schengen é bastante extenso e resulta, essencialmente, de diretrizes, acordos e normas emanadas dos órgãos europeus (Conselho e Parlamento Europeu) que são, depois, transcritos para as legislações nacionais dos Estados-membros. Enumeramos algumas das mais relevantes e mais atuais:

- Convenção de Aplicação do **Acordo de Schengen** (14.06.1985);
- A diretiva «Regresso» (2008/115/CE) – define as normas e procedimentos comuns nos Estados-Membros para o regresso de nacionais de países terceiros, em situação irregular (eurocid, s.d.);
- A diretiva 2009/52/CE - estabelece sanções e medidas a serem aplicadas nos Estados-Membros contra os empregadores de nacionais de países terceiros, em situação irregular (eurocid, s.d);
- O **Tratado de Lisboa** (2007) – as políticas de imigração devem reger-se pelo princípio da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades entre os estados-membros, inclusivamente, no plano financeiro (artigo 80.º do TFUE) (eurocid, s.d.);
- A «**Abordagem Global para a Migração e a Mobilidade**» (2011) – estabelece o quadro geral para as relações da União Europeia com os países terceiros em matéria de

migração. Esta abordagem inclui quatro pilares: a imigração ilegal e a mobilidade; a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos; a proteção internacional e a política de asilo; a maximização do impacto da migração e da mobilidade sobre o desenvolvimento. (eurocid, s.d.);

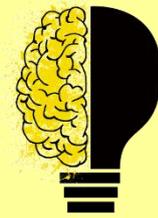
- **«Como conseguir uma Europa aberta e segura» (2014)** – orientações centradas num objetivo de transposição, aplicação e consolidação dos instrumentos jurídicos e das medidas políticas em vigor. Destaca a necessidade de definir uma abordagem global da migração que inclua a melhor utilização da migração legal, a proteção dos que dela necessitam, a luta contra a migração irregular e a gestão eficaz das fronteiras (eurocid, s.d.);
- **Agenda Europeia da Migração (2015)** – medidas imediatas para a crise migratória do mediterrâneo e ações para uma gestão eficaz dos fluxos migratórios no futuro. Criação de sistemas de recolocação e reinstalação à escala da União Europeia, de «centros de registo» (recolha de impressões digitais dos migrantes) e de uma operação conjunta da PCSD para desmantelar as redes de traficantes e lutar contra o tráfico de seres humanos (mais tarde, EUNAVFOR MED – Operação Sophia) (eurocid, s.d.);
- Comissão Europeia publica as orientações em matéria de migração legal e de asilo (2016) – Salientar os 4 eixos estratégicos: rever a diretiva sobre a carta azul, atrair empresários inovadores para a União, criar um modelo mais coerente e eficaz de gestão da migração legal ao nível da União e reforçar a cooperação com os países de origem pertinentes (eurocid, s.d.);
- Criação da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira (2015).
- **Agenda Europeia para a Segurança** - Tem como principais prioridades assegurar o pleno respeito dos direitos fundamentais, garantir mais transparência, responsabilidade e controlo democrático, assegurar uma melhor aplicação dos instrumentos jurídicos da UE, combater a radicalização, cooperar com países terceiros na luta contra o terrorismo, resolver o problema do tráfico ilegal de armas, combater a cibercriminalidade e reforçar a capacidade da Europol.
- **Sistema Europeu Comum de Asilo** - Tem como objetivo melhorar as possibilidades de apresentação de um pedido de asilo, harmonizar determinadas normas nacionais em matéria de asilo, adotar um "estatuto uniforme" para os requerentes de asilo na UE, dar respostas adaptadas às situações de vulnerabilidade, criar medidas de integração, aplicar novas medidas de acompanhamento, e estabelecer uma partilha das responsabilidades e solidariedade financeira entre os Estados Membros. O número de requerentes de asilo que chegam todos os anos à UE não está repartido de forma

uniforme entre os países, sendo que mais de 90% dos pedidos de asilo são feitos em apenas 10 países, estando a Alemanha e a França no topo da lista.

- **Rede Europeia das Migrações** - A REM foi adotada em 2008. Esta rede europeia tem como objetivo providenciar informação e dados atualizados aos decisores políticos europeus e ao público em geral sobre as políticas de migração e asilo em todos os Estados Membros. O trabalho da REM é coordenado pela Comissão Europeia. No caso de Portugal, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) constitui o ponto de contacto nacional para a REM.
- **Política Comum de Segurança e Defesa** - A PCSD é a política de segurança e defesa da UE. Foi adotada em 2009 e integra a Política Externa da UE e a Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Os tipos de tarefas que podem ser realizadas ao abrigo da PCSD incluem: tarefas humanitárias e de salvamento, prevenção de conflitos, tarefas para as forças de combate na gestão de crises, operações conjuntas de desarmamento, tarefas de aconselhamento e assistência militar e tarefas de estabilização pós-conflito.



## SABIA QUE ... ?



- ✓ Em 2019, o número de migrantes internacionais por todo o mundo rondou os 272 milhões de pessoas, em comparação com os 221 milhões contabilizados em 2010.
- ✓ Em 2017, cerca de 68,5 milhões de pessoas viram-se forçadas a abandonar as suas casas em consequência de perseguição, conflitos, violência ou violações dos seus direitos humanos. Destes, 25,4 milhões são refugiados; 40 milhões são deslocados internos; 5,4 milhões são refugiados palestinianos e 3,1 são requerentes de asilo.
- ✓ Três em cada quatro migrantes internacionais têm entre 20-64, o que significa que estão em idade ativa.
- ✓ Na maior parte do mundo, os processos migratórios ocorrem entre países vizinhos ou da mesma região.
- ✓ África Subsariana (88,9%); Ásia de Leste e Sudeste (83,1%); América Latina e Caraíbas (72,5%); Ásia Central e do Sul (63%); Europa (51,6%)

## 2.2 ENQUADRAMENTO NACIONAL

Durante a grande maioria do século XX, Portugal assistiu à saída de milhares e milhares de portugueses em busca de melhores condições de vida. Se durante as décadas precedentes, o movimento migratório predominante foi o de emigração, ao chegarmos à década de 90, Portugal apresenta, pela primeira vez, um saldo migratório positivo (ou seja, o número de entradas no país ultrapassa o de saídas).

A inversão desta tendência migratória em Portugal começa logo a seguir ao 25 de Abril. Com o término da Guerra do Ultramar e o processo de descolonização em curso, muitos portugueses residentes nas antigas colónias regressam a território nacional.

Em 1986, Portugal adere à Comunidade Económica Europeia (CEE) e a junção de todos estes fatores contribuíram para um crescimento económico do país e para a consolidação e imigração que se manteve crescente até final da primeira década do século XXI.

É de salientar que os primeiros fluxos de migração a que Portugal assistiu, foram dominados por nacionais de países com quem Portugal tinha relações históricas – Cabo Verde, Angola, Brasil, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau.

A partir de finais da década de 1990, assistiu-se a uma diversidade dos fluxos migratórios com a chegada de cidadãos do leste europeu – ucranianos, moldavos, russos e romenos – e de asiáticos – chineses. Assistiu-se, também, a uma segunda vaga de migração vinda do Brasil, menos qualificada e mais feminina, bem distinta da primeira vaga que decorreu na década de 1980.

Atualmente, os fluxos migratórios em Portugal parecem intensificar-se e, segundo o *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018* publicado pelo SEF, em 2018 verificou-se, pelo terceiro ano consecutivo um acréscimo da população estrangeira residente. Este acréscimo corresponde a um aumento de 13,9% face a 2017, totalizando 480.300 cidadãos estrangeiros, titulares de autorização de residência – o valor mais elevado registado pelo SEF, desde o seu surgimento, em 1976.

A concessão de novos títulos de residência registou um aumento de 51,7%, totalizando 93.154 novos residentes, o que confirma que Portugal é, novamente, um destino atrativo para a imigração.

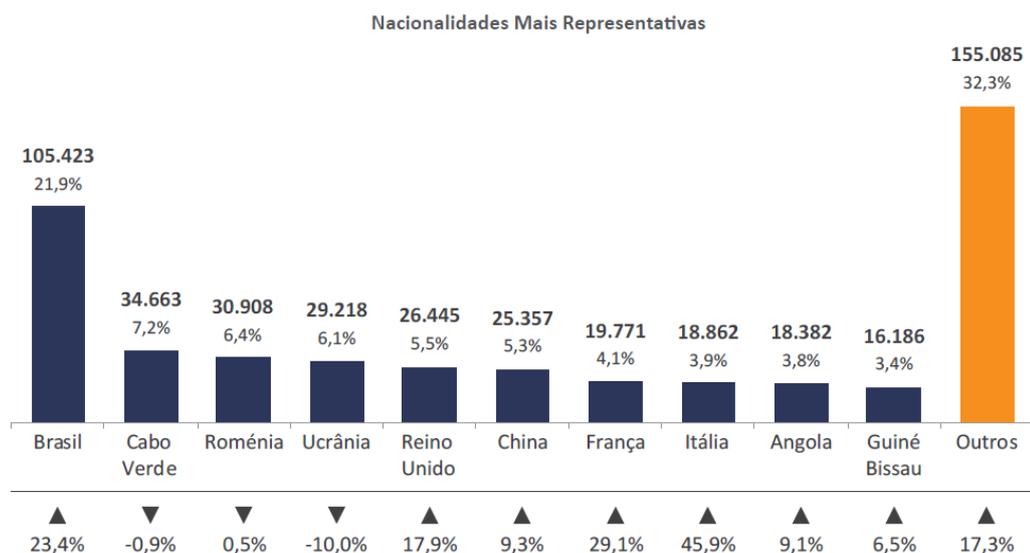
## QUAL O PERFIL DE IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL?

Segundo o mais recente Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo do SEF (2018), as nacionalidades mais representativas da imigração em Portugal são: Brasil, Cabo-Verde, Roménia, Ucrânia, Reino Unido, China, França, Itália, Angola, Guiné-Bissau. Em comparação com o ano transato, houve uma troca de posição entre a Ucrânia e a Roménia e entre o Reino Unido e a China. Mantendo um forte aumento, França com um acréscimo de 29,1% sobe uma posição e Itália com um acréscimo de 45,9% sobe duas posições, sendo em 2018, a oitava nacionalidade mais representativa. Angola, que apesar de ver a sua comunidade aumentar em 9,1%, não evitou uma descida de duas posições relativamente a 2017; igualmente, a Guiné-Bissau com um aumento de 6,5%, face ao ano transato, perde uma posição, sendo agora, a décima nacionalidade mais representativa no nosso país (SEF, 2018).

A nacionalidade brasileira mantém-se como a principal comunidade estrangeira residente com 105.423 cidadãos, representando mais de um quinto do total (valor mais elevado desde 2012). Em 2018, registou um aumento de 23,4% em relação a 2017 (SEF, 2018).

Por outro lado, registou-se uma subida na imigração proveniente dos países africanos – uma inversão na tendência verificada em anos anteriores – em particular, cidadãos originários de países de língua oficial portuguesa – tendência, também, verificada nos pedidos de aquisição de nacionalidade portuguesa. (SEF, 2018).

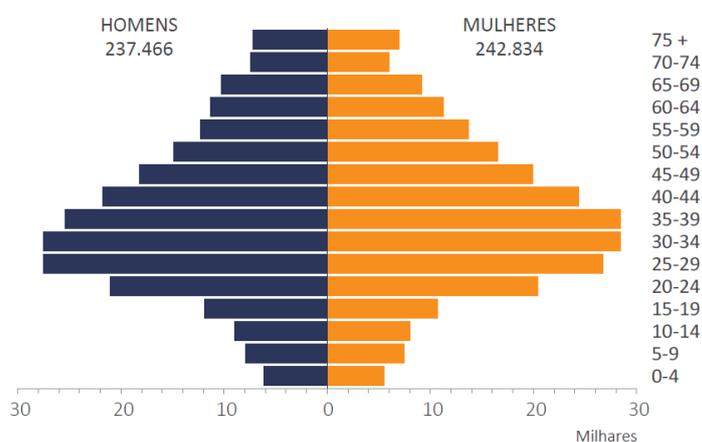
**Gráfico 8 - As Nacionalidades Mais Representativas em Portugal 2018**



Fonte: SEF – Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018

Em termos de género, registou-se uma pequena redução da diferença entre o sexo feminino (50,6%) e o sexo masculino (49,4%) – passou de 2,4% para 1,2%. No que às faixas etárias diz respeito, é de relevar que a esmagadora maioria dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, se encontra em idade ativa (81,1%), com preponderância do grupo etário entre os 25 e os 44 anos (208.730). Por outro lado, é de salientar que a população com mais de 65 anos (9,8%), apresenta um peso relativo superior à população com menos de 14 anos (9,1%) (SEF,2018).

**Gráfico 9 - Número de Imigrantes por Género e Faixa Etária 2018**



Fonte: SEF – Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018

Na análise do **fluxo migratório**, verifica-se a tendência de aumento na emissão de novos títulos de residência (93.154) com um aumento de 51,7% em relação ao ano anterior (61.413) e cerca do dobro, 98,5%, em relação a 2016 (46.921). Esta subida acentuada é, em grande medida, explicada pelo aumento de cidadãos da União Europeia a residir em Portugal (33,7% do total).

As nacionalidades com maior representatividade neste âmbito são a brasileira (28.210), a italiana (6.989), a francesa (5.306) e a britânica (5.079).

Em termos de crescimento, é de salientar as nacionalidades bengali (165,1%), brasileira (143,7%), nepalesa (141,2%), indiana (127,3%) e venezuelana (83,2%). De relevar, também, o forte crescimento da comunidade italiana (32,7%), da britânica (32,5%) e da alemã (29,1%) (SEF,2018).

Os principais **motivos** apontados na concessão de novas autorizações de residência foram:

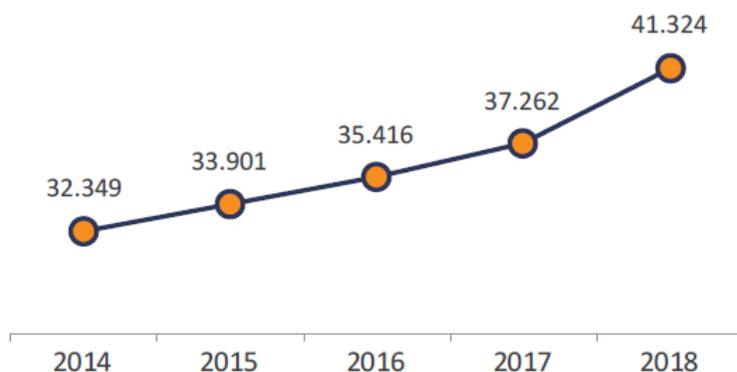
- Reagrupamento familiar (26.660)
- Atividade profissional (17.771)
- Estudo (8.369)

O motivo mais representativo relaciona-se com a existência de familiares, cidadãos na União Europeia, de nacionais de países terceiros.

Em termos dos pedidos de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa, cuja responsabilidade de avaliação recai sobre o SEF, verifica-se o contínuo aumento do número de pedidos de aquisição de nacionalidade.

Em 2018, o SEF registou um total de 41.324 pedidos de aquisição de nacionalidade o que representa um significativo aumento, face ao ano transato (+10,9%).

**Gráfico 10 - Número de Pedidos de Nacionalidade em Portugal 2018**



Fonte: SEF – Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018

Face aos pedidos de nacionalidades efetuados em 2018, o SEF procedeu à emissão de 32.414 pareceres positivos e 1.425 pareceres negativos. As nacionalidades mais representativas nos pedidos de aquisição de nacionalidade são a brasileira (11.586), israelita (4.289), cabo-verdiana

(4.258), angolana (1.953), ucraniana (1.849), guineense (1.550), turca (1.141), indiana (648), venezuelana (562) e nepalesa (338).

Segundo o SEF (2018), este aumento verificado no pedido/aquisição de nacionalidade portuguesa está diretamente relacionado com a alteração da Lei Orgânica n.º 2/2018, de 05 de julho de 2018 que atesta o alargamento do acesso à nacionalidade originária e à naturalização das pessoas nascidas em território português.

Assim sendo, destacam-se os pedidos de aquisição de nacionalidades por naturalização (70%), por efeito da vontade para estrangeiros casados ou em união de facto há mais de três anos com nacional português (16%), atribuição originária (9%) e outros motivos (5%).

No âmbito dos pedidos de aquisição de nacionalidade por efeito da vontade, as principais nacionalidades são a brasileira (3.418), angolana (524), cabo-verdiana (432), venezuelana (394) e ucraniana (267).

Ao olharmos para a dispersão geográfica dos residentes estrangeiros em Portugal, verificamos que a maior incidência demográfica está registada nos distritos do litoral, nomeadamente Lisboa (213.065), Faro (77.489) e Setúbal (40.209), totalizando 330.763 cidadãos residentes em comparação com os 287.038 contabilizados em 2017. Já o distrito da Guarda albergou em 2018 2.171 residentes estrangeiros, o que significa um crescimento de 7,2%, em relação a 2017.

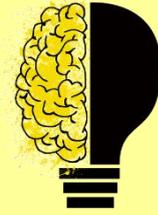
Figura 1. Número de Residentes Estrangeiros a residir em Portugal em 2018, por distrito e respetiva evolução percentual em relação ao ano transato.



Fonte: SEF – Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018



## SABIA QUE ... ?



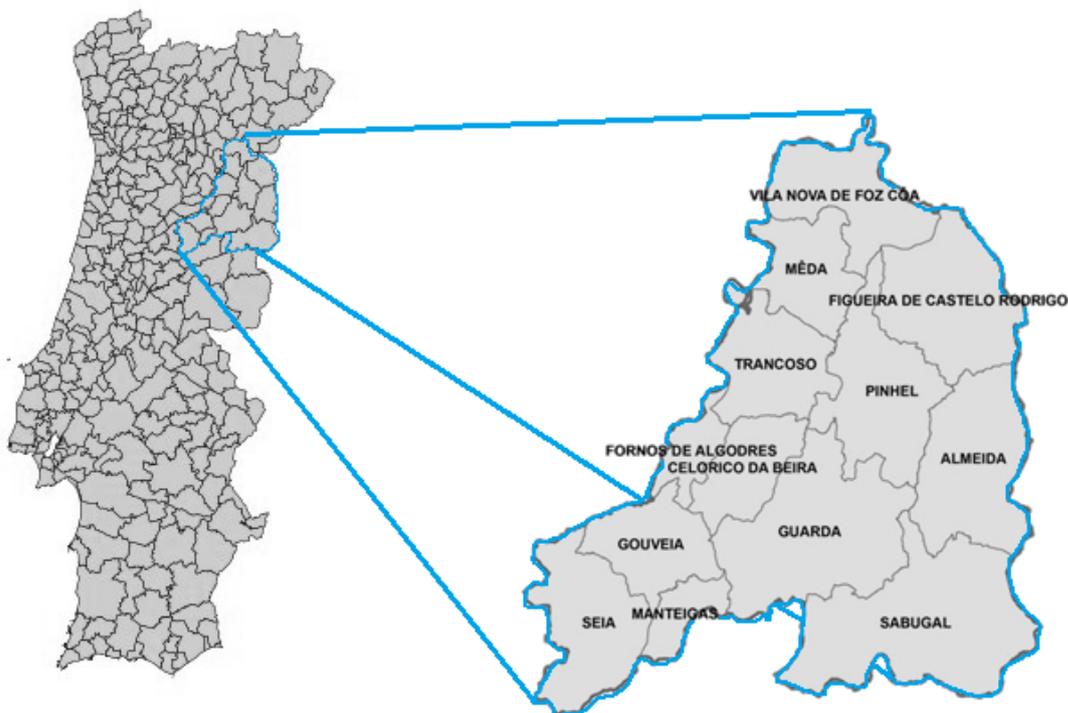
- ✓ Em 2017 os imigrantes em Portugal apresentaram um balanço positivo de **513,3 milhões** de euros de contribuições para a **Segurança Social**.
- ✓ **Portugal** está entre os **países europeus** com **menor percentagem de imigrantes** por total de residentes no país – apenas 4% dos seus residentes são estrangeiros - em contraste com países como o Luxemburgo cuja população de estrangeiros atinge os 44,5% da população total, sendo que os portugueses representam cerca de 28% do total de estrangeiros residentes.
- ✓ **Os estrangeiros mostram maior percentagem de população nos níveis de escolaridade mais elevados** quando comparados com os portugueses.
- ✓ **OS IMIGRANTES CONTRIBUEM POSITIVAMENTE PARA A DEMOCRACIA PORTUGUESA.** Os imigrantes têm sido responsáveis pelo **aumento de efetivos em idade ativa** e pelo **incremento dos nascimentos** em Portugal, **atenuando o saldo natural negativo** do país
- ✓ A **população estrangeira** nas últimas décadas apresentou sempre **taxas de atividade profissional superiores** às verificadas entre os nacionais.
- ✓ A **população estrangeira empregada está sobre representada em alguns grupos profissionais** – cerca de 49% desta população trabalha na construção, indústria e transportes. A população estrangeira é canalizada para os trabalhos menos atraentes, de baixa ou nula qualificação, aos quais se associam condições de trabalho mais duras e elevados níveis de insegurança.
- ✓ Há **estrangeiros que não usam as suas habilitações** no mercado de trabalho português, encontrando-se em situação de **sobre qualificação**.
- ✓ **Nas últimas décadas, milhares de estrangeiros tornaram-se novos cidadãos portugueses.**
- ✓ **Em Portugal, poucos estrangeiros se recenseiam para votar.** Entre os Censos de 2001 e de 2011 houve uma diminuição bastante significativa no número de estrangeiros recenseados e aptos a votar, passando de uma representatividade de 21,7% em 2001, para 13,5% em 2011.

## 2.3 ENQUADRAMENTO LOCAL – ANÁLISE DEMOGRÁFICA E TERRITORIAL DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

### CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo localiza-se no extremo este do Centro de Portugal, dando corpo à região fronteiriça da Beira Interior. Figueira de Castelo Rodrigo pertence ao distrito da Guarda e integra a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela (NUT III). A sua extensão territorial corresponde a uma área de cerca de 508km<sup>2</sup> e é limitado a norte pelo rio Douro (que o separa do Município de Freixo de Espada à Cinta), a este pelo rio Águeda (que o separa de Espanha), a sul pelo Município de Almeida, a sudoeste e oeste por Pinhel e a noroeste por Vila Nova de Foz Côa.

Figura 2. Distrito da Guarda - Municípios



Fonte: SNS – ULS Guarda

O enquadramento físico do Município de Figueira de Castelo Rodrigo contribui para a sua especificidade territorial, sendo a sua localização definida sobretudo, por limites físicos bem

definidos, designadamente pelo rio Douro, rio Águeda e ribeira de Tourões, rio Côa e a Serra da Marofa, apresentando, apenas, uma fronteira não definida por cursos de água, com o município de Almeida (Diagnóstico Social de FCR, 2019).

O território do concelho integra a unidade geomorfológica do Maciço Hespérico<sup>7</sup> e em termos de paisagem litológica é composto, quase na sua totalidade, por rochas graníticas e rochas metassedimentares (xistos, grauvaques e quartzitos).

No setor Sudoeste, a Serra da Marofa constitui o principal relevo presente no território do município, com litologia quartzítica e uma orientação NE-SW, chega mesmo a atingir os 977 metros de altitude, destacando-se da paisagem onde domina um extenso território de superfícies aplanadas, representando, juntamente com a incisão dos principais cursos de água, os setores do território concelhio que apresentam as classes de declives mais elevadas (Diagnóstico Social de FCR, 2019).

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo está subdividido administrativamente, em dez freguesias, sendo elas: Castelo Rodrigo, Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo, Mata de Lobos, Vermiosa, União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo, União de Freguesias de Almofala e Escarigo, União de Freguesias de Cinco Vilas e Reigada, União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim e União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pêro Martins e Penha de Águia.

Em termos de acessibilidades, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo é atingido pelo efeito da *interioridade*, não só pela limitação quantitativa e qualitativa de acessos, bem como, pelos custos a estes associados.

No que concerne às distâncias intermunicipais e inter-regionais, a proximidade a eixos viários estruturantes, de grande importância para o interior do país, como a A25 e A23, representa uma melhoria muito significativa das acessibilidades ao município e deste a outros polos regionais e nacionais. Contudo, sinaliza-se, também, o elevado custo destas autoestradas que aportam uma desvantagem significativa para o Interior na mobilidade social e atividade económica.

Em relação aos Municípios limítrofes, Figueira de Castelo Rodrigo fica a uma distância de 23km de Pinhel e Almeida e a 36km de Vila Nova de Foz Côa, podendo o acesso a estes territórios ser feito através das estradas nacionais N332 e N221.

---

<sup>7</sup> **Maciço Hespérico:** unidade geomorfológica das mais antigas da Península Ibérica que corresponde a uma antiga cordilheira formada a partir da colisão da Laurásia com Gondwana, durante o Paleozoico. Esta cordilheira está, atualmente, muito erodida.

Figueira de Castelo Rodrigo encontra-se no epicentro do território municipal, pelo que as distâncias a todas as outras freguesias são reduzidas e uniformes – cerca de 10 km – o que se materializa numa vantagem para a mobilidade entre municípios. A acessibilidade aos espaços municipais mais periféricos é realizada através de Estradas Municipais, onde se destacam a EM607 e a EM607-2.

**Figura 3. Freguesias do Município de Figueira de Castelo Rodrigo**

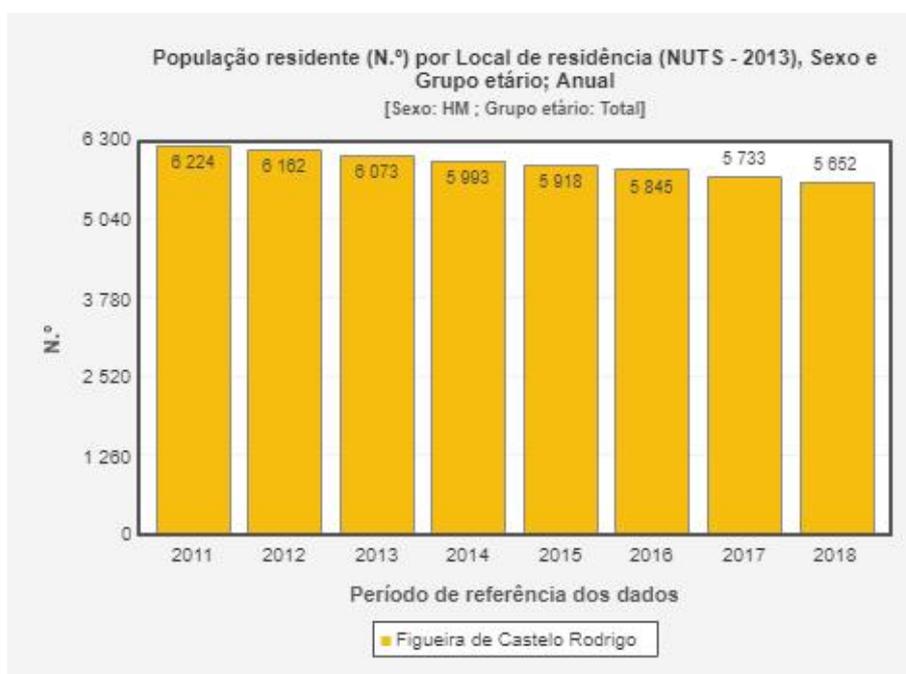


Fonte: Wikipédia

## CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

Em termos demográficos verificamos que o número de pessoas a residir em Figueira de Castelo Rodrigo tem vindo a diminuir, sendo que em 2001 existiam cerca de 6.224 cidadãos residentes e em 2018 cerca de 5.652 cidadãos a residir no concelho, o que significa um decréscimo de 572 habitantes.

**Gráfico 11 - População Residente (N.º) no Município de Figueira de Castelo Rodrigo entre 2011 e 2018**

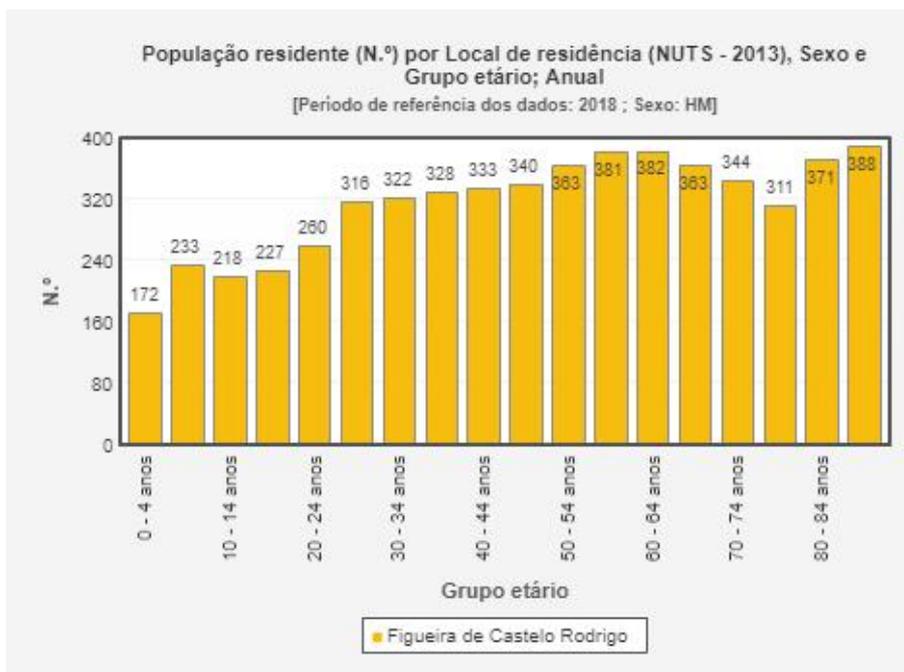


Fonte: INE

Em relação à estrutura etária da população, assumindo valores para intervalos de 4 anos (0-4, 5-9, 10-14, (...), 80-84, 85 ou mais anos), verifica-se que a tendência demográfica do concelho é de uma população envelhecida. A faixa etária mais representativa corresponde à de indivíduos com idade igual ou superior a 85 anos (388), sendo que o grupo de indivíduos seguinte, com idades compreendidas entre os 80-84 anos é a quarta faixa etária mais expressiva, contando 371 indivíduos. As seguintes quatro faixas etárias mais representativas são as de sujeitos entre os 50-54 anos (363), os 55-59 anos (381), os 60-64 anos (382) e entre os 65-69 anos (363). As faixas etárias de idades compreendidas entre os 25 e os 49 anos são compostas por grupos que perfazem totalidades que variam entre os 316 e 340 indivíduos, não se verificando grandes oscilações quantitativas. Os jovens adultos com idades entre os 20-24 anos contabilizam um

total de 260 indivíduos e os jovens entre os 15-19 cerca de 227. Embora o número de crianças entre os 5-9 anos revele uma ligeira subida para 233 indivíduos, o grupo que se encontra entre os 10-14 ascende apenas aos 218 indivíduos. Sendo que a faixa etária menos expressiva de todas é a das crianças entre os 0-4 que contabiliza apenas um total de 172 indivíduos.

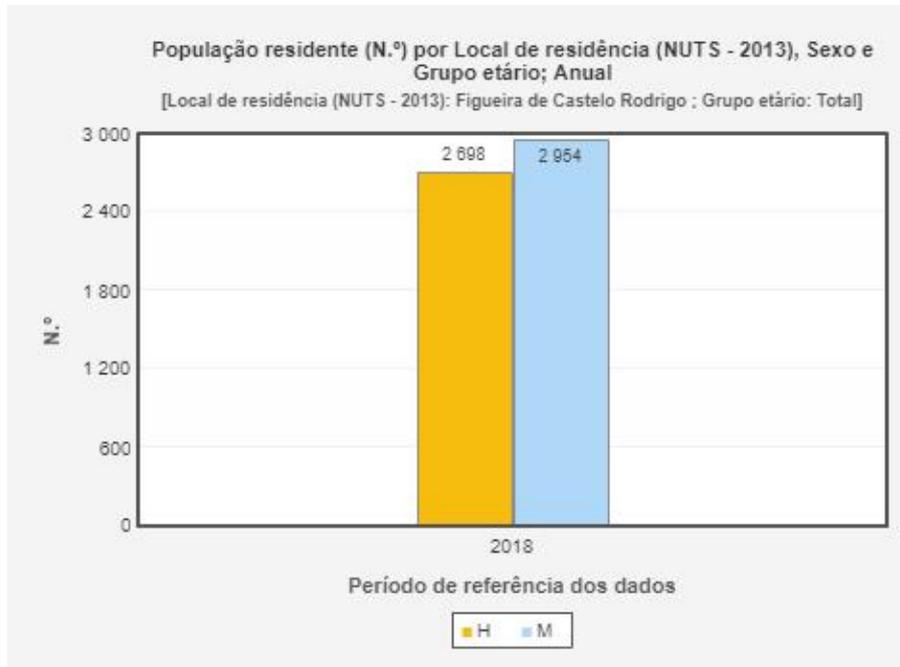
**Gráfico 12 - População Residente (N.º) no Município de Figueira de Castelo Rodrigo por faixa etária, no ano de 2018.**



Fonte: INE

No que diz respeito ao género, pode-se constatar que existe um equilíbrio bastante acentuado entre o número de homens e mulheres, divergindo estes em apenas 256 indivíduos. Assim, através da leitura do gráfico da figura 9, verificamos que existem mais homens do que mulheres no Município de Figueira de Castelo Rodrigo, sendo que a população masculina conta com um total de 2.954 residentes e a feminina, com um total de 2.698 residentes.

**Gráfico 13 - População Residente (N.º) no Município de Figueira de Castelo Rodrigo por género (masculino e feminino) no ano de 2018.**



Fonte: INE

Relativamente à população estrangeira, pode-se verificar que em termos distritais, esta assume valores relativamente significativos. O quadro 1 oferece informação sobre o número de cidadãos estrangeiros a residir no distrito da Guarda, no ano de 2018. Verifica-se que, para a data referida, existiam no total 2.171 indivíduos estrangeiros a residir no distrito da Guarda, sendo que este território tem cerca de 169.000 habitantes no total, o que significa que a população estrangeira representa apenas 1,3% da população do distrito. Em termos de nacionalidades, verifica-se que a brasileira é a mais representativa, totalizando 339 dos seus nacionais a residir no distrito da Guarda. Logo de seguida, apresentam-se os cidadãos nascidos em S. Tomé e Príncipe que perfazem um total de 247 residentes no distrito, os/as ucranianos/as com 205 residentes, os/as romenos/as com 154 residentes, os/as chineses/as com 150, os/as búlgaros/as com 139 e 114 indivíduos originários do Reino Unido. De resto, têm alguma expressão, os estrangeiros provenientes de Espanha (97), Holanda (90), Cabo Verde (83), França (77), Angola (71), Alemanha (38), Bélgica (36), Índia (27), Estados Unidos da América (23), Marrocos (23) e Guiné-Bissau (20).

**Quadro 1: População Estrangeira no Distrito da Guarda, por nacionalidade, em 2018.**

DISTRITO	TOTAL	TRS	VLDS	HOMENS	MULHERES
<b>Total Distrito</b>	<b>2171</b>	<b>2156</b>	<b>15</b>	<b>1043</b>	<b>1128</b>
Afeganistão	1	1		1	0
África do Sul	21	21		13	8
Alemanha	38	38		25	13
Angola	71	71		28	43
Argélia	1	1		1	0
Argentina	3	3		2	1
Áustria	7	7		4	3
Bélgica	36	36		18	18
Bielorrússia	6	6		2	4
Brasil	339	334	5	127	212
Bulgária	139	139		70	69
Burundi	1	1		1	0
Cabo Verde	83	83		36	47
Canadá	3	3		1	2
Chile	4	3	1	2	2
China	150	150		76	74
Colômbia	6	6		2	4
Costa Rica	1	1		1	0
Cuba	6	6		1	5
Dinamarca	1	1		1	0
Equador	1	1		0	1
Eslováquia	1	1		0	1
Espanha	97	97		38	59
Estados Unidos da América	23	23		9	14
Etiópia	1	1		1	0
França	77	77		37	40
Gabão	2	2		1	1
Gâmbia	1	1		1	0
Geórgia	5	5		2	3
Grécia	2	2		0	2
Guiné	4	4		4	0
Guiné Bissau	20	19	1	11	9
Holanda	91	91		53	38
Hungria	1	1		1	0
Índia	27	27		16	11
Iraque	1	1		1	0
Irlanda	8	8		3	5
Israel	4	4		2	2

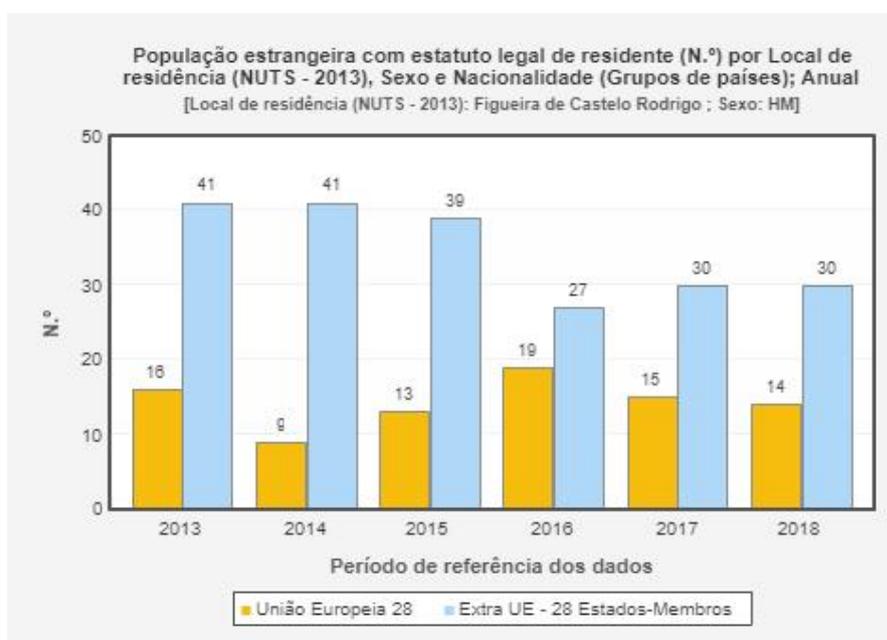
Itália	17	17		11	6
Líbano	1	1		1	0
Lituânia	4	4		1	3
Luxemburgo	8	8		3	5
Malásia	1	1		1	0
Mali	2	2		2	0
Marrocos	23	23		9	14
Maurícias (Ilhas)	1	1		0	1
Mauritânia	1	1		1	0
Moçambique	11	11		8	3
Moldávia	5	5		2	3
Nepal	1	1		0	1
Nigéria	3	3		1	2
Noruega	1	1		1	0
Nova Zelândia	1	1		1	0
Paquistão	2	2		2	0
Paraguai	2	2		1	1
Peru	4	4		2	2
Polónia	3	3		0	3
Quirguistão	2	2		0	2
Reino Unido	114	114		63	51
República Checa	5	5		3	2
República Dominicana	1	1		0	1
Roménia	154	154		72	82
Rússia	5	5		1	4
São Tomé e Príncipe	247	247		124	123
Senegal	2	2		1	1
Sérvia	1	1		1	0
Síria	16	16		8	8
Somália	7	7		5	2
Suécia	2	2		1	1
Suíça	11	11		3	8
Tailândia	4	4		1	3
Turquia	9	1	8	7	2
Ucrânia	205	205		108	97
Uruguai	1	1		0	1
Venezuela	11	11		6	5

Fonte: SEF

Ao fazer *zoom* para o Município de Figueira de Castelo Rodrigo, verifica-se que, também aqui, a população estrangeira assume valores pouco expressivos quando inseridos no quadro geral demográfico do concelho. O gráfico 7 oferece informação numérica sobre a população estrangeira residente em Figueira de Castelo Rodrigo para os anos 2013, 2014, 2015 e 2018 por grupos de nacionalidades – nomeadamente um grupo de nacionalidades pertencentes à UE e outra de países terceiros. Assumindo que em 2018 o número total de residentes no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo ascendia aos 5.652 indivíduos, verifica-se que destes, apenas 44 eram estrangeiros com estatuto legal de residente e 2, com o pedido de regularização em curso, perfazendo, assim, um total de 46 indivíduos o que corresponde a 0,81% da população do concelho.

Para o período analisado no gráfico 7, conclui-se que o ano em que o número de estrangeiros residentes foi mais elevado foi o ano de 2013 que totalizou 57 indivíduos, sendo 41 nacionais de países terceiros e 16 de países europeus. Verifica-se a tendência para um maior número de estrangeiros residentes provenientes de países terceiros do que de países europeus. Ora, em 2014 existiam 41 indivíduos de países terceiros a residir em Figueira de Castelo Rodrigo e apenas 9 de países da UE; no ano seguinte eram 39 imigrantes extra UE e 13 da UE; em 2016 contabilizaram-se 27 pessoas provenientes de países terceiros e 19 da UE e em 2017 os imigrantes com estatuto legal a residir no concelho eram cerca de 30 e os de países terceiros, metade.

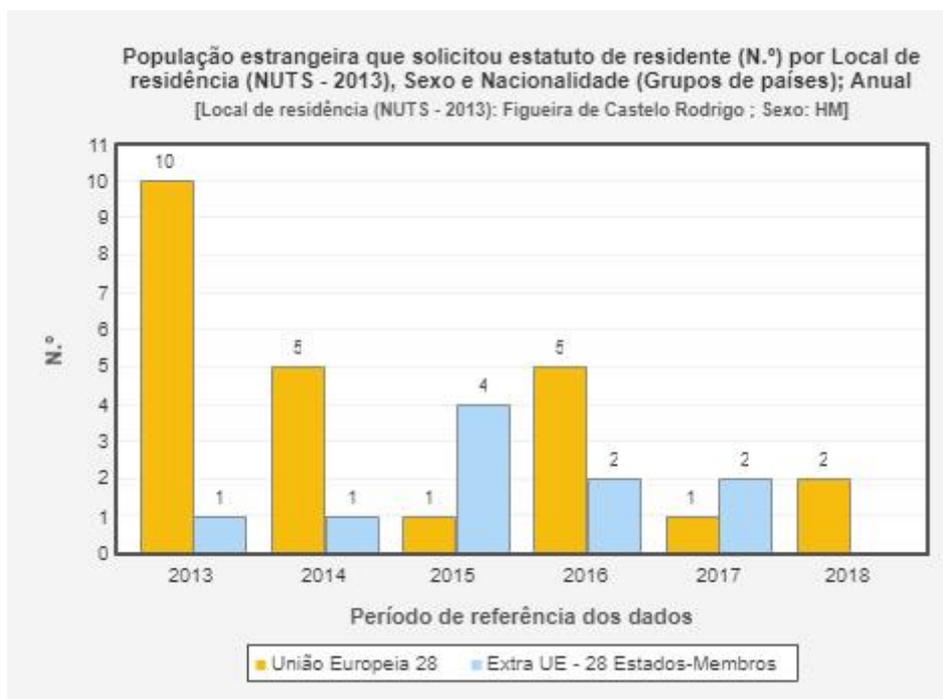
**Gráfico 14: População Estrangeira (N.º) no Município de Figueira de Castelo Rodrigo Anual para o período entre 2013 e 2018.**



Fonte: INE

De forma a complementar a informação dada pelo gráfico 8 que se refere, exclusivamente, ao número de cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente, tornou-se necessária a apresentação do gráfico 12 que confere informação sobre a população estrangeira que solicitou estatuto de residente (podendo este processo estar ainda em curso). Contudo, estes valores não apresentam grande expressividade sendo que, tal como já referido, em 2018 apenas 2 indivíduos de países da UE tinham pedido o estatuto de residente. Verifica-se, curiosamente, que se por um lado, o número de indivíduos com estatuto legal de residente é, maioritariamente, de países terceiros; o número de indivíduos que solicitaram o estatuto de residente são, sobretudo, nacionais de países da UE. Por exemplo, no ano 2013, 11 indivíduos solicitaram o estatuto, sendo que destes, 10 eram cidadãos da UE; no ano 2014 houve um total de 6 pedidos, dos quais 5 de cidadãos da UE e em 2016, dos 7 pedidos feitos, 5 eram de europeus. Excetuam-se os anos de 2015 e 2017, que apresentaram um volume de pedidos de 5 e 3, respetivamente, e em ambos os anos apenas 1 indivíduo era de nacionalidade europeia.

**Gráfico 15 - População Estrangeira que Solicitou Estatuto de Residente (Nº) no Município de Figueira de Castelo Rodrigo Anual para o período entre 2013 e 2018.**

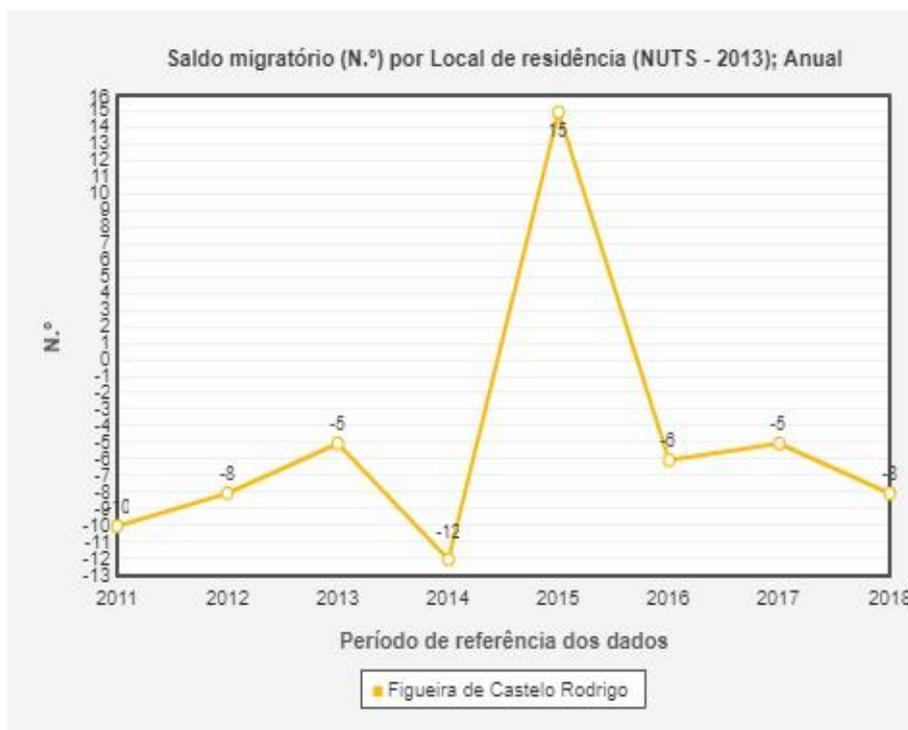


Fonte: INE

No que diz respeito aos movimentos migratórios, verifica-se que a tendência de saída do concelho é maior do que a de entrada. O gráfico 9 oferece uma visão sobre os valores numéricos

anuais do saldo migratório para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo no intervalo temporal 2011-2018. O saldo migratório é um indicador que nos dá informação sobre o balanço de pessoas que entram e saem de um determinado território. Por exemplo, se o saldo migratório for positivo, isto significa que entraram mais pessoas do que saíram; se o saldo migratório for negativo, saíram mais pessoas do que entraram e se o saldo migratório for nulo, então o número de pessoas a emigrar é igual ao número de pessoas a imigrar. Através da leitura do gráfico 9, percebe-se que entre 2011 e 2018, o saldo migratório foi quase sempre negativo. Excetua-se a esta tendência negativa de crescimento o ano de 2015, o qual apresentou um valor positivo de 15 (isto significa que, em 2015, imigraram para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo mais 15 pessoas do que emigraram). De resto, entre 2011 e 2014, o saldo migratório foi sempre negativo, com os valores de -10 para 2011, -8 para 2012, -5 para 2013, -12 para 2014. Também entre 2016 e 2018 este indicador exibiu resultados negativos, nomeadamente, -6 para 2016, -5 para 2017 e -8 para 2018.

**Gráfico 16 - Saldo Migratório (N.º) no Município de Figueira de Castelo Rodrigo Anual para o período entre 2011 e 2018.**



Fonte: INE

Recorrendo a dados do PORDATA, torna-se possível discriminar o número de cidadãos estrangeiros a residir em Figueira de Castelo Rodrigo por nacionalidade. Optou-se por selecionar

os dados para o ano de 2008 e de 2018, de forma, a efetuar uma pequena análise em termos da evolução demográfica das imigrações para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

Desta sorte, verifica-se que o número total de estrangeiros a residir em Figueira de Castelo Rodrigo entre os anos de 2008 e 2018 reduziu, significativamente. Em 2008 o concelho contava com a presença de 54 indivíduos, baixando este número para 44 em 2018.

Em termos de nacionalidades, afixa-se que a nacionalidade mais representativa, no presente, é a brasileira que em 2008 contava com 20 nacionais seus a residir em Figueira de Castelo Rodrigo e em 2018 com 12. Logo a seguir vem a ucraniana, a qual em 2008 contabilizava 22 indivíduos com residência no concelho, tendo este número descido para apenas 7 em 2018. O número de cidadãos chineses no concelho teve uma evolução inversa, sendo que em 2008 totaliza 4 indivíduos, aumentando este número para 6 em 2018. Por outro lado, nacionalidades como a moldava que em 2008 contavam com 3 residentes, em 2018 deixaram de atingir representatividade. Inversamente, os angolanos passaram a contar com 1 cidadão residente em 2018, sendo que em 2008 não tinham nenhum. Existe um aumento incremental de cidadãos nacionais de países americanos que em 2008 tinham uma representatividade de 2 e em 2018 subiram para 3.

No espectro das nacionalidades de Estados Membros da União Europeia, verifica-se que a Roménia, não tendo nacionais seus a residir em Figueira de Castelo Rodrigo em 2008 passou a ter 4 em 2018; Espanha tinha 1 indivíduo em 2008, passando a 3 em 2018; França e Reino Unido passaram a ter representatividade de um dos seus nacionais em 2018, respetivamente e, finalmente, verifica-se que existiam, ainda, 5 nacionais de outros países europeus a residir em Figueira de Castelo Rodrigo no ano de 2018.

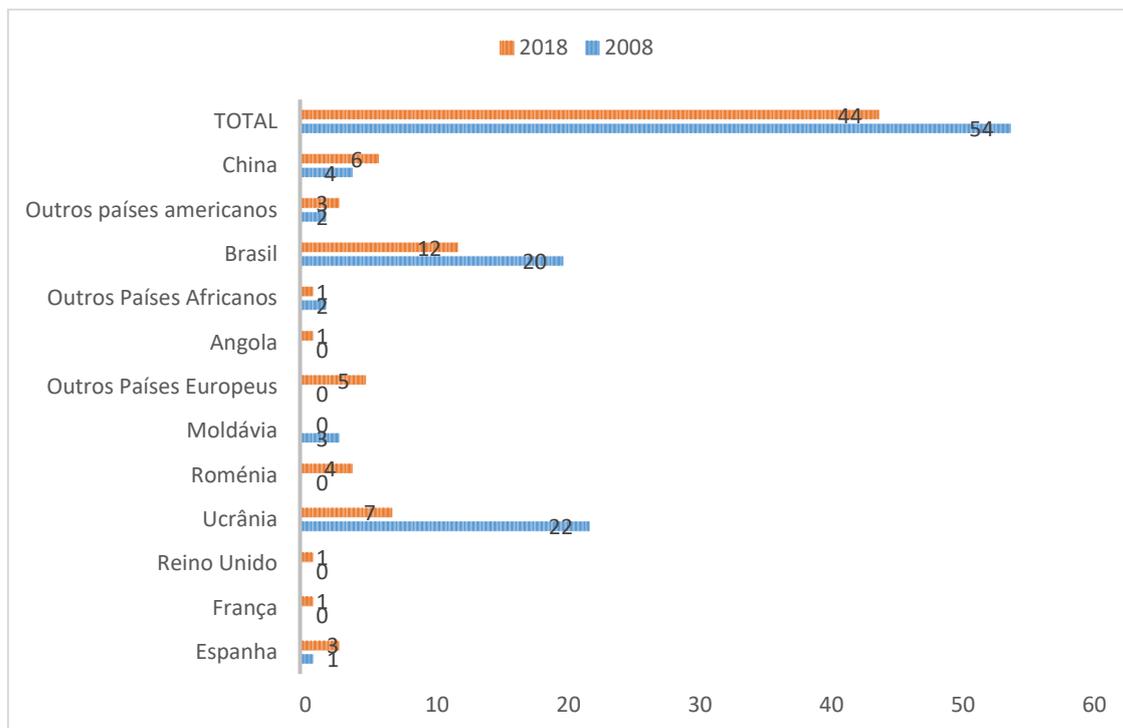
**Quadro 2: Número de Estrangeiros Residentes em FCR por Nacionalidade - 2008 e 2018**

PAÍS ORIGEM	2008	2018
Espanha	1	3
França	0	1
Reino Unido	0	1
Ucrânia	22	7
Roménia	0	4
Moldávia	3	0

<b>Outros Países Europeus</b>	0	5
<b>Angola</b>	0	1
<b>Outros Países Africanos</b>	2	1
<b>Brasil</b>	20	12
<b>Outros países americanos</b>	2	3
<b>China</b>	4	6
<b>TOTAL</b>	54	44

Fonte: PORDATA

**Gráfico 17 - Número de Estrangeiros Residentes em FCR por Nacionalidade - 2008 e 2018**



Fonte: PORDATA

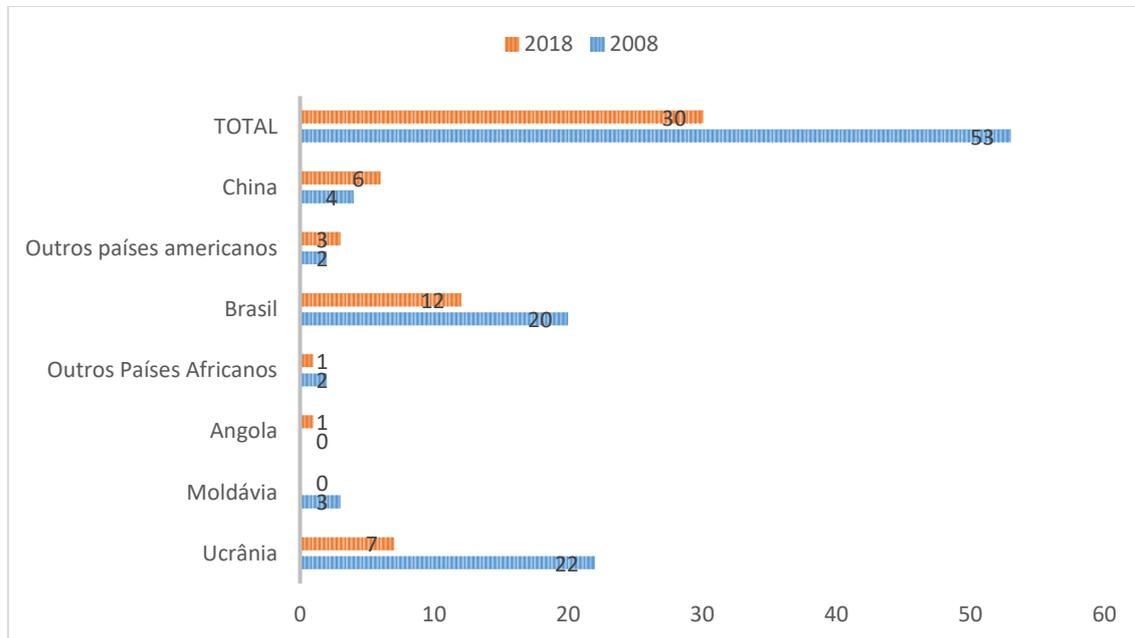
Ao retirar-se deste gráfico as nacionalidades de países pertencentes à União Europeia e uma vez que o público-alvo formal do Figueira Acolhe são nacionais de países terceiros, verifica-se que existia um total de 44 NPTs a residir em Figueira de Castelo Rodrigo em 2008 e 44 em 2018.

**Quadro 3 - Número de NPTs Residentes em FCR por Nacionalidade - 2008 e 2018**

PAÍS ORIGEM	2008	2018
Ucrânia	22	7
Moldávia	3	0
Angola	0	1
Outros Países Africanos	2	1
Brasil	20	12
Outros países americanos	2	3
China	4	6
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>30</b>

Fonte: PORDATA

**Gráfico 18 - Número de NPTs Residentes em FCR por Nacionalidade - 2008 e 2018**



Fonte: PORDATA

De uma forma geral, podemos caracterizar o território de Figueira de Castelo Rodrigo como um território de baixa densidade, no coração fronteiriço da Beira Interior. A proximidade a Espanha poderá desenvolver uma vantagem competitiva no acesso ao mercado espanhol e a outras externalidades (como por exemplo, a combustível mais barato); contudo, a distância aos

grandes Centros Urbanos, como Lisboa e Porto, representa sempre um desafio, em particular para os territórios da Beira Interior.

Tal como os Municípios vizinhos, Figueira de Castelo Rodrigo apresenta uma composição demográfica de baixa densidade, sendo que para o período temporal compreendido entre 2011 e 2018 esta apresentou uma tendência de evolução negativa, verificando-se uma diminuição de cerca de 572 indivíduos na população total. Paralelamente, a população de Figueira de Castelo Rodrigo corresponde a uma população, tendencialmente, envelhecida, na qual cerca de 39% da população tem 64 anos ou mais. Não obstante, Figueira de Castelo Rodrigo apresenta camadas jovens com composições expressivas, sendo que, por exemplo, se considerarmos a população ativa as que se insere nas faixas etárias entre os 18 anos e os 64 anos, verificamos que esta corresponde a cerca de 60% da população do concelho, o que é um valor bastante expressivo.

A imigração para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo apresenta-se como um fenómeno, relativamente, recente e, por isso, não assume ainda a expressão ambicionada. No ano de 2018 registou-se a existência de 46 estrangeiros a residir no Município o que corresponde, apenas, a 0,1% da população de Figueira de Castelo Rodrigo. Contudo, acredita-se que muitos estrangeiros não estejam, devidamente, sinalizados e que estes números não correspondam à realidade. Segundo informações dadas por técnicas de Ação Social com largos anos de experiência no terreno, existirão, seguramente, mais de uma centena de indivíduos estrangeiros a residir em Figueira de Castelo Rodrigo.

De um outro prisma, apresentou-se como absolutamente fundamental o envolvimento dos alunos do Instituto Politécnico da Guarda no Plano Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. O envolvimento deste público-alvo tem dois objetivos primordiais, por um lado, oferecer-lhe as respostas criadas pelo *Figueira Acolhe* e, por outro, absorver este capital humano crítico na conceção e implementação do projeto, tendo por base uma estratégia de captação e fixação de novos e velhos locais, altamente qualificados.

## 2.4 ENQUADRAMENTO LOCAL – ANÁLISE DEMOGRÁFICA DO INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

O projeto de implementar o ensino superior na Guarda, remonta à década de 70. Contudo foi necessário esperar até 1979 para que fosse criada a Escola Superior de Educação, posteriormente integrada no Instituto Politécnico.

Criado em 1980, pelo Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de Agosto, o IPG caracteriza-se por ser uma “pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar” (art. 3.º dos estatutos do IPG). Contudo, o IPG só em finais de 1985 veria traçadas as bases da sua implantação definitiva.

A dinâmica do processo desenvolvido a partir de então vai permitir o início, em 1986, das atividades letivas da Escola Superior de Educação e, no ano seguinte, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

Por seu turno, a Escola de Enfermagem da Guarda foi criada em Julho de 1965, na cidade da Guarda. Pelo Decreto-Lei n.º 480/88, de 23 de Dezembro, o Ensino de Enfermagem foi integrado no Ensino Superior Politécnico, e em 1989, a Escola de Enfermagem, foi convertida em Escola Superior de Enfermagem (ESEnf). No ano de 2001 a ESEnf, foi integrada no IPG, tendo em 2005 sido transformada em Escola Superior de Saúde (ESS). No ano de 1999, foi criada a Escola Superior de Turismo e Telecomunicações, atualmente designada de Escola Superior de Turismo e Hotelaria (ESTH), implementada na cidade de Seia.

O IPG foi um dos primeiros estabelecimentos de ensino superior a ver aprovados os seus estatutos, homologados pelo despacho normativo n.º 765/94, publicados em Diário da República (DR n.º 273, I Série-B) de 25 de Novembro. Desta forma, ficou constituído juridicamente como pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial.

O IPG integra, também, uma unidade orgânica de investigação (a UDI- Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior); unidades funcionais de apoio à atividade académica e de serviços à comunidade académica – os Serviços de Ação Social (SAS) e a Biblioteca. Os SAS são o serviço do Instituto vocacionado para assegurar as funções da Ação social escolar. São dotados

de autonomia administrativa e financeira, possuindo, designadamente, autonomia orçamental. Os estatutos do IPG consideram ainda a UED – Unidade de Ensino a Distância, a qual não foi ainda concretizada.

Os novos Estatutos do IPG foram aprovados pelo Despacho Normativo n.º 48/2008, de 4 de Setembro. A estrutura orgânica assenta num novo sistema de órgãos, composto por: Conselho Geral; Presidente; Conselho de Gestão; Conselho Superior de Coordenação; Conselho para a Avaliação e Qualidade e Provedor do Estudante.

A oferta formativa do IPG é ministrada no regime presencial (diurno e pós-laboral), compreende a formação de 1.º ciclo (licenciaturas), de 2.º ciclo (mestrados), pós-graduada e de especialização não conferente de grau académico, pós-secundária não superior (cursos de especialização tecnológica - CET), contínua e cursos preparatórios para o acesso ao ensino superior de maiores de 23 anos, caracterizando-se assim por uma oferta abrangente e multidisciplinar, com cursos em múltiplas áreas do conhecimento.

Desenvolve também atividades nos domínios da investigação (quer nas Escolas, quer na unidade de I&D), da transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico, da prestação de serviços à comunidade, de apoio ao desenvolvimento e de cooperação em áreas de extensão educativa, cultural e técnica. Deste modo, o IPG desempenha um papel decisivo na qualificação dos recursos humanos, em diversas áreas do saber, na sua esfera de competências, bem como no desenvolvimento económico, social, científico e cultural da região da Guarda.<sup>8</sup>

À semelhança da grande maioria dos centros de formação académica e investigação científica em Portugal e, em particular, no interior do país, o peso de uma população envelhecida e a erosão demográfica destes territórios conduziu à adoção de estratégias de sedução e captação de estudantes e investigadores internacionais.

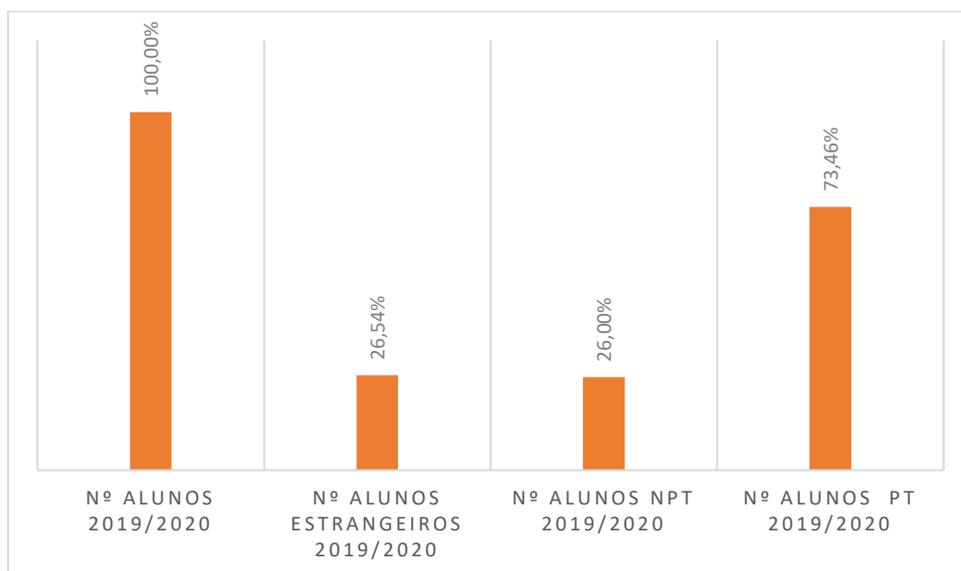
No presente ano letivo – 2019/2020 – o número total de alunos inscritos era cerca de 2.962, sendo que destes, 2.176 correspondiam a indivíduos de nacionalidade portuguesa e 786 a indivíduos estrangeiros. Isto significa que mais de 26% dos alunos inscritos no IPG para o ano letivo 2019/2020 são alunos estrangeiros. Verifica-se ainda que, dentro deste universo de

---

<sup>8</sup> Toda esta informação foi retirada integralmente da página do IPG, sem modificação – assumindo o autor que este texto não é da sua autoria e poderá ser consultada em: [http://www.ipg.pt/website/ipg\\_historia.aspx](http://www.ipg.pt/website/ipg_historia.aspx)

estudantes estrangeiros inscritos no IPG, cerca de 770 são nacionais de países terceiros, o que corresponde a 99,23% do total de alunos estrangeiros a frequentar o IPG no presente ano letivo.

**Gráfico 19 - Percentagem de Alunos Inscritos no IPG para o ano Letivo 2019/2020 – Alunos Estrangeiros, Alunos Nacionais de Países Terceiros e Alunos de Nacionalidades Portuguesa.**



Fonte: Elaboração Própria

Assim, tal como referido, no presente ano letivo encontram-se cerca de 776 alunos internacionais inscritos no IPG, sendo que destes 770 são nacionais de países terceiros e 6 são nacionais de Estados Membros da União Europeia. Segue a discriminação numérica e percentual das nacionalidades que compõem o mosaico intercultural do IPG.

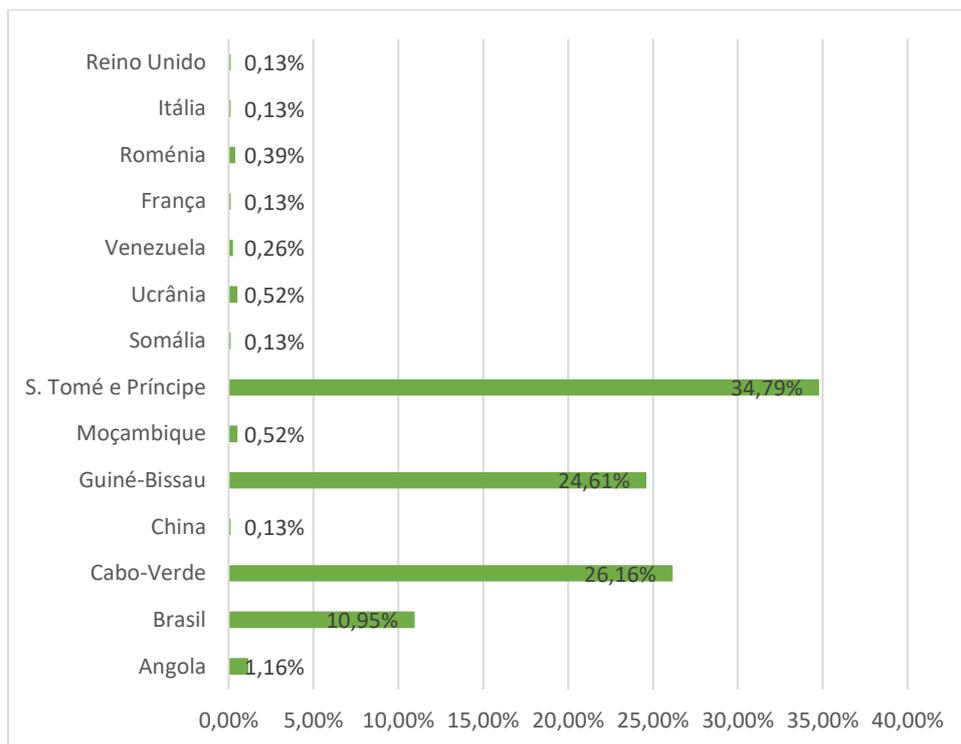
**Quadro 4 – Alunos Internacionais Inscritos no IPG por País de Origem – 2019/2020 – Nº e %**

País Origem	Nº	%
Angola	9	1,16%
Brasil	85	10,95%
Cabo-Verde	203	26,16%
China	1	0,13%
Guiné-Bissau	191	24,61%
Moçambique	4	0,52%
S. Tomé e Príncipe	270	34,79%
Somália	1	0,13%
Ucrânia	4	0,52%
Venezuela	2	0,26%
França	1	0,13%

<b>Roménia</b>	3	0,39%
<b>Itália</b>	1	0,13%
<b>Reino Unido</b>	1	0,13%
<b>TOTAL</b>	776	100,00%

Fonte: Elaboração Própria

**Gráfico 20 – Nacionalidades de Alunos Internacionais Inscritos no IPG para o ano Letivo 2019/2020 - %**



Fonte: Elaboração Própria

As nacionalidades mais representativas de alunos internacionais são, sem dúvida as nacionalidades lusófonas, sendo os alunos originários de S. Tomé e Príncipe 34,79%; de Cabo-Verde 26,16%, da Guiné-Bissau 24,61% e do Brasil 10,95%. Ao somar as nacionalidades de estudantes provenientes dos PALOPS, verifica-se que estas representam cerca de 97% dos alunos estrangeiros inscritos no IPG em 2019/2020.

## 2.4. PROCESSO PARTICIPATIVO

O *Figueira Acolhe - Plano Municipal de Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo* tem como premissa uma abordagem *bottom-up* e uma metodologia de ação inclusiva.

Neste sentido, e para dar corpo a um projeto abrangente e sólido, tornou-se absolutamente necessário o envolvimento de todos os parceiros e entidades locais que têm um contato privilegiado com a população residente, no geral, e a população migrante, em particular. É com esta visão que o *Figueira Acolhe* chama a si todos os *stakeholders* que são, diariamente, afetados pelas externalidades provocadas pelos fenómenos migratórios e são, eles próprios agentes ativos na construção da realidade social do concelho.

Para alcançar este objetivo e fazer deste um projeto verdadeiramente inclusivo, procedeu-se a uma ponderação e classificação dos principais agentes locais que têm potencial para contribuir, de forma construtiva na criação de estratégias multivetoriais no âmbito da integração de migrantes no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

De acordo com esta visão, segue a tabela com a análise dos principais *stakeholders* locais identificados.

**Quadro 5 - Matriz de Stakeholders Primários**

STAKEHOLDER	MISSÃO	FORMA COMO É AFETADO PELOS PROBLEMAS	CAPACIDADE E MOTIVAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO	AÇÕES POSSÍVEIS PARA IR DE ENCONTRO AOS INTERESSES/NECESSIDADES
<b>Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo</b>	Definir estratégias e políticas públicas orientadas para o desenvolvimento sustentável do Município e a afirmação do território de Figueira de Castelo Rodrigo como um vértice de desenvolvimento humano, económico, político e ambiental do Município	A existência de situações de discriminação social, pobreza e desemprego constroem o desenvolvimento humano, económico, político e ambiental do Município	Estimular a coesão social, o potencial humano de todos os residentes e fomentar a integração efetiva dos migrantes, de forma a acelerar o desenvolvimento social e, consequentemente, político-económico de	Criação de políticas públicas e fomentar ações que promovam o desenvolvimento do município na área da saúde, educação, ação social, habitação, transportes, abastecimento público, desporto e cultura – que afetam direta e indiretamente os migrantes e, em particular, os nacionais de países terceiros.

	<p>político e ambiental.</p> <p>Detetar, recolher e analisar as principais dificuldades da população portuguesa e migrante e delinear políticas públicas de acordo com as necessidades identificadas.</p>		Figueira de Castelo Rodrigo.	
<b>Instituto Politécnico da Guarda</b>	<p>Promover a qualificação de alto nível, a produção, transmissão, crítica e difusão de saber, cultura, ciência e tecnologia, através do estudo, da docência e da investigação</p>	<p>Situações de discriminação racial que impedem o crescimento intelectual, científico e académico do IPG.</p>	<p>Fomentar a interação entre alunos autóctones e alunos NPT; garantir que todos os alunos (portugueses ou estrangeiros) se sentem motivados a dar o melhor de si e a crescer ao nível académico, humano, social e intelectual, ao mesmo tempo que contribuem para o crescimento do Instituto.</p>	<p>Aperfeiçoar as ações de acolhimento e integração dos alunos internacionais, em particular, dos nacionais de países terceiros.</p>
<b>Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo</b>	<p>Educar e qualificar cidadãos em diversas vertentes: humana, ética, cultural, social, científica, artística, desportiva e tecnológica</p> <p>Garantir a qualidade do serviço público da educação e</p>	<p>Situações de discriminação social, carência económica e social que constroem a integração dos indivíduos na comunidade, impossibilitam o indivíduo na progressão de estudos e de integração na comunidade escolar, podendo</p>	<p>Fomentar a Cultura de inclusão, dos deveres de cidadania e o desenvolvimento de capacidades científicas e técnicas.</p> <p>Estimular a solidariedade e inclusão dos alunos migrantes e autóctones.</p>	<p>Ações orientadas para a integração dos indivíduos no mercado de trabalho e de inclusão social.</p> <p>Efetuar parcerias que contribuam para o desenvolvimento sustentado do Projeto Educativo do Agrupamento/Escola, para a melhoria da qualidade do serviço educativo e para o</p>

	a formação e qualificação dos alunos.	levar ao abandono escolar.	Fomentar equipas de cooperação multifuncionais e multidisciplinares	sucesso educativo dos alunos.  Realizar parcerias que propiciem o desenvolvimento académico e científico dos alunos
<b>Associação de Pais e Encarregados de Educação de Figueira de Castelo Rodrigo</b>	Apoiar a educação e qualificação garantidas pelas escolas do concelho.  Contribuir para o desenvolvimento humano das gerações mais novas em sintonia com os princípios da solidariedade, respeito e tolerância.	Situações de discriminação social, carência económica e social que constroem a integração dos indivíduos na comunidade, impossibilitam o indivíduo de desenvolver todo o seu potencial humano e de progredir nas diversas vertentes da vida: humana, intelectual, profissional, económica e social.	Fomentar a cultura de inclusão e dos deveres de cidadania nas crianças.  Estimular o sentido de solidariedade e empatia nas crianças.  Fomentar a inclusão de alunos migrantes autóctones.	Efetuar parcerias com instituições locais que trabalhem com crianças (em particular as escolas).  Apoiar/realizar ações orientadas para o desenvolvimento humano das crianças portuguesas e migrantes.
<b>Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo</b>	Contribuir para a planificação da intervenção do Estado e para a coordenação, acompanhamento, e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens.	A existência de situações de discriminação, exclusão, racismo e xenofobia constroem o desenvolvimento das crianças e jovens, sendo uma ofensa aos seus direitos.	Fomentar a cultura de inclusão e dos deveres de cidadania nas crianças, nas famílias e na comunidade local.	Realização de ações de sensibilização da comunidade autóctone para os direitos das crianças, tendo em conta, a diversidade cultural.  Criação de parcerias e realização de ações vocacionadas para o desenvolvimento de estratégias que garantam que todas as crianças são tratadas com dignidade e usufruem dos direitos que lhes assistem.
<b>NERGA - Núcleo Empresarial Da Região Da Guarda – Associação Empresarial</b>	Representar e defender as empresas e os empresários da região da Guarda e	Tecido empresarial e económico desafiado pela baixa densidade demográfica,	Promover a empregabilidade de migrantes.  Formação e capacitação dos	Criação de uma rede que permita às entidades afetas às dinâmicas do mercado de trabalho aceder a informação útil ao seu

	<p>apoiá-los nos domínios técnicos e económico, social, inovação, internacionalização, informação e formação, de modo a tornar o tecido empresarial cada vez mais competitivo.</p>	<p>distância dos centros urbanos Lisboa e Porto e custo dos acessos terrestres.</p> <p>Carência de mão-de-obra.</p> <p>Situações de discriminação social por parte dos empregadores.</p>	<p>indivíduos para a inserção laboral.</p> <p>Satisfação das necessidades de mão-de-obra das entidades empregadoras.</p> <p>Reforçar o tecido económico e empresarial da região.</p>	<p>desenvolvimento, tal como, o capital humano da região.</p> <p>Parcerias institucionais para a resolução de questões burocráticas dos migrantes.</p> <p>Ações para a promoção da empregabilidade e direitos laborais dos migrantes.</p>
<b>Centro de Emprego de Pinhel</b>	<p>Entidade pública nacional de execução das políticas e medidas de promoção do emprego, empreendedorismo e formação profissional para satisfazer as necessidades do mercado de trabalho, contribuindo para a promoção do emprego digno, qualificação relevante e atitude empreendedora, visando a autonomia individual.</p>	<p>Dificuldades de comunicação e articulação entre entidades patronais e trabalhadores nacionais e estrangeiros.</p> <p>Dificuldade de articulação entre as necessidades de procura e oferta do mercado de trabalho.</p>		
<b>Associação do Comércio e Serviços do Distrito da Guarda</b>	<p>Representar os interesses e anseios das empresas e promover ou atuar diretamente em iniciativas voltadas ao desenvolvimen</p>			

	to do distrito da Guarda			
<b>Fundação D. Ana Paula Águas Vaz de Mascarenhas</b>	Desenvolver atividades de solidariedade social e apoiar crianças, jovens e respetivas famílias com dificuldades de inserção social, bem como, indivíduos portadores de deficiências, procurando garantir o respeito pelos seus direitos no âmbito da promoção dos direitos de igualdade de oportunidades.	Situações de carência económica e social que impossibilitam o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos indivíduos, a integração efetiva na comunidade	Estimular a igualdade de oportunidades e coesão social.  Potenciar o desenvolvimento de projetos de inovação social.  Promover a integração social dos indivíduos atendendo às suas particularidades	Melhoria e adequação das condições de funcionamento técnico-pedagógico e materiais às características culturais dos migrantes  Realizar atividades de tempos livres a vários níveis etários através das expressões artísticas.  Criar apoios a idosos, a crianças em situação de risco, apoio aos núcleos familiares migrantes.  Desenvolvimento de serviços nas áreas sociais e, também, nas áreas da saúde, educação e cultura.  Ações orientadas para a inclusão social de forma a responder às necessidades da comunidade.
<b>Associação Transumância e Natureza</b>	Conservar, valorizar, conhecer e divulgar o património natural do Nordeste de Portugal, pela via da sustentabilidade e com a participação da comunidade, através da gestão e da proteção de áreas naturais.	A Conservação da fauna e da flora são diretamente produto do nível de consciência das populações.  Simultaneamente, a educação ambiental é uma temática agregadora das pessoas, independentemente das suas origens culturais, étnicas ou ideológicas.	Educar para a disseminação de uma cultura de respeito pela vida, nas suas diferentes manifestações.	Criação de parcerias com entidades locais para o desenvolvimento de estratégias orientadas para a sensibilização/ consciencialização das pessoas quanto ao seu papel fundamental na manutenção de um mundo heterogéneo e harmonioso.
<b>Jornal Ecos da Marofa</b>	Divulgação de informação e promoção da	Sociedades mais heterogéneas tendem a ser	Estimular a inclusão social, a interculturalidad	Dar voz aos NPTs através da publicação

	criação de uma opinião pública informada.	mais dinâmicas e a contribuir para a consolidação de opiniões públicas mais informadas.	e e a solidariedade local e contribuir para a consolidação de sociedades mais dinâmicas e interessadas.	de artigos de jornal ou spots de rádio.  Divulgação de iniciativas relacionadas com a temática das migrações.
--	---	---	---	---

Tendo em conta as suas características intrínsecas e o papel de relevo que assumem na comunidade local, convidaram-se estes *stakeholders* para uma parceria no Figueira Acolhe. O objetivo é, tal como referido anteriormente, fazer deste, um projeto verdadeiramente inclusivo que parta de premissas de construção horizontal e com recurso a uma abordagem *bottom-up*.

Assim, torna-se fundamental a participação ativa destes parceiros em todas as fases do projeto, nomeadamente, para a construção do plano e para a sua implementação. Tendo em conta a filosofia do Figueira Acolhe e a necessidade de garantir que este é um projeto participativo, no qual todos os stakeholders são agentes ativos, criou-se a **Plataforma para a Interculturalidade** e um **Modelo de Governação - Somos Figueira**.

A **Plataforma para a Interculturalidade** é o principal mecanismo que permite e incentiva a participação ativa dos parceiros do Figueira Acolhe, enquanto o **Modelo de Governação - Somos Figueira** é o compromisso dos mesmos na concretização do *Figueira Acolhe*.<sup>9</sup>

Para além destes parceiros, tornou-se importante a inclusão de outras entidades locais no projeto e, em particular, na *Plataforma para a Interculturalidade*, pois são, também eles, *stakeholders* no âmbito da diversidade cultural do concelho - embora com uma escala e profundidade diferentes. Desta sorte, e para garantir uma maior abrangência, optou-se pela inserção do *Figueira Acolhe* na Rede Social de Figueira de Castelo Rodrigo, na qual estão representados os restantes stakeholders locais de interesse, nomeadamente: Centro de Saúde, Instituto da Segurança Social, Representantes das Juntas de Freguesia do concelho, IPSSs do concelho e Guarda Nacional Republicana.

<sup>9</sup> O Capítulo 5 explica o funcionamento detalhado da Plataforma para a Interculturalidade e o Capítulo 6 o Modelo de Governação.

Adiante, apresenta-se uma matriz com a respetiva análise dos principais *stakeholders* que constituem o organismo referido.

**Quadro 6 - Matriz de Stakeholders Secundários**

STAKEHOLDER	MISSÃO	FORMA COMO É AFETADO PELOS PROBLEMAS	CAPACIDADE E MOTIVAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO	AÇÕES POSSÍVEIS PARA IR DE ENCONTRO AOS INTERESSES/NECESSIDADES
<b>Centro de Saúde de Figueira de Castelo</b>	O <b>Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo</b> é uma Unidade de Cuidados de Saúde Primários, vocacionada para a prestação de cuidados de proximidade nas vertentes da prevenção, tratamento e reabilitação dos seus Utentes, sendo a sua área de influência o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.	Situações de carência económica que podem conduzir à subestimação de hábitos de vida saudáveis.  Dificuldade de regularização de documentação podem comprometer o acesso a cuidados de saúde.	A equipa de saúde é multidisciplinar e sempre empenhada em ajudar o Utente na promoção da sua saúde, na prevenção da doença e no tratamento e reabilitação.	Criação de uma rede com entidades locais para identificação de novos locais e posterior encaminhamento dos devidos cuidados de saúde.  Realização de consultas de diagnóstico para Novos Locais, sobretudo, no despiste de doenças endémicas infetocontagiosas.  Promoção e ações de sensibilização sobre hábitos de vida saudáveis.
<b>Instituto da Segurança Social de Figueira de Castelo</b>	Ser o elo de confiança da sociedade portuguesa na coesão social, promovendo um serviço humanista, de proximidade e de excelência. Tem como missão garantir a proteção e a inclusão social das pessoas, reconhecendo	Situações de carência económica e social que impossibilitam o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos indivíduos, a integração efetiva na comunidade	O Instituto da Segurança Social tem como objetivos estratégicos e motivação para a intervenção: assegurar a proteção e inclusão social; garantir o cumprimento contributivo e prestacional; assegurar a satisfação dos e das clientes;	Criação de parcerias com entidades locais para o desenvolvimento de estratégias orientadas para a integração de novos locais em Figueira de Castelo Rodrigo e combate a situações de pobreza, racismo, discriminação e xenofobia.

	os seus direitos, assegurando o cumprimento das obrigações contributivas e promovendo a solidariedade social.		promover a motivação das trabalhadoras e dos trabalhadores; aumentar a eficiência dos serviços	
<b>Juntas de Freguesia de Figueira de Castelo</b>	As Juntas de Freguesia são o órgão executivo colegial de cada uma das freguesias de Figueira de Castelo Rodrigo. As Juntas de Freguesia fazem a ponte entre o poder local e o poder municipal e nacional.	O desenvolvimento local das freguesias é diretamente proporcional à capacidade de extrair o potencial humano dos seus residentes e, como tal, défices no que à integração de migrantes diz respeito, significam entraves ao desenvolvimento social, económico e político da região.	Estimular a inclusão social, a interculturalidade e a solidariedade local contribui para a consolidação de sociedades mais dinâmicas e prósperas.	Criação de uma rede com entidades locais com o objetivo de promover uma eficaz inclusão dos novos locais na sociedade autóctone.
<b>IPSS de Figueira de Castelo</b>	São instituições constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico.	Situações de carência económica e/ou de exclusão social que afetam o bem estar físico, psicológico e emocional dos imigrantes.	Apoio a crianças e jovens; apoio à família; proteção dos cidadãos na velhice e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina	Criação de uma rede com entidades locais com o objetivo de promover uma eficaz inclusão dos novos locais na sociedade autóctone.

			preventiva, curativa e de reabilitação; educação e formação profissional dos cidadãos; resolução dos problemas habitacionais das populações.	
<b>GUARDA NACIONAL REPUBLICANA DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO</b>	Garantir a segurança da comunidade local no território concelhio.	Situações de exclusão social e discriminação tendem a fomentar a criminalidade e ameaçar a segurança-	Capacidade de diálogo e sensibilização para a adoção de comportamento s adequados na sociedade. Manutenção da segurança	Ações de educação e sensibilização para a adoção de comportamentos saudáveis e respeito pelo Estado de Direito.

A invocação de todas estas entidades locais parte do princípio que estas se afiguram como stakeholders do Plano Municipal de Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo e por todas as dinâmicas subjacentes ao fenómeno migratório – ou seja, todas as entidades enumeradas participam e/ou são afetados pelas dinâmicas referidas.

A criação da Plataforma para a Interculturalidade assenta nestas parcerias e representa o espírito do Figueira Acolhe – um projeto inclusivo que parte de uma abordagem *bottom up* e é construído a partir de uma metodologia participativa.

## 3. DIAGNÓSTICO LOCAL

### I. SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

Tal como referido no Diagnóstico Social de Figueira de Castelo Rodrigo (2019), até meados da década de 60, Portugal caracteriza-se pelos acentuados movimentos emigratórios, com muitos portugueses a saírem das fronteiras em direção a outros destinos europeus, nos quais encontravam condições de vida mais aprazíveis. Este fenómeno inverte-se com a revolução dos cravos em Abril de 1974, sendo que a partir da seguinte década milhares de portugueses vindos das ex-colónias africanas regressam a território lusitano, começando, também, a verificar-se significativos fluxos de africanos à procura de refúgio em Portugal.<sup>10</sup>

Também Figueira de Castelo Rodrigo se pauta por esta tendência emigratória, diferenciando-se, no entanto, na experiência imigratória. Ao contrário dos grandes centros urbanos, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, tal como muitos territórios do Interior, não verifica a entrada de significativos contingentes de migração africana, sendo os fluxos mais representativos os que provêm de países de leste (Roménia, Ucrânia, Moldávia, Rússia, Bulgária, etc.).

Na atualidade, verifica-se também um importante movimento migratório proveniente do Brasil, sendo que em 2018, a nacionalidade com maior número de indivíduos residentes em Figueira de Castelo Rodrigo (12), seguida da ucraniana (7), depois da chinesa (6), países americanos (3) e países africanos (3).<sup>11</sup>

Um dos principais veículos de acolhimento e integração da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo é o **Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes – CLAIM**, inserido no Serviço de Ação Social da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. O CLAIM Figueira de Castelo Rodrigo é um serviço autárquico tendo por este motivo um âmbito de intervenção essencialmente concelhio. No entanto e, derivado à inexistência desta estrutura em alguns dos municípios limítrofes, o CLAIM também dá apoio à comunidade migrante que aí se dirige.

O serviço prestado pelo CLAIM de Figueira de Castelo Rodrigo constitui uma referência local para o apoio à população migrante e minorias étnicas e, confina em parcerias e cooperação interinstitucionais, quer a nível local quer a nível regional e nacional. A título de exemplo referir entidades como o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), o Serviço de Estrangeiros e

<sup>10</sup> Os movimentos migratórios em Portugal são abordados com maior profundidade no capítulo 2.2 Enquadramento Nacional.

<sup>11</sup> Mais informações no Quadro 2, Gráfico 17 do Capítulo 2.3.

Fronteiras (SEF), a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Pinhel (IEFP), a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Figueira de Castelo Rodrigo, o Centro Distrital de Segurança Social – Serviço Local do Fundão, Guarda Nacional Republicana (GNR), Serviço Local de Segurança Social, Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo, IPSS Locais, UCSP Figueira de Castelo Rodrigo, ULS Guarda, entre outros.

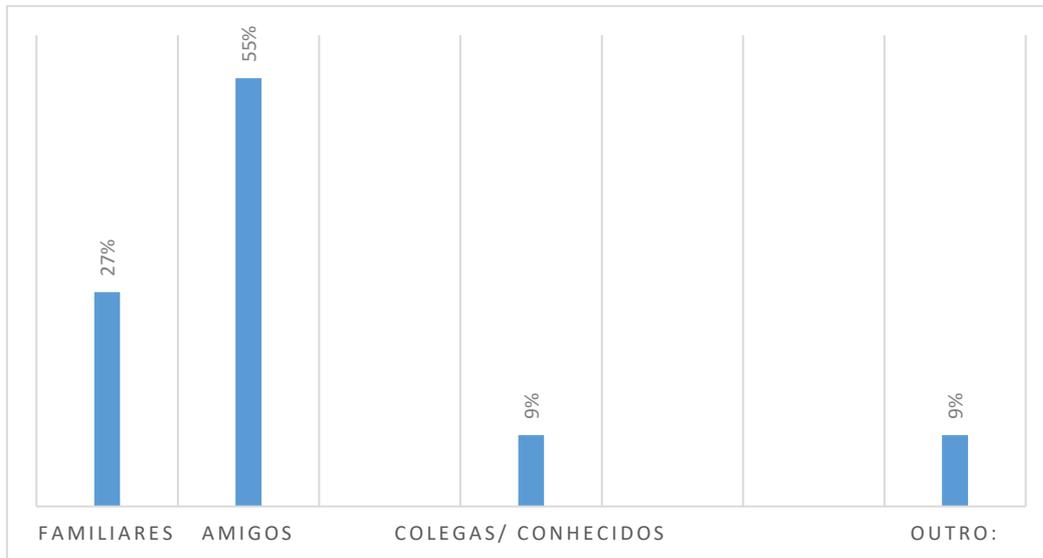
Este gabinete tem como principal propósito promover a integração social, laboral e cultural de todas as comunidades migrantes e minorias étnicas, tais como: i) – acompanhar e encaminhar as comunidades com vista ao necessário enquadramento legal, laboral, social e cultural, junto das entidades competentes; ii) – apoiar e desenvolver ações de divulgação junto da população migrante relativamente aos seus direitos e deveres; iii) – promover o acompanhamento jurídico-administrativo, nomeadamente na emissão e pedido de certificação de registo de cidadão da união europeia, entre outros e, iv) – desenvolver, apoiar e coordenar ações de carácter lúdico-cultural.

Embora o CLAIM Figueira de Castelo Rodrigo possua ferramentas de diagnóstico formal, a experiência de quem escuta, conversa e vive diariamente com esta população é uma fonte de informação riquíssima que não poderia passar em branco na auscultação destas populações em Figueira de Castelo Rodrigo. Assim, através do atendimento presencial, foi possível o levantamento de bastante informação relativa ao processo de integração dos migrantes, à sua relação com os serviços e com a população autóctone, as suas experiências e perceção da discriminação racial e étnica.

Segundo a experiência do CLAIM a verdade é que a maior parte dos imigrantes de Figueira de Castelo Rodrigo, hoje em dia, acaba por recorrer a amigos e/ou familiares sempre que precisam de ajuda na adaptação à cultura e funcionamento da sociedade portuguesa. Assim, os pedidos de apoio ao CLAIM são feitos, um pouco em última instância e quando o são, a grande maioria das questões que surgem estão relacionadas com a regularização de documentação ou, até, questões de ação social.

Confirmando esta indicação, quando questionado sobre a quem recorrem quando têm dúvidas em relação às coisas do quotidiano em Figueira de Castelo Rodrigo, a grande maioria dos inquiridos (55%) responde que recorre a amigos, 27% aponta para familiares, 9% para colegas/conhecidos e outros 9% a outros, sem, contudo, especificar.

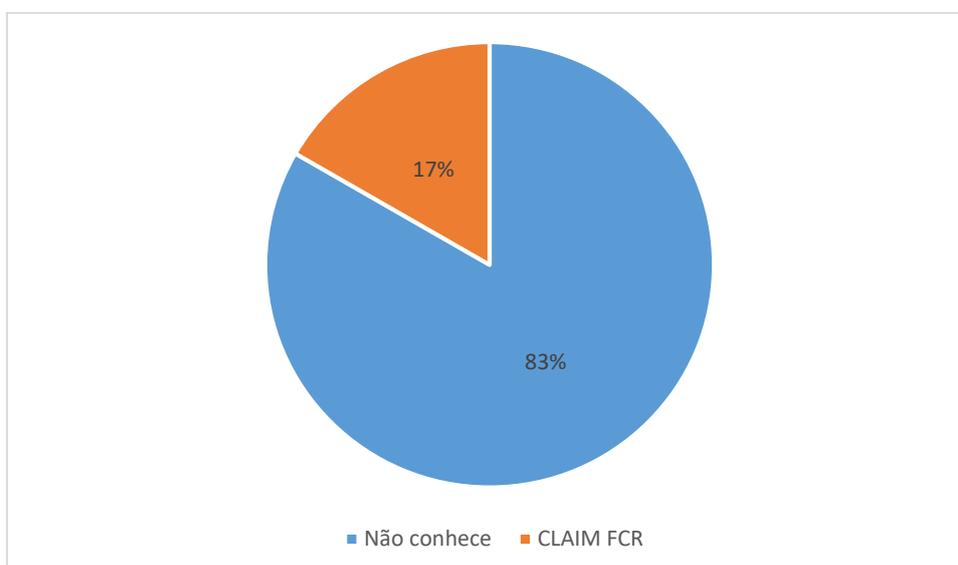
**Gráfico 21 – A Quem Recorrem os Imigrantes Quando Têm Dúvidas em Relação A Coisas do Quotidiano (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração própria

De forma complementar, ao questionar os imigrantes de Figueira de Castelo Rodrigo sobre os serviços de atendimento especializado ao imigrante que conheciam, a esmagadora maioria (83%) afirma não conhecer nenhum e apenas 17% aponta o CLAIM como um serviço com essa missão. Acredita-se que muitos destes inquiridos que afirmam desconhecer um serviço especializado de apoio ao imigrante, conheçam o CLAIM, podendo, simplesmente, não saber que essa é a sua função particular e associando este serviço a outros de ação social.

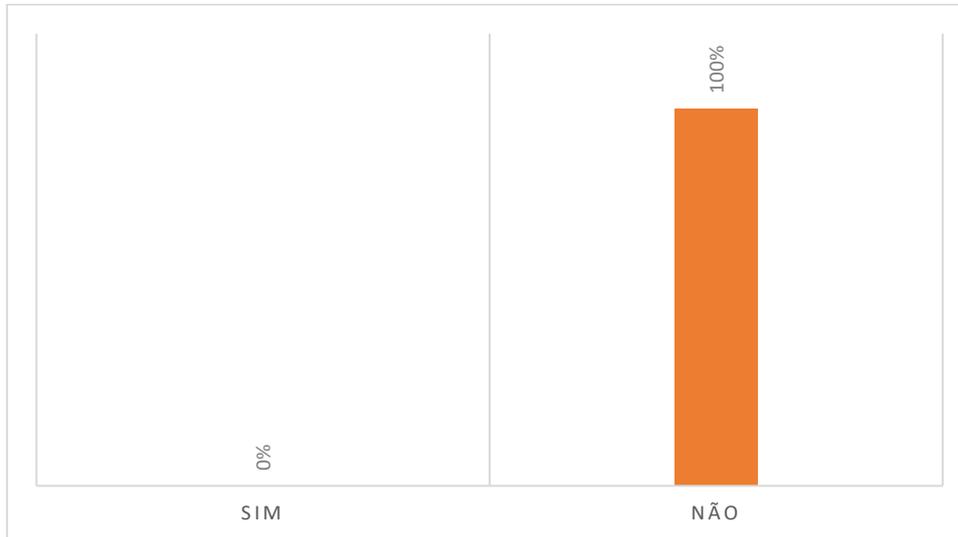
**Gráfico 22 – Conhecimento de Serviços de Atendimento Especializado ao Migrante (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração própria

De forma semelhante, nenhum dos inquiridos afirma conhecer um serviço de mediação cultural no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

**Gráfico 23 – Conhecimento de Serviços de Mediação Cultural em Figueira de Castelo Rodrigo (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração própria

De uma forma geral, o acolhimento e integração de novos locais em Figueira de Castelo Rodrigo é feito pelo CLAIM de Figueira de Castelo Rodrigo, sendo as parcerias estabelecidas com entidades locais um pilar importante neste âmbito.

Não obstante, a investigação levada a cabo oferece algumas informações pertinentes. Antes de mais, a grande maioria dos nacionais de países terceiros residentes no concelho não reconhece a existência de um serviço especializado de apoio ao migrante – como é o CLAIM.

Paralelamente, quando se trata de esclarecer dúvidas ou solucionar desafios impostos pela aprendizagem do funcionamento de uma sociedade completamente nova e, por vezes, culturalmente diferente, estes migrantes tendem a recorrer, exclusivamente, a apoios não formais – tais como amigos, familiares, colegas ou conhecidos.

Estes factos oferecem importantes alertas na definição de novas estratégias de integração locais que poderão passar por uma otimização da comunicação e uma maior proximidade entre os serviços e os seus públicos-alvo.

No **Instituto Politécnico da Guarda** existem dois organismos de apoio ao estudantes internacionais: O Gabinete de Relações Internacionais e o Gabinete de Mediação Cultural.

O **Gabinete de Relações Internacionais** do IPG ocupa-se, essencialmente, da gestão dos programas ERASMUS e de estudantes internacionais em mobilidade (nomeadamente, alunos brasileiros, mexicanos e outros do continente americano). Neste sentido, o Gabinete de Relações Internacionais realiza, aquando da chegada de novos alunos dos programas referidos as Welcoming Sessions, cujo objetivo é precisamente fazer acolhimento primário e divulgar algumas informações úteis relativas a aulas, horários, cartões de refeições, apoio no processo de arrendamento, etc.

O **Gabinete de Mediação Intercultural (GMI)** tem como missão melhorar a integração dos estudantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em particular africanos, na comunidade académica desta instituição de Ensino Superior e na comunidade envolvente.

O GMI tem como objetivos principais identificar as necessidades sociais, económicas e humanas destes estudantes internacionais do IPG de modo a proporcionar oportunidades de igualização e ações que previnam a desigualdade e a indiferença; contribuir para a melhoria da qualidade de vida desses estudantes, potenciando a sua integração na comunidade educativa e na comunidade envolvente, o que inclui desenvolver a consciencialização sobre as diferenças culturais dos seus países em relação ao país anfitrião em que estão a viver e em que se pretende uma convivência respeitosa, solidária e dignificante entre todas as partes envolvidas.

Assim, para além de pretender contribuir para uma convivência internacional harmoniosa, potenciando a interação positiva de toda a comunidade académica com a diversidade sociocultural, fator positivo na vida desta instituição portuguesa de ensino superior, o GMI desenvolve ainda ações com vista à interação com as diversas instituições de cariz social da comunidade envolvente.

Este Gabinete é composto por 5 membros – 4 docentes e uma técnica – com áreas de formação diversas, tais como Sociologia, Psicologia, Línguas, Matemática e, ainda, um parco da capelania do IPG, sendo alguns deles membros da RESMI (Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural), está em funcionamento diário (manhã ou tarde), no edifício dos Serviços Centrais do Instituto Politécnico, junto ao Posto Médico

O GMI faz um acompanhamento próximo dos alunos internacionais e logo à sua chegada é realizada uma sessão em que são recolhidos dados pessoais, expectativas e é feita uma avaliação das necessidades de cada. Caso se verifiquem necessidades de bens primários, o GMI encarrega-se de garantir que nenhum aluno tem carência de alimentos, roupas ou calçado. É, também,

dado apoio aos alunos no processo de arrendamento de casas, garantindo princípios de não discriminação étnica.

Sendo um dos membros do GMI, psicóloga de formação e profissão, é também disponibilizado acompanhamento psicológico para os alunos internacionais que o solicitem ou que a ele sejam propostos e o aceitem, voluntariamente.

De acordo com o estudo realizado sobre os serviços de acolhimento e integração do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e Instituto Politécnico da Guarda, segue a seguinte análise SWOT.

### Quadro 7 – Análise SWOT para os Serviços de Acolhimento e Integração



## II. URBANISMO E HABITAÇÃO

Segundo dados apurados pelo Diagnóstico Social de Figueira de Castelo Rodrigo (2019) o número de alojamentos existentes no concelho tem aumentado de forma pouco expressiva, ao longo dos últimos anos.

**Quadro 8 – Parque Habitacional de Figueira de Castelo Rodrigo**

Ano	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Nº de Alojamentos	<b>5434</b>	<b>5430</b>	<b>5428</b>	<b>5427</b>	<b>5421</b>	<b>5414</b>	<b>5402</b>

Fonte: INE

Ainda de acordo com o Diagnóstico Social de Figueira de Castelo Rodrigo (2019)

*“em relação às habitações dos munícipes, aferiu-se uma diversidade de problemas, de entre os quais a degradação e/ou esvaziamento de alojamentos, especialmente nas freguesias rurais, a degradação de zonas referenciadas como zonas de salvaguarda, a falta de sensibilização ambiental da população e a tendência de concentração populacional na sede do concelho, com a conseqüente desertificação das freguesias rurais.*

*Em termos de recursos para solucionar algumas destas problemáticas, salientamos a implementação das Medidas de Apoio de Emergência Social e Familiar e o Regulamento Municipal de Atribuição e Ocupação das Habitações Sociais, que no decorrente ano de 2019 apresenta 18 habitações sociais de arrendamento apoiado.” (p.72).*

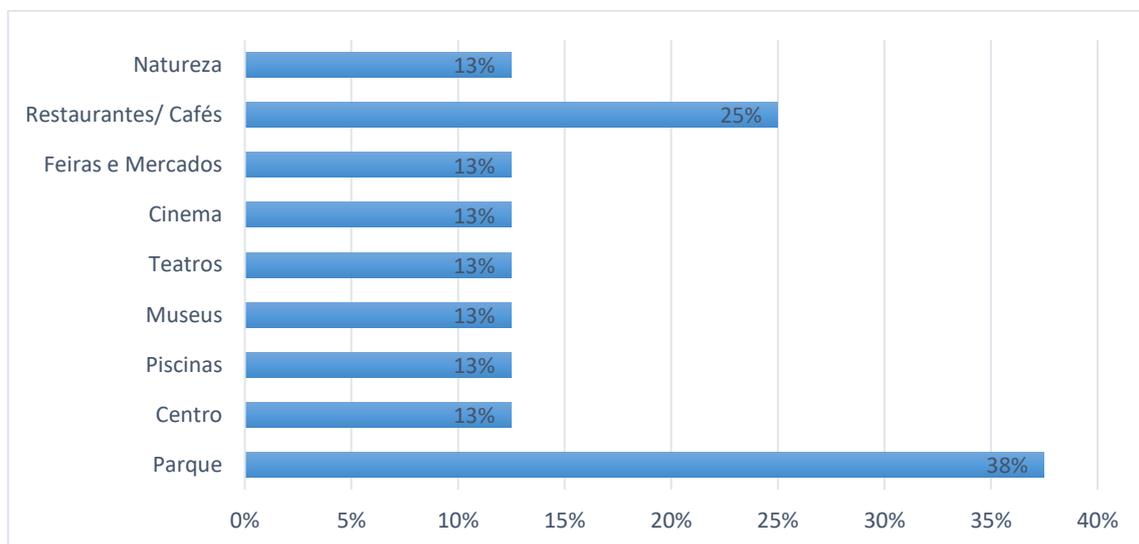
Relativamente aos migrantes, acredita-se que estes estejam um pouco dispersos pelo concelho, embora se assinale um número mais elevado de novos locais na freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo por ser esta a mais urbana. Contudo, mesmo em Figueira de Castelo Rodrigo não se verifica a existência de zonas de maior ou relevante concentração de migrantes, o que é um fator importante na integração dos mesmos e no combate à estigmatização social e demográfica.

Pese embora, não sejam realizadas, com frequência, iniciativas destinadas a fomentar o convívio entre pessoas do mesmos bairros e entre pessoas de bairros diferentes, segundo a informação

dos técnicos do CLAIM, os moradores de bairros próximos, nacionais de países terceiros, fazem, muitas vezes, por iniciativa própria, encontros de confraternização.

No que concerne aos espaços públicos mais procurados pelos migrantes para atividades de lazer é de salientar os passeios pelo parque com animais e/ou crianças (38%); restaurantes/cafés (25%); os passeios pela natureza (13%); feiras e mercados (13%); cinemas (13%); teatros (13%); museus (13%); piscinas (13%); passeios pelo centro de Figueira de Castelo Rodrigo (13%).

**Gráfico 24 – Espaços Públicos de Interesse (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração própria

De uma forma geral, a baixa densidade demográfica que tem vindo a instalar-se no concelho provoca sérios desafios na gestão dos parques urbanísticos e habitacionais, tais como:

- Degradação e abandono de alojamentos nas freguesias rurais;
- Degradação e abandono de alojamentos em zonas de salvaguarda – tais como o Centro Histórico de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Falta de sensibilização ambiental da população – acumulação de lixos e resíduos;
- Desertificação das freguesias rurais.

Contudo, a população não é diretamente afetada por estes problemas, sendo possível que, pelo contrário goze de algumas externalidades positivas, nomeadamente, a facilidade de encontrar habitações em regime arrendatário com qualidade e preços acessíveis. Por outro lado, também

estas pessoas, tendem a concentrar-se na sede de concelho, onde as oportunidades económicas e sociais são maiores, contribuindo, inevitavelmente, a assimetria demográfica do concelho.

Junto da população estudente do Instituto Politécnico da Guarda, sobretudo dos estudantes internacionais, verifica-se que, pese embora haja um equilíbrio entre procura e oferta no mercado de habitação para arrendamento (característica de cidades universitárias); existe uma dificuldade de acesso digno destes estudantes ao mercado por desconhecimento do mesmo e, também, por alguns resquícios de racismo entre certos arrendatários. O GMI intervém nesta área, criando uma ponte entre alunos e senhorias e verificando que este arrendamento é feito a com condições dignas.

Segue uma análise dos principais fatores positivos (Forças e Oportunidades) e negativos (Fraquezas e Ameaças); dos fatores internos (Forças e Fraquezas) e dos fatores externos (Oportunidades e Ameaças) que constituem as dinâmicas de Urbanismo e Habitação do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e Instituto Politécnico da Guarda.

**Quadro 9 – Análise SWOT para o Urbanismo e Habitação**



### III. MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

O mercado de trabalho em Figueira de Castelo Rodrigo sofre os mesmos problemas e desafios que os demais territórios do interior de Portugal, nomeadamente, a dificuldade de fixação de capital humano e a dependência de atividades do setor primário com dificuldade na promoção de trabalho de longa duração e salários competitivos. Os níveis de empregabilidade são, relativamente, altos, contudo, também o é, a tendência de saída de jovens cidadãos em idade ativa e mão-de-obra qualificada.

Com o objetivo de construir uma fiel descrição do mercado de trabalho do concelho, procedeu-se à análise de vários indicadores, começando com aquele que é um dos mais fortes na reflexão sobre a estrutura económica e social dos territórios: o desemprego. Para este efeito, procedeu-se à recolha de dados apurados nos Censos de 2001 e 2011. Deverá ser feita nota à situação do país em 2011 de crise económica, devendo esta questão ser tida em conta na análise destes dados. Contudo e uma vez que os últimos censos foram no referido ano, por agora, são a melhor fonte de informação disponível.

Segundo a informação obtida, enquanto em 2001 os níveis de desemprego de Figueira de Castelo Rodrigo se encontravam abaixo dos valores nacionais (6,1% para Figueira de Castelo Rodrigo e 7,3% para Portugal), o mesmo não acontece em 2011, invertendo-se esta relação, sendo os níveis de desemprego no concelho ligeiramente superiores à média nacional (15,5% para Figueira de Castelo Rodrigo e 15,2% para Portugal). É de referir, também, que à semelhança da tendência do país, os níveis de desemprego entre a população feminina tendem a ser, consideravelmente, mais elevados do que os da população masculina. A relação é de 12,2% de desempregadas para 3% de desempregados em 2001 e de 19,2% desempregadas para 13% desempregados em 2011 – em Figueira de Castelo Rodrigo.

**Quadro 10: Desempregados por 100 empregados: total e por sexo – Onde há mais e menos desempregados por 100 - (%)**

Territórios		Sexo					
		Total		Masculino		Feminino	
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011
NUTS 2013	Portugal	7,3	15,2	5,5	14,4	9,6	16,0
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	6,1	15,5	3,0	13,0	12,2	19,2

Fonte: Pordata

Paralelamente, procede-se à análise do indicador oposto: o emprego, em particular a percentagem de pessoas empregadas por cada 100 cidadãos ativos, com discriminação por género. Estes valores são bastante animadores, verificando-se que em 2001 a percentagem de cidadãos empregados por cada 100 ativos, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo era superior à média nacional – 94,2 para 93,2. Já em 2011, como seria de esperar, verifica-se que estes valores no concelho estão, ligeiramente, abaixo dos valores nacionais – 86,6 para 86,8. Em termos de género, verifica-se que a população masculina tende a assumir graus de empregabilidade superior aos da população feminina. Em 2001 97,1% dos homens estavam empregados, enquanto a de mulheres ficava-se pelos 89,1% e em 2011 os homens apresentam taxas de empregabilidade na ordem dos 88,5% e as mulheres cerca de 83,9%.

**Quadro 11: Empregados por 100 ativos segundo os Censos: total e por sexo – Onde há mais e menos pessoas a trabalhar por 100 ativos - (%)**

TERRITÓRIOS		Sexo					
		Total		Masculino		Feminino	
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011
NUTS 2013	Portugal	93,2	86,8	94,8	87,4	91,3	86,2
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	94,2	86,6	97,1	88,5	89,1	83,9

Fonte: Pordata

Almejando uma compreensão mais profunda das dinâmicas de empregabilidade, procede-se ao estudo da relação entre o desemprego e os níveis de escolaridade, para os anos 2001 e 2011. Verifica-se, que o nível de escolaridade que apresenta maior número cumulativo (entre 2001 e 2011) é o do 1º ciclo básico – contando com 48 desempregados em 2001 e 69 em 2011. Continuando na lógica de valores cumulativos, o nível básico 2º ciclo e 3º ciclo apresentam, também, valores expressivos. Enquanto em 2001 o básico 2º ciclo contava com 31 desempregados, estes passaram a 53 em 2011. Já o básico 3º ciclo passa de um total de 23 em 2001 para 64. Entendendo a situação do país já referida anteriormente, verifica-se que pessoas com o ensino secundário deram um pulo para o desemprego, contabilizando em 2001 apenas 17 e em 2011 76. O mesmo aconteceu com indivíduos com o ensino superior, as quais em 2001 apontavam apenas 6 desempregadas e em 2011 aumentam para 39. Claramente, as pessoas com níveis de escolaridade mais baixo continuam a ser as mais atingidas pelo flagelo do desemprego, contudo, em períodos de crise, este fenómeno atinge, também, pessoas com níveis de escolaridade superiores – embora em menos escala.

**Quadro 12: População desempregada segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo - Onde há mais e menos desempregados sem instrução ou com o ensino básico, secundário ou superior?**

TERRITÓRIOS		NÍVEL DE ESCOLARIDADE							
		Total		Sem nível de escolaridade		Básico 1º ciclo		Básico 2º ciclo	
ÂMBITO GEOGRÁFICO	Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
NUTS 2013	Portugal	339	662	23 928	9 392	101	137	61	88
		261	180			322	575	988	785
MUNICÍPIO	Figueira de Castelo Rodrigo	140	313	15	9	48	69	31	53

TERRITÓRIOS		NÍVEL DE ESCOLARIDADE							
		Básico 3º ciclo		Secundário		Médio		Superior	
ÂMBITO GEOGRÁFICO	Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011

<b>NUTS 2013</b>	<b>Portugal</b>	75 170	157 788	56 263	158 039	857	10 778	19 733	99 823
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Figueira de Castelo Rodrigo</b>	23	64	17	76	0	3	6	39

Fonte: Pordata

No âmbito da população empregada, procedeu-se a uma análise ao tipo de situação profissional em que esta se encontra no Município. Assim, verifica-se que a esmagadora maioria de trabalhadores em Figueira de Castelo Rodrigo se encontram como trabalhadores por conta de outrem, sendo que em 2011 este número ascendia aos 1.472 indivíduos. São, também, bastante expressivos os trabalhadores independentes, quer os empregadores, quer os isolados. Assim, verifica-se que em 2011, contabilizavam-se, no concelho, 248 trabalhadores por conta própria como empregadores - um acentuado decréscimo face a 2001 que contabilizava 316 empregadores. Já os trabalhadores por conta própria como isolados, em 2011 eram 257 - uma ligeira redução face a 2001 que somava 297.

**Quadro 13: População empregada segundo os Censos: total e por situação na profissão principal - Onde há mais e menos trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria, patrões ou não?**

#### SITUAÇÃO NA PROFISSÃO PRINCIPAL

Territórios		Total		Trabalhador por conta própria como empregador		Trabalhador por conta própria como isolado	
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<b>NUTS 2013</b>	<b>Portugal</b>	4 650 947	4 361 187	478 804	459 123	294 103	286 090
<b>Município</b>	<b>Figueira de Castelo Rodrigo</b>	2 293	2 022	316	248	297	257
<b>TERRITÓRIOS</b>		<b>SITUAÇÃO NA PROFISSÃO PRINCIPAL</b>					

		Trabalhador familiar não remunerado		Trabalhador por conta de outrem		Membro activo de cooperativa		Outra	
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
NUTS 2013	Portugal	35 939	24 130	3 793 992	3 540 336	3 216	2 157	44 893	49 351
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	23	29	1 639	1 472	0	1	18	15

Fonte: Pordata

À semelhança da tendência nacional a grande maioria da população ativa empregada apresenta-se como trabalhador por conta de outrem. Assim, torna-se pertinente averiguar as condições contratuais em que estes indivíduos se encontram, pois esta informação poderá ser uma valiosa ajuda no entendimento do nível de vida e estabilidade financeira da população. A análise do indicador de trabalhadores por conta de outrem – tipo de contrato será feita para os anos 2011 e 2018, uma vez que estão disponíveis. Desta sorte, apura-se que a larga maioria desta tipologia de trabalhadores do concelho possui contrato permanente ou sem termo, sendo o número de trabalhadores nestas condições em 2011 ascendia aos 669 e em 2018 desce para os 536. De resto, torna-se relevante, apenas referir os trabalhadores com contrato a termo/prazo que em 2011 totalizavam os 207 indivíduos e em 2018 reduzem-se a 180.

**Quadro 14: Trabalhadores por conta de outrem: total e por tipo de contrato - Onde há mais e menos empregados com contratos permanentes ou a prazo?**

		TIPO DE CONTRATO					
Territórios		Total		Contrato a termo / a prazo		Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária	
Âmbito Geográfico	Anos	2011	2018	2011	2018	2011	2018

<b>NUTS 2013</b>	<b>Portugal</b>	2 610 933	2 988 076	635 933	970 360	4202	1668
<b>Município</b>	<b>Figueira de Castelo Rodrigo</b>	878	739	207	180	0	0
<b>Territórios</b>		<b>TIPO DE CONTRATO</b>					
		<b>Contrato de trabalho a termo para cedência temporária</b>	<b>Contrato permanente / sem termo</b>		<b>Não enquadrável</b>		
<b>Âmbito Geográfico</b>	<b>Anos</b>	<b>2011</b>	<b>2018</b>	<b>2011</b>	<b>2018</b>	<b>2011</b>	<b>2018</b>
<b>NUTS 2013</b>	<b>Portugal</b>	33768	95835	1914825	1899508	22205	20705
<b>Município</b>	<b>Figueira de Castelo Rodrigo</b>	0	0	669	536	2	23

Fonte: Pordata

Tal como já denunciado anteriormente, o tecido económico do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo assenta, essencialmente, em atividades económicas do sector primário, sendo a agricultura, a produção animal, a caça, floresta e pesca as atividades que maior dinamismo económico têm na região. Não obstante, salienta-se, também, a importância de outras atividades, tais como, o comércio e as indústrias transformadoras.

Seguindo o estudo realizado no Diagnóstico Social de Figueira de Castelo Rodrigo (2019), procedeu-se a um levantamento dos principais aglomerados empresariais com representatividade na fibra económica do concelho.

Assim, o quadro apresenta o número total de empresas, de ramo indiferenciado, do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, entre 2011 e 2016. Verifica-se um aumento significativo do número de empresas, passando de um total de 587 em 2011 para um total de 865 em 2016. Em todos os anos ocorreu um aumento no número de empresas em Figueira de Castelo Rodrigo, à exceção de 2011-2012 que teve um ligeiro decréscimo.

**Quadro 15 – Total de empresas no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo**

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Nº EMPRESAS</b>	587	585	691	854	893	865

Fonte: INE

Tendo em conta o número total de empresas ativas no concelho, passar-se-á a uma breve análise de mercado pela explanação do número de empresas de acordo com os seus sectores de atividade.

Tal como já referido, o setor mais representativo para a economia local é o da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca, o qual tem apresentado uma evolução crescente e acentuada desde 2011. Nesse ano existiam 147 empresas deste sector registadas, no ano seguinte eram já 167 e em 2013 dá-se um *boom* de novas empresas desta natureza, registando-se 318. Em 2014 aumentam para 473 e em 2015 continuam a crescer atingindo um pico de 503 empresas registadas em Figueira de Castelo Rodrigo. Em 2016, verifica-se uma ligeira redução para as 470.

Segundo o Diagnóstico Social de Figueira de Castelo Rodrigo, elaborado por técnicos do município que conhecem esta realidade de perto, a justificação para este comportamento crescente assenta, possivelmente, na alteração do regime jurídico que concerne a atividade do sector primário, pelo que muitos agricultores se virão na obrigatoriedade de se coletarem.

**Quadro 16: Empresas do setor da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca**

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Nº EMPRESAS</b>	147	167	318	473	503	470

Fonte: INE

O segundo sector de atividade com maior representatividade é o das empresas de Comércio e Retalho que, no entanto, apresenta um comportamento oscilante mas tendencialmente decrescente. Assim, em 2011 existiam 116 empresas deste sector em Figueira de Castelo Rodrigo, mantendo-se este número constante em 2012. Em 2013 dá-se uma redução deste valor passando a 100 e em 2014 viria a aumentar para 102, sendo no 2015 reduzido a 99 e, finalmente, em 2016 aumentado para 107.

### Quadro 17: Empresas do setor do Comércio por grosso e a retalho

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº EMPRESAS	116	116	100	102	99	107

Fonte: INE

Dentro das empresas de indústrias transformadoras, pode-se apurar que, também estas, têm vindo a diminuir ao longo dos anos. Em 2011 estavam sediadas em Figueira de Castelo Rodrigo 50 empresas desta natureza, valor que em 2012 correspondia a 49, em 2013 a 45, em 2014 e 2015 manteve-se um número total de empresas desta indústria de 42, passando a 37 em 2016.

### Quadro 18: Empresas do setor das Indústrias Transformadoras

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº EMPRESAS	50	49	45	42	42	37

Fonte: INE

No âmbito das empresas do sector da construção civil verifica-se que o número total de empresas de construção civil entre 2011 e 2016 diminuiu.

Em 2011 existiam 54 empresas e em 2012 50 - este número cai, significativamente, em 2013 passando para apenas 29, sendo que a partir daqui viria a aumentar gradualmente. Em 2014 contabilizam-se 31 empresas, em 2015 passam a 32 e, finalmente, em 2016 eram 33 as empresas de construção civil sediadas em Figueira de Castelo Rodrigo.

### Quadro 19: Empresas do setor da Construção Civil

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº EMPRESAS	54	50	29	31	32	33

Fonte: INE

Contrariamente, o número de empresas do sector da saúde humana e apoio social tem vindo a conhecer um comportamento, tendencialmente, crescente – embora não muito expressivo e tenha passado por uma fase decrescente entre 2011 e 2013.

Em 2011 o número de empresas desta natureza era de 30, passando no ano seguinte a uma ligeira redução de 28 e em 2013 a um total de apenas 23. Este comportamento começa a inverter-se em 2014 com um crescimento para 29 empresas e nos dois anos seguintes (2015 e 2016) manteve-se um total de 32 empresas de saúde humana e apoio social.

#### Quadro 20: Empresas do setor da Saúde Humana e Apoio Social

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Nº EMPRESAS</b>	30	28	23	29	32	32

Fonte: INE

As empresas do sector de atividades administrativas e de serviços de apoio verifica um comportamento crescente constante.

Em 2011 estas perfaziam um total de 22 empresas, passando em 2012 a 24, sendo que nos anos 2013 e 2014 viriam a aumentar uma unidade, respetivamente. Em 2015 estavam sediadas em Figueira de Castelo Rodrigo 29 empresas de atividades administrativas e serviços de apoio, aumentando para 31 em 2016.

#### Quadro 21: Empresas do setor de Atividades Administrativas e Serviços de Apoio

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Nº EMPRESAS</b>	22	24	25	26	29	31

Fonte: INE

No âmbito de outras atividades de serviços, assinala-se a tendência decrescente das mesmas que em 2011 contabilizavam um total de 32 empresas, em 2012 cerca de 26, em 2013 este número desce para 23, verificando-se no ano seguinte um aumento para 28 que é seguido de nova redução em 2015 com 26 empresas e em 2016 com 23.

#### Quadro 22: Empresas do setor de Outras Atividades de Serviços

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Nº EMPRESAS</b>	32	26	23	28	26	23

Fonte: INE

No que concerne as empresas do sector de Educação, é de assinalar que o número destas em 2016 era inferior a 2011, não sendo, contudo, a sua evolução sempre negativa. Em 2011 existiam em Figueira de Castelo Rodrigo 19 empresas desta natureza, reduzindo para 16 em 2016, sendo que em 2013 aumentaram para 17 e em 2014 para 19. Em 2015 dá-se, novamente, uma quebra baixando para 13 e no ano seguinte, em 2016, para 13.

#### Quadro 23: Empresas do setor de Educação

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº EMPRESAS	19	16	17	19	15	13

Fonte: INE

Já as empresas do sector imobiliário têm-se mantido em número, relativamente, estáveis passando de um total de 7 em 2011, para 8 em 2012, 9 em 2013, novamente 8 em 2014, 10 em 2015, recuando para as 9 em 2016.

#### Quadro 24: Empresas do setor de Atividades Imobiliárias

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº EMPRESAS	7	8	9	8	10	9

Fonte: INE

Paralelamente, as empresas de atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, também apresentam um comportamento estável variando o seu total entre as 7 e as 8. Nos anos de 2011 e 2012 eram 7 as empresas desta natureza com atividade em Figueira de Castelo Rodrigo, em 2013 contavam-se 8, em 2014 7, subindo para 9 em 2015 e descendo para 8 em 2016.

#### Quadro 25: Empresas do setor de Atividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº EMPRESAS	7	7	8	7	9	8

Fonte: INE

Por outro lado, as empresas do sector de informação e comunicação têm vindo a verificar um comportamento, tendencialmente, crescente – assinalando-se uma breve interrupção nesta tendência entre 2013 e 2014, sendo que para estes anos somam-se 4 empresas, menos uma em relação aos anos precedentes de 2011 e 2012. Doutra sorte, em 2015 este número subiu para 6 e em 2016 para 7.

#### Quadro 26: Empresas do setor de Informação e Comunicação

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº EMPRESAS	5	5	4	4	6	7

Fonte: INE

No âmbito das empresas de Transporte e Armazenagem, é de referir que embora se tenha verificado uma ligeira diminuição das mesmas, o número se tem mantido, relativamente, constante. Em 2011 e 2012 eram 8 as empresas desta natureza, subindo para 9 em 2013 e reduzindo para 6 nos anos de 2014, 2015 e 2016.

#### Quadro 27: Empresas do setor de Transporte e Armazenagem

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº EMPRESAS	8	8	9	6	6	6

Fonte: INE

As empresas do setor de Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio foram sempre apenas uma durante os anos 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, passando a contabilizar-se 3 em 2016.

#### Quadro 28: Empresas do setor Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº EMPRESAS	1	1	1	1	1	3

Fonte: INE

Em termos de empresas de Captação, Tratamento e Distribuição de Água é de assinalar que em 2011, 2012 e 2015 não existiam nenhuma empresa deste sector, verificando-se a existência de apenas uma em 2013, 2014 e 2016.

**Quadro 29: Empresas do setor Captação, Tratamento e Distribuição de Água**

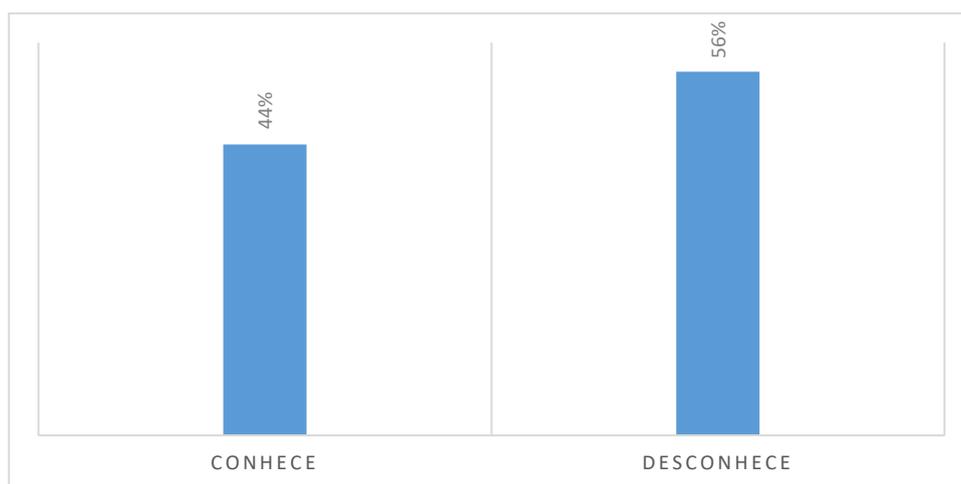
ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº EMPRESAS	0	0	1	1	0	1

Fonte: INE

Depois de uma análise geral com base em dados anteriormente apurados, redireciona-se este estudo para as fontes de informação primária, recolhidas no âmbito do Figueira Acolhe com a população nacional de países terceiros residente em Figueira de Castelo Rodrigo.

Em primeiro lugar, foi questionado aos migrantes que participaram neste estudo se conheciam algum serviço específico que preste apoio no mercado de trabalho. As posições fraturam-se quase a meio, pelo que 56% dos inquiridos afirma não conhecer, enquanto 44% afirma que conhece.

**Gráfico 25: Conhecimento de Serviços de Apoio Específico no Mercado de Trabalho (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**

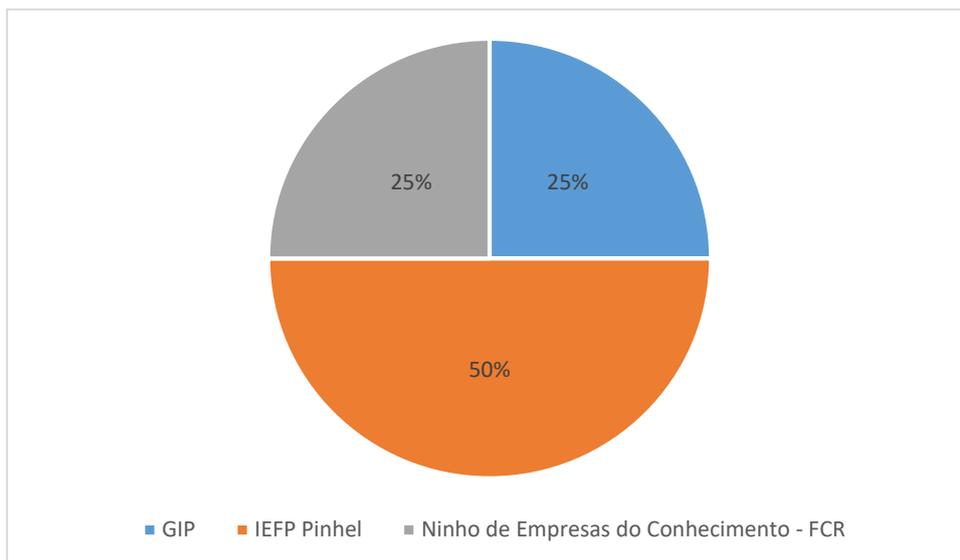


Fonte: Elaboração própria

Posto isto, procurou-se averiguar junto dos inquiridos que afirmam conhecer este tipo de serviços, quais são eles. As respostas variam um pouco, sendo que 50% dos mesmos refere o

IEFP Pinhel, 25% aponta para o GIP e outros 25% apontam para o Ninho de Empresas do Conhecimento de Figueira de Castelo Rodrigo.

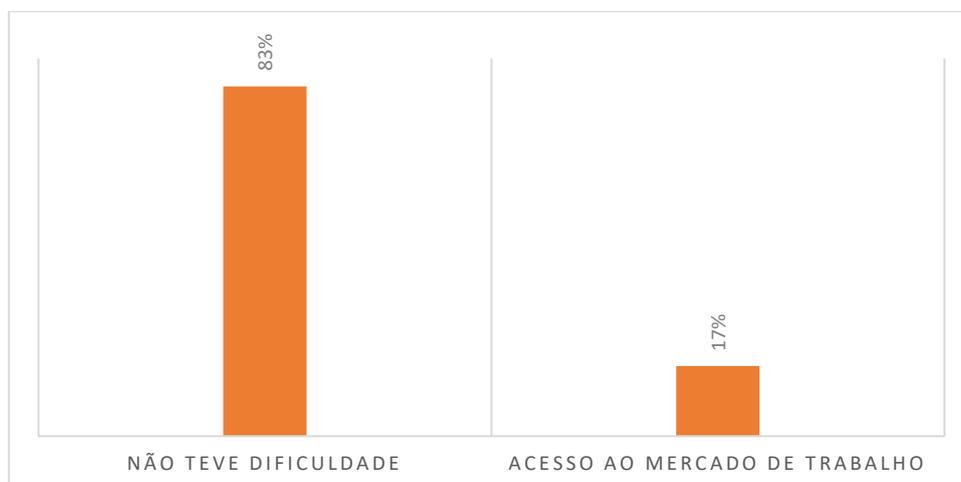
**Gráfico 26: Serviços de Apoio ao Migrante - Mercado de Trabalho (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito a dificuldades sentidas no acesso aos serviços locais de emprego/formação, a esmagadora maioria dos inquiridos afirma nunca ter tido dificuldades neste sentido e as dificuldades apontadas pelos restantes relacionam-se, não tanto com acesso aos serviços de emprego/formação, mas sim, com a inserção do mercado de trabalho em si.

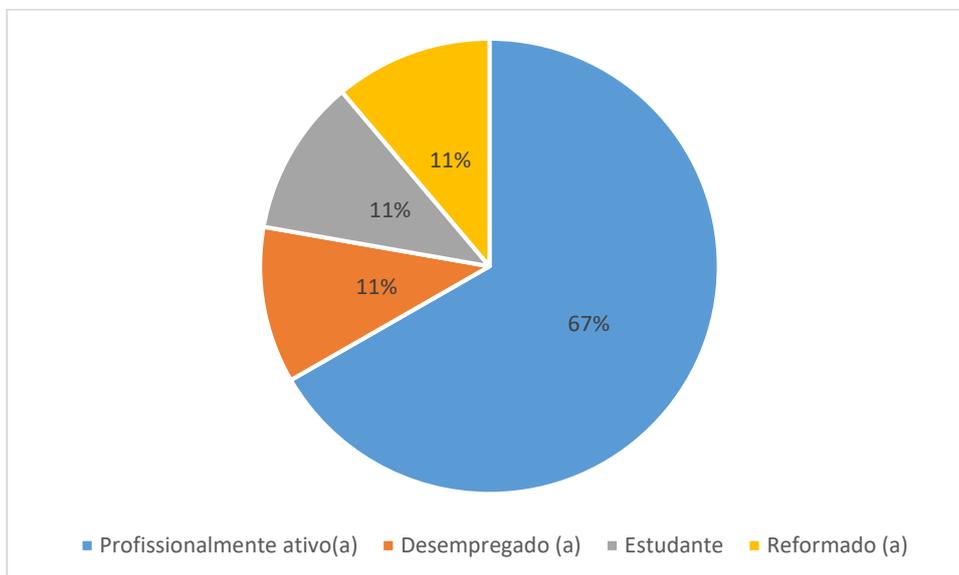
**Gráfico 27: Dificuldades Sentidas no Acesso aos Serviços Locais de Emprego/Formação (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração própria

Em relação à situação face ao emprego, a grande maioria está empregado e/ou é ativo profissionalmente – cerca de 67%. Existem ainda 11% de estudantes, reformados e a mesma percentagem de desempregados.

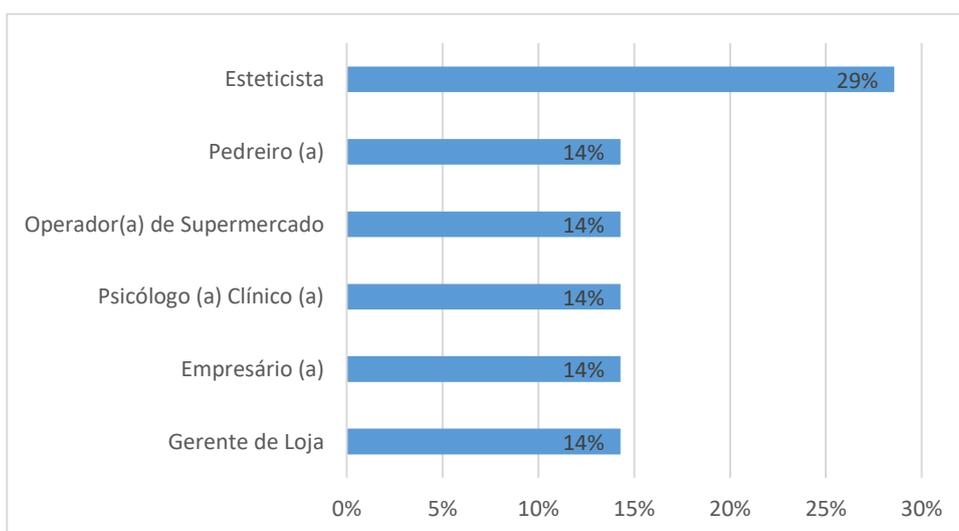
**Gráfico 28: Situação Face ao Emprego (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração própria

Dentro da população ativa, procurou-se saber quais as profissões desempenhadas. Assim, verifica-se que 29% dos inquiridos exerce a profissão de esteticista e de resto, 14% são pedreiro(a) em construção civil, operadores de supermercado, psicólogos(as) clínicos(as), empresários(as) e gerentes de loja.

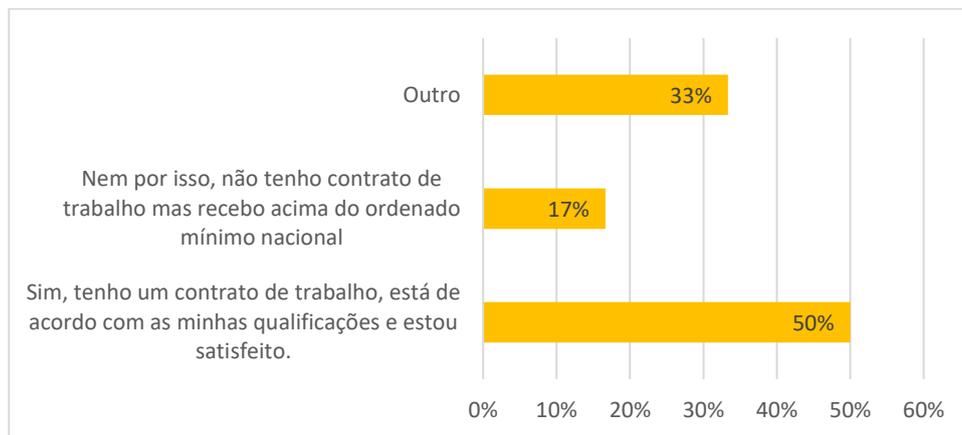
**Gráfico 29: Profissão (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração própria

Em termos da satisfação face ao emprego, assinala-se ao questionar os inquiridos sobre o seu grau de satisfação com o trabalho atualmente desenvolvido e se acreditam que o trabalho que exercem é digno e está de acordo com as suas habilitações e capacidades, 50% dos inquiridos afirma que “sim, tenho um contrato de trabalho, está de acordo com as minhas qualificações e estou satisfeito”, outros 17% dizem que “nem por isso, não tenho contrato de trabalho mas recebo acima do ordenado mínimo nacional” e finalmente 33% indica outra situação, sem a especificar.

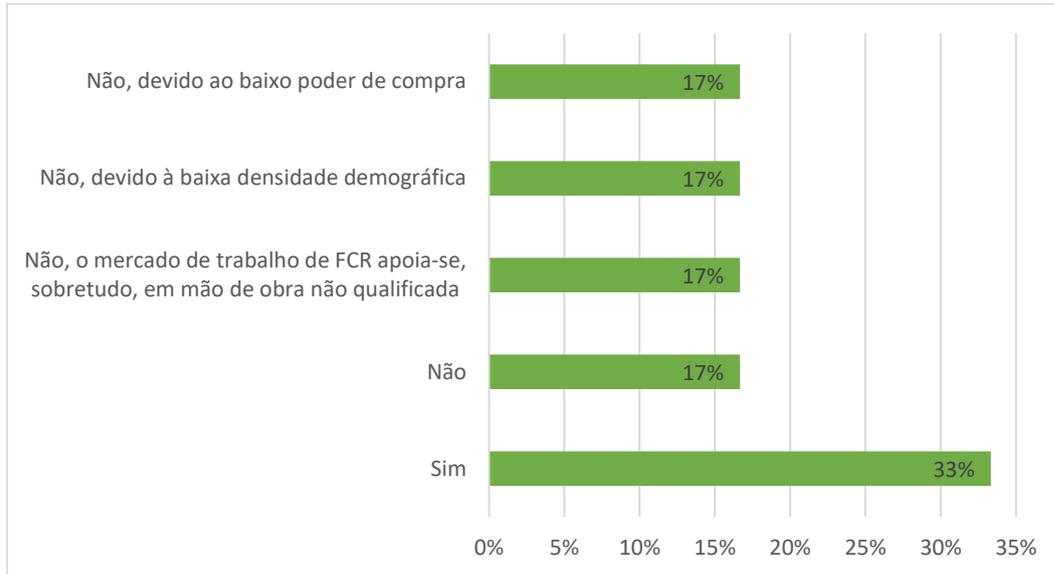
**Gráfico 30: Satisfação Face ao Emprego (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração própria

Perante este cenário, os inquiridos foram questionados sobre a confiança na possibilidade de progressão laboral em Figueira de Castelo Rodrigo e cerca de 33% reforça o sentimento de confiança nas oportunidades de progredir profissionalmente no mercado de trabalho do concelho. Paralelamente, 17% afirma que esta progressão não é possível devido ao baixo de poder de compra da população, outros 17% devido à baixa densidade demográfica e um último grupo, também ele de 17% aponta para a tendência deste mercado de trabalho para mão-de-obra não qualificada, sendo este fator um desafio à progressão laboral.

**Gráfico 31: Confiança na Possibilidade de Progressão Laboral Local (%)– NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração própria

No âmbito do mercado de trabalho e empreendedorismo, de forma a produzir uma análise completa e em profundidade, torna-se fulcral nomear e esclarecer o papel de duas instituições que foram, inclusivamente, reconhecidas pelos inquiridos como entidades de serviço de apoio especializado no mercado de trabalho, o GIP e o IEFP.

### **GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - GIP**

O concelho de Figueira de Castelo Rodrigo dispõe de um Gabinete de Inserção Profissional da Raia Histórica – Associação do Nordeste da Beira, que é uma estrutura de apoio ao emprego a trabalhar em estreita cooperação com o Serviço de Emprego de Pinhel, criado para apoiar jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de (re)inserção no mercado de trabalho.

Pese embora, o GIP não tenha um serviço especializado para migrantes, a realidade é que os seus técnicos falam outras línguas para além do português (como o inglês) e de uma forma geral e não discriminada, atendem às necessidade de emprego, formação e capacitação profissional de todos os seus residentes, incluindo-se, obviamente, no seu público-alvo os cidadãos nacionais de países terceiros.

Assim, o GIP desenvolve variadas atividades, tais como:

- Ações de informação sobre programas e medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação;
- Ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora;
- Encaminhamento para ações de formação ou medidas de emprego;
- Receção e registo de ofertas de emprego;
- Apresentação de desempregados a ofertas de emprego;
- Colocação de desempregados em ofertas de emprego;
- Controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego;
- Integração/Encaminhamento para ações de formação e aprendizagem do IEFP, no âmbito da Garantia Jovem;
- Outras atividades como: Auxílio a Entidades no Registo Net emprego e preenchimento de candidatura a CEI, CEI +, programas de Estágio e Medida Estímulo;
- Apoio à inscrição *online* de candidaturas a emprego;
- Outras atividades consideradas necessárias pelos serviços de emprego.

Para além do GIP que corresponde a um recurso interno do município, é fundamental, nomear a ação de uma outra instituição vital para fluidez entre a procura e a oferta do mercado de trabalho, o IEFP.

### **INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL – IEFP**

Antes de mais, salientar, que o IEFP é o serviço público de emprego nacional. Tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional.

O IIEFP tem como atribuições a promoção de:

- Organização do mercado de emprego tendo em vista o **ajustamento direto entre a oferta e a procura de emprego**;
- **Informação, orientação, qualificação e reabilitação profissional**, com vista à colocação e progressão profissional dos trabalhadores no mercado de trabalho;
- **Qualificação escolar e profissional dos jovens e adultos**, através, respetivamente da oferta de formação de dupla certificação e formação profissional certificada, ajustada aos percursos individuais e relevante para a modernização da economia;
- Realização, por si ou em colaboração com outras entidades, das **ações de formação profissional** adequadas às necessidades das pessoas e de modernização e desenvolvimento do tecido económico;
- **Desenvolvimento dos ofícios e das microempresas artesanais**, designadamente enquanto fonte de criação de emprego ao nível local;
- **Reabilitação profissional** das pessoas com deficiência, em articulação com o Instituto Nacional de Reabilitação, IP

O IIEFP procura incentivar a **criação e a manutenção de postos de trabalho**, através de medidas adequadas ao contexto económico e às características das entidades empregadoras e a **inserção profissional** dos diferentes públicos através de medidas específicas, em particular para aqueles com maior risco de exclusão do mercado de emprego

Esta instituição visa o desenvolvimento das políticas relativas ao **mercado social de emprego**, enquanto conjunto de iniciativas destinadas à integração ou à reintegração socioprofissional de pessoas desempregadas com particulares dificuldades face ao mercado de trabalho, com base em atividades dirigidas a necessidades sociais por satisfazer e a que o normal funcionamento do mercado não dá uma resposta satisfatória, em articulação com a área da segurança social.

Procura, também, fomentar o **conhecimento e a divulgação** dos problemas de emprego através de uma utilização dos recursos produtivos integrada no crescimento e desenvolvimento socioeconómico.

Para alcançar estes objetivos o IIEFP participa na coordenação das atividades de **cooperação técnica** desenvolvidas **com organizações nacionais e internacionais e países estrangeiros** nos

domínios do emprego, formação e reabilitação profissionais; colaborando, também, na **conceção, elaboração, definição e avaliação da política de emprego**, de que é órgão executor

É da responsabilidade do IIEFP a realização ações de acompanhamento, de verificação e de auditoria aos **apoios**, financeiros ou técnicos, concedidos no âmbito das **medidas de emprego e de formação profissional** de que seja executor<sup>12</sup>

O **IIEFP Pinhel** abrange os concelhos de Pinhel, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Trancoso.

O IIEFP Pinhel e o GIP da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo trabalham em estreita colaboração na criação de estratégias que aumentem os níveis de emprego, formação e capacitação de todos os municípios de Figueira de Castelo Rodrigo, com o objetivo de nutrir o capital humano do concelho, tornando-o economicamente mais dinâmico e competitivo.

---

De forma complementar a esta análise procede-se ao resgate das considerações dos técnicos locais plasmadas no **Diagnóstico Social de Figueira de Castelo Rodrigo – 2019**, o qual refere que em termos de emprego e formação profissional, podem-se nomear várias problemáticas, nomeadamente:

- Baixas habilitações literárias e as fracas qualificações profissionais da população;
- Existência de empregos precários e de carácter sazonal;
- Uma cultura de dependência da formação profissional como forma de obtenção regular de rendimentos;
- Fraca dinâmica empreendedora para o investimento profissional, bem como alguma resistência da população mais jovem em área profissionais com uma *“baixa representação social”*.

De acordo com o Diagnóstico Social de Figueira de Castelo Rodrigo – 2019 – o concelho possui potencialidades que podem servir como instrumentos de trabalho nas diversas áreas, nomeadamente:

- Emprego e formação profissional, sendo de salientar os diversos programas e medidas existentes nesta área;

---

<sup>12</sup> IIEFP (página da internet) – consultado a 15/03/2020. Disponível em: <https://www.iefp.pt/instituicao>

- Recursos naturais com possibilidade de exploração (fauna, flora, valores históricos e patrimoniais).

No documento referido é reconhecida a falta de dinamismo no que se refere a ofertas de emprego, sendo que neste âmbito, predomina o trabalho sazonal agrícola. Este, apesar de ser um setor bastante vulnerável, possibilita uma forma de rendimentos, para algumas famílias, durante curtos períodos de tempo.

Neste Relatório são tiradas conclusões pertinentes, nomeadamente, o facto de que pese embora Figueira de Castelo Rodrigo seja um território com potencialidades turísticas e agrícolas não se registam investimentos significativos nem iniciativas empreendedoras. Uma solução apontada pelos técnicos no combate à ineficiência destes setores é a aposta no **cooperativismo**.

No seio da população migrante, em particular, salienta-se a elevada taxa de empregabilidade e um grau de satisfação face às respetivas profissões, relativamente, elevado. Embora, a maioria dos inquiridos desempenhe profissões de mão-de-obra não qualificada, tendencialmente, com baixos rendimentos, o grau de satisfação dos mesmos, é bastante positivo. Outro factor positivo prende-se com o facto de que a grande maioria, parece conhecer os serviços de apoio ao mercado de trabalho, tais como o IEFP e o GIP, o que é bastante positivo.

Não obstante, torna-se relevante notar a falta de confiança perante as possibilidades de progressão laboral – o que tem efeitos muito negativos no espírito empreendedor dos indivíduos e mesmo nas motivações profissionais individuais. É interessante comparar o indicador “grau de satisfação face à profissão” com o indicador “confiança na possibilidade de progressão laboral”. Por um lado, o grau de satisfação face à profissão é elevado mas não existe confiança na possibilidade de evoluir profissionalmente, o que nos dá sinais de uma falta de ambição profissional, generalizada.

Segue uma análise dos principais fatores positivos (Forças e Oportunidades) e negativos (Fraquezas e Ameaças); dos fatores internos (Forças e Fraquezas) e dos fatores externos (Oportunidades e Ameaças) que constituem as dinâmicas do Mercado de Trabalho e Empreendedorismo do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e Instituto Politécnico da Guarda.

**Quadro 30 – Análise SWOT para o Mercado de Trabalho e Empreendedorismo**



#### IV. EDUCAÇÃO E LÍNGUA

O concelho de Figueira de Castelo Rodrigo apresenta uma oferta educativa bem estruturada nos diversos ciclos de ensino não superior, sendo, na sua generalidade, garantida pelo Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo.

Não obstante, existem várias alternativas escolares, nomeadamente, o ensino profissional, cursos de educação extraescolar e diversos apoios aos jovens estudantes do território. Existem vários tipos de apoio que podem ser oferecidos aos munícipes, de forma a garantir o melhor aproveitamento escolar. Assim, referimo-nos a apoios pedagógicos no seio do Agrupamento, mas também a apoios providenciados pela Autarquia, tais como, transporte, alimentação, bolsas escolares para ingresso no ensino superior e, ainda, os serviços providenciados pelo Gabinete Serviço de Psicologia e Orientação do Município. Para além destes apoios, existe ainda o Conselho Municipal de Educação constituído por entidades locais com recursos humanos e didáticos úteis que podem servir os estudantes no seu percurso académico.

Em termos de educação formal a estrutura do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo engloba na sua oferta educativa a Educação Pré-escolar, 1º Ciclo, 2º Ciclo, 3º Ciclo e Ensino Secundário. Desta forma, constata-se que em 2018, existiam 5 estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, 4 estabelecimentos de Ensino Básico 1º Ciclo e 1 de Ensino Básico – 2º e 3º ciclo, e Ensino Secundário, respetivamente.

De notar que na Educação Pré-Escolar os estabelecimentos de ensino não são apenas os do Agrupamento de Escolas. O Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo conta com 3 estabelecimentos – em Figueira de Castelo Rodrigo, na Reigada e Vermiosa - os quais, em 2018, totalizavam 35 alunos. Existem, ainda, dois estabelecimentos adicionais de Educação Pré-Escolar pertencentes a IPSS: o da Casa da Freguesia de Escalhão e a Fundação A. Ana Paula. Em 2018, o primeiro tinha cerca de 11 alunos e o segundo 62 alunos.

**Quadro 31 - Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: por nível de ensino - Onde há mais e menos escolas do pré-escolar, básico ou secundário? Estabelecimento de ensino**

Territórios		Educação Pré-Escolar	Ensino Básico - 1º Ciclo	Ensino Básico - 2º Ciclo	Ensino Básico - 3º Ciclo	Ensino Secundário
Âmbito Geográfico	Anos	2018	2018	2018	2018	2018
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	5	4	1	1	1

Fonte: PORDATA

Segundo a informação apurada no Diagnóstico Social 2019, o Agrupamento de Escolas tem tido uma oferta, embora um pouco flutuante, que tem vindo a garantir os seguintes cursos:

- Cursos Humanístico – Científicos;
- Cursos Profissionalizantes;
- Cursos Vocacionais;
- Cursos Tecnológicos;
- Cursos Profissionais;
- Cursos de Educação e Formação (CEF);
- Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA);
- Curso PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação);
- Curso de Especialização Tecnológica (CET).

Ao longo dos anos esta oferta tem vindo a sofrer algumas alterações, nomeadamente no que diz respeito ao número de cursos que oferece à população. Desde o ano letivo 2011/2012 que a oferta formativa tem diminuído de forma considerável, sendo que no ano letivo de 2018/2019 tinha apenas em funcionamento um Curso Profissional de Técnico Auxiliar de Saúde e um Curso CEF de Sapadores Florestais.

Nos últimos anos a oferta formativa do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo tem sido:

- 2011/2012 – 1 CEF + 6 Cursos Profissionais;
- 2012/2013 – 2 CEF + 4 Cursos Profissionais;
- 2013/2014 – 2 CEF + 1 Curso Profissional + 1 CET
- 2014/2015 – 1 CEF + 1 Curso Profissional + 1 Curso Vocacional Básico
- 2015/2016 – 1 Curso Profissional + 1 Curso Vocacional Básico + 1 Curso Profissional Secundário;
- 2016/2017 – 1 Curso Profissional + 1 Curso Vocacional Secundário + 1 Curso Profissional;
- 2017/2018 – 1 Curso Profissional;
- 2018/2019 – 1 CEF de Sapadores Florestais + 1 Curso Profissional de Técnico Auxiliar de Saúde

A visível redução do número de cursos disponível estará, certamente, relacionada com diminuição do número de alunos dos estabelecimentos de ensino. Entre 2001 e 2018 o número de crianças e jovens matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo caiu para menos de metade, passando de 1.189 matriculados em 2001 para apenas 553 em 2018. Qualquer ciclo de estudo apresenta uma redução acentuada do nº de alunos inscrito, contudo é no ensino secundário que esta tendência assume maior expressividade, passando de 344 alunos em 2001 para apenas 83 em 2018.

**Quadro 32: Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino - Onde há mais e menos estudantes a frequentar o pré-escolar, básico ou secundário?**

Territórios		NÍVEL DE ENSINO					
		Total		Educação Pré-Escolar		Ensino Básico - 1º Ciclo	
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2018	2001	2018	2001	2018
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	1 189	553	150	120	298	149
Territórios		NÍVEL DE ENSINO					

		Ensino Básico - 2º Ciclo		Ensino Básico - 3º Ciclo		Ensino Secundário	
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2018	2001	2018	2001	2018
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	190	78	207	123	344	83

Fonte: Pordata

Com recurso à informação disponibilizada no Diagnóstico Anual de Figueira de Castelo Rodrigo, foi possível, auferir os níveis de aproveitamento escolar dos alunos do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo. Em todos os ciclos de estudos, estes apresentam valores muito elevados, sendo que, para o ano 2018, o 1º e o 2º ciclo apresenta uma taxa de aproveitamento escolar na ordem dos 91%, o 3º ciclo cerca de 83% e o secundário 89%.

### Quadro 33: Sucesso Escolar entre os anos de 2016 e 2018 (%)

#### SUCESSO ESCOLAR (%)

(APROVEITAMENTO ≥ 3)

ANOS	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUNDÁRIO
2016	89	88	83	88
2017	87	91	82	97
2018	91	91	83	89

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo

Um outro indicador que se torna interessante para análise no âmbito do Figueira Acolhe corresponde aos níveis de escolaridade da população. Procedeu-se à análise dos mesmos para o ano 2001 e 2011 (à data dos Censos) em valor percentual, de forma a ter uma ideia da evolução deste indicador. Verifica-se que ocorreu uma diminuição acentuada da população sem escolaridade, sendo que em 2001 rondava os 30%, baixando para 20% em 2011. A evolução da escolaridade da população pode, também, evidenciar-se pelo decréscimo da população com o

1º ciclo de estudos que em 2001 correspondia a 38,1%, baixando para 36% em 2011. Todos os restantes ciclos de estudos vêm a conhecer um aumento, sendo de evidenciar o Secundário, que passa de 4% em 2001 para 7,4% em 2011.

Estes valores estão, na generalidade, abaixo da média nacional, o que se torna um sinal para a necessidade de uma intervenção estratégica neste âmbito. De realçar, também, que, pese embora, a taxa de população sem escolaridade tenha diminuído significativamente, esta está muito acima da média nacional que se fixa nos 10,4%.

**Quadro 34: População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos (%) - Onde há maior e menor percentagem de pessoas sem instrução ou com o ensino básico, secundário ou superior?**

Territórios		NÍVEL DE ESCOLARIDADE							
		Total		Sem nível de escolaridade		Básico 1º ciclo		Básico 2º ciclo	
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
NUTS 2013	Portugal	100,0	100,0	18,0	10,4	30,2	27,2	13,8	12,8
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	100,0	100,0	30,3	20,6	38,1	36,0	10,4	11,7

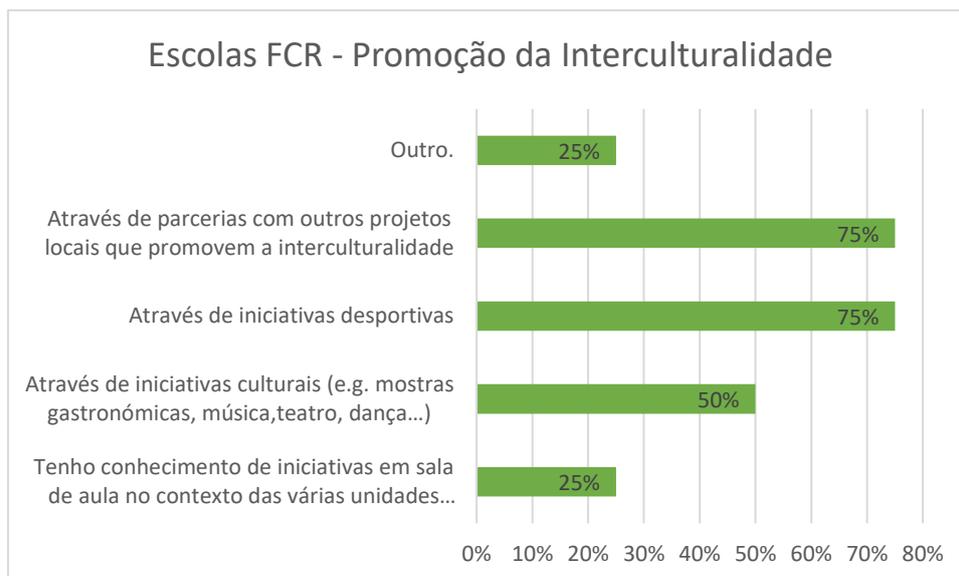
Territórios		NÍVEL DE ESCOLARIDADE							
		Básico 3º ciclo		Secundário		Médio		Superior	
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
NUTS 2013	Portugal	16,3	19,1	13,3	15,7	0,8	1,0	7,6	13,8
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	10,1	14,3	6,6	9,4	0,6	0,6	4,0	7,4

Fonte: Pordata

Uma vez realizada a análise à estrutura educativa de Figueira de Castelo Rodrigo, procurou-se perceber qual a ideia que os residentes locais nacionais de países terceiros têm em relação à promoção da interculturalidade nas escolas do concelho.

A grande maioria dos inquiridos acredita que a interculturalidade é promovida através de parcerias com outros projetos (75%) e de iniciativas desportivas (75%). Cerca de metade dos participantes apontam, também, para iniciativas culturais, tais como mostras gastronómicas, música, teatro, etc (50%). Algumas pessoas afirmam ter conhecimento de iniciativas em sala de aula, no contexto das diversas unidades curriculares que promovem a interculturalidade (25%) e a mesma percentagem nomeia outras, sem especificar.

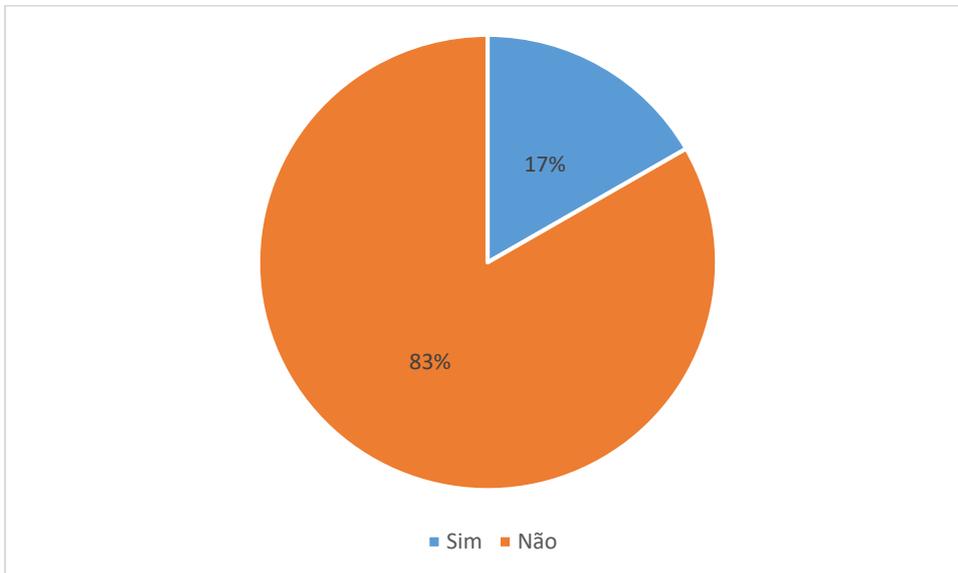
**Gráfico 32 - Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo – Promoção da Interculturalidade (%) – Como os NPTs acreditam que a interculturalidade é promovida nas Escolas - (%)– NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

No âmbito da aprendizagem da língua portuguesa e de acordo com a informação já recolhida junto dos técnicos do Município, parecem não existir muitas ofertas na promoção da aprendizagem da língua portuguesa. Ao questionar os migrantes do concelho sobre a sua participação em ações desta natureza, a grande maioria – cerca de 83% - responde nunca o ter feito.

**Gráfico 33 - Frequência em Cursos de Aprendizagem da Língua Portuguesa 8 (%) – se já alguma vez participou numa ação de aprendizagem de português - (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

De uma forma geral, a oferta educativa em Figueira de Castelo Rodrigo é bastante abrangente e diversificada. Contudo, a educação é atingida de forma certa pelos problemas sociais que o interior do país sofre: êxodo rural e envelhecimento da população. É neste contexto que se assiste a uma tendência para a redução do número de alunos inscritos nos diferentes ciclos de estudos não superiores do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo.

Não obstante as externalidades negativas produzidas por este fenómeno, o Agrupamento salienta que o défice de alunos permite a constituição de turmas relativamente pequenas, o que se traduz numa maior disponibilidade por parte dos docentes e profissionais de educação para um acompanhamento mais profundo de cada aluno. Segundo o próprio Agrupamento de Escolas, este fenómeno, embora não desejado produz uma externalidade positiva que corresponde ao incentivo ao exercício da educação de forma mais personalizada e verdadeiramente centrado no aluno e nas necessidades e/ou especificidades de cada um. De certa forma em jeito de atestar esta visão estratégica, estão as taxas de aproveitamento escolar dos estudantes do concelho que tendem a rondar os 90%.

No Instituto Politécnico da Guarda, verifica-se que muitos alunos PALOP apresentam sérias dificuldades ao nível da Língua Portuguesa – oral e escrito. Por esse motivo, o GMI em

colaboração com a UTC de Línguas e Culturas, oferece aulas de aperfeiçoamento da língua portuguesa direcionadas principalmente aos alunos cuja língua materna é o crioulo.

De acordo com a análise feita aos serviços e Educação e Língua do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e Instituto Politécnico da Guarda, segue a seguinte análise SWOT.

**Quadro 35 – Análise SWOT para a Educação e Língua**



## V. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

As temáticas de capacitação e formação estão estreitamente ligadas às do mercado de trabalho, pois estas duas áreas complementam-se, de forma intrínseca, sendo que a evolução de uma influencia, inexoravelmente, a da outra e vice-versa. Não obstante, propomo-nos fazer uma análise das questões relacionadas com a capacitação e formação, mantendo o paralelismo com o mercado de trabalho e empreendedorismo.

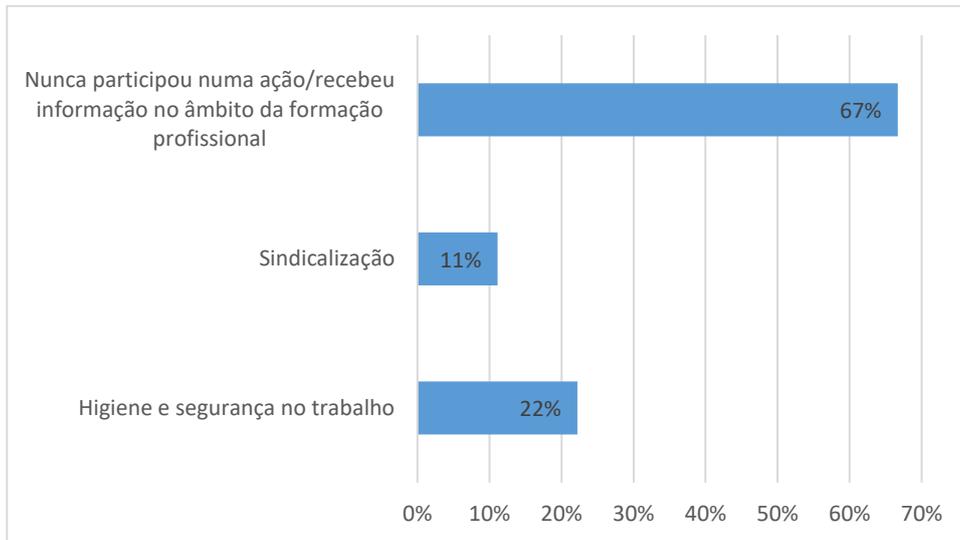
Tal como já referido, um dos desafios identificados na mão-de-obra estrangeira de Figueira de Castelo Rodrigo, são as baixas qualificações literárias e as fracas qualificações profissionais, da grande maioria destes trabalhadores.<sup>13</sup> Existem, ainda, outros problemas associados que não se aplicam diretamente à população NPT do concelho mas que, naturalmente, produz externalidades que a afeta; nomeadamente, a existência de uma cultura de dependência da formação profissional como forma de obtenção de rendimentos regular. Ora, verificando-se, este tipo de comportamentos, é possível que as formações percam alguma dinâmica e qualidade e, sendo estas um instrumento valioso para uma população com lacunas nesta área, este fenómeno é, efetivamente, um desafio para reflexão.

Neste sentido, a população nacional de países terceiros e residente em Figueira de Castelo Rodrigo sobre a sua participação em ações de formação. A grande maioria dos inquiridos revela nunca ter participado numa ação e/ou recebeu informação no âmbito da formação profissional (67%), sendo que os restantes 33% afirma já ter participado numa ação dessa natureza e/ou ter recebido informação sobre as mesmas. De entre os inquiridos que afirmam já ter participado em ações deste género, 22% nomeia a participação em ações de higiene e segurança no trabalho e 11% aponta para ações de sindicalização.

---

<sup>13</sup> Diagnóstico Social de Figueira de Castelo Rodrigo – 2019

**Gráfico 34: Participação em Ações de Formação Profissional (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

Salienta-se, também, a relevância de instituições comuns à formação profissional e ao emprego e mercado de trabalho. Relembramos, portanto, dos gráficos 23 e 24<sup>14</sup> do Capítulo III – Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, os quais questionavam os migrantes sobre o conhecimento de serviços de apoio ao migrante, no âmbito do mercado de trabalho, sendo que 25% dos inquiridos nomeia o GIP como um serviço com esta competência e outros 25% o IEFP Pinhel.

As competências do GIP estão já descritas no Capítulo III, reforçando-se o papel de relevo nas ações de informação sobre programas e medidas ativas formação, programas comunitários de apoio à mobilidade na formação; o encaminhamento para ações de formação; a integração e encaminhamento para ações de formação e aprendizagem do IEFP e outras atividades necessárias no âmbito da capacitação e formação.

No Capítulo III, procedeu-se a um breve enquadramento da missão e do tipo de iniciativas promovidas pelo IEFP e, por isso, não será realizado, novamente.

Todavia, reforça-se a importância deste instituto no âmbito da formação e capacitação, pelo destacam-se algumas das ações e medidas mais relevantes nesta área: promoção de ações de informação, orientação, qualificação e reabilitação profissional, com vista à colocação e

<sup>14</sup> Gráfico 23: Conhecimento de Serviços de Apoio ao Migrante – Mercado de Trabalho (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo; Gráfico 24: Serviços de Apoio ao Migrante - Mercado de Trabalho (%) – NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo

progressão profissional dos trabalhadores no mercado de trabalho; qualificação escolar e profissional dos jovens e adultos, através, respetivamente da oferta de formação de dupla certificação e formação profissional certificada, ajustada aos percursos individuais e relevante para a modernização da economia; realização, por si ou em colaboração com outras entidades, das ações de formação profissional adequadas às necessidades das pessoas e de modernização e desenvolvimento do tecido económico; desenvolvimento dos ofícios e das microempresas artesanais, designadamente enquanto fonte de criação de emprego ao nível local.

Mais uma vez, salienta-se a importância da colaboração do IEFP Pinhel e do GIP, sendo, no entanto, de refletir sobre a provável necessidade de criar uma ponte entre estas instituições e a população NPT de Figueira de Castelo Rodrigo, de forma a tornar o seu capital humano mais eficaz e, não só capaz de responder às necessidades do mercado de trabalho, mas também dotá-lo da criação de novas linhas estratégicas no para dinamização do tecido económico e social local.

Segue uma análise dos principais fatores positivos (Forças e Oportunidades) e negativos (Fraquezas e Ameaças); dos fatores internos (Forças e Fraquezas) e dos fatores externos (Oportunidades e Ameaças) que fazem parte das temáticas relacionadas com a Capacitação e Formação.

**Quadro 36 – Análise SWOT para a Capacitação e Formação**



## VI. CULTURA

Todos os eventos culturais que decorrem no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo procuram espelhar a diversidade cultural dos seus residentes. Exemplo disso é o **Entrudo Lagarteiro**, que acontece na altura do carnaval, e que espelha a tradição antiga das nossas gentes, onde os homens se vestem de mulher e as mulheres de homem, com vestes negras, tapando o rosto com máscaras de renda. Este evento é uma iniciativa da Associação Lagarto, sediada em Vilar de Amargo, e conta com o apoio do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

A **Rainha da Amendoeira em Flor** é um evento que espelha a nossa cultura popular, com a abertura da Feira de Produtos Regionais no Mercado Municipal, durante três semanas, habitualmente coincidindo com a última de fevereiro e as duas primeiras de março, que pode ser visitada até dia 15 de março. Nos dias 6 e 7 de março, Figueira de Castelo Rodrigo contará com concertos de música popular. Por esses dias, haverá também tasquinhas, provas gastronómicas, artesanato, passeio TT pelas cénicas paisagens das amendoeiras em flor, entre outras iniciativas. Neste evento insere-se o **Dia de Espanha**, com iniciativas direcionadas dedicado aos vizinhos espanhóis, o qual traz ao território muitos turistas e Entidades do País vizinho.

O projeto **“Cultura em Rede das Beiras e Serra da Estrela”** consiste em espetáculos de dança, música e teatro em cada um dos 15 municípios que integra a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, a mentora do projeto. O programa inclui ainda uma rota de visitas guiadas encenadas, focadas na cultura e história do território de forma contemplativa e interativa.

Os **Clássicos vão ao Interior**, é um evento com que se pretende a promoção e divulgação de música clássica (registos musicais de deferentes tipos) habitualmente em espaços religiosos, no mês de maio, promovido pelo Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

A **Recriação Histórica “Salgadela a Batalha”**, que decorrerá entre os dias 3, 4, 5, 6 e 7 de julho de 2020, é o grande evento do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, que retrata uma das batalhas mais importantes da Restauração da Independência de Portugal, o qual traz ao território muitos turistas oriundos de várias partes do mundo, e que ocorre na aldeia histórica de Castelo Rodrigo.

**“Figueira com Vida”** decorre no mês de agosto e é quando acontecem as festas de verão da Vila é o evento que reúne mais população emigrante no Concelho, e quando os mesmos se deslocam

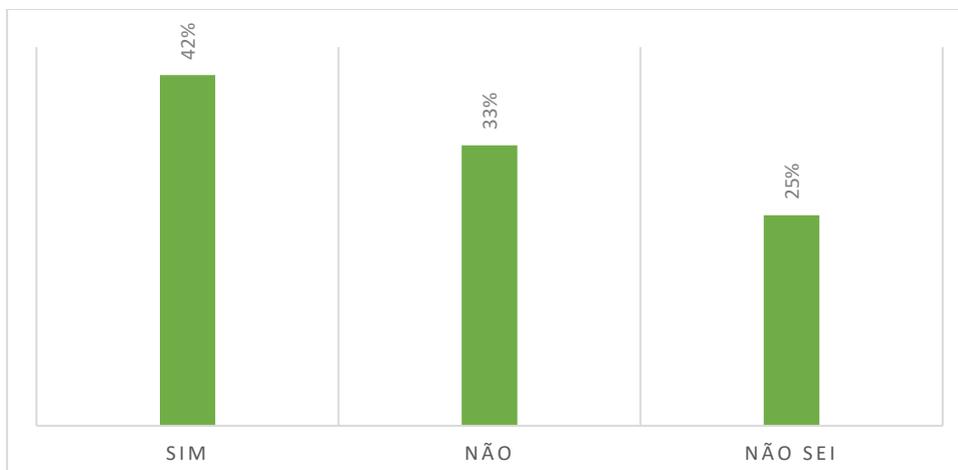
à sua terra natal para as suas férias de verão e assistir aos concertos assim como à mostra e venda de produtos endógenos, que o Município lhes proporciona.

O evento **12 em Rede - Aldeias em Festa**, que acontece no primeiro mês de setembro, na aldeia histórica de Castelo Rodrigo, é promovido pelas Aldeias Históricas de Portugal e o Município de Figueira de Castelo Rodrigo, e conta com a visita de vários turistas.

Todos estes eventos e outros mais chegam aos mais diversos públicos, nomeadamente turistas portugueses e estrangeiros, comunidades migrantes, e residentes locais.

Perante este esforço dos diretores artísticos locais e do Município, questionaram-se os migrantes residentes no território se concordariam que a programação cultural do concelho, reflete a diversidade cultural do mesmo. A grande maioria acredita que sim (42%), contudo, cerca de 33% acreditam que não e outros 25% não sabem pronunciar-se sobre a questão.

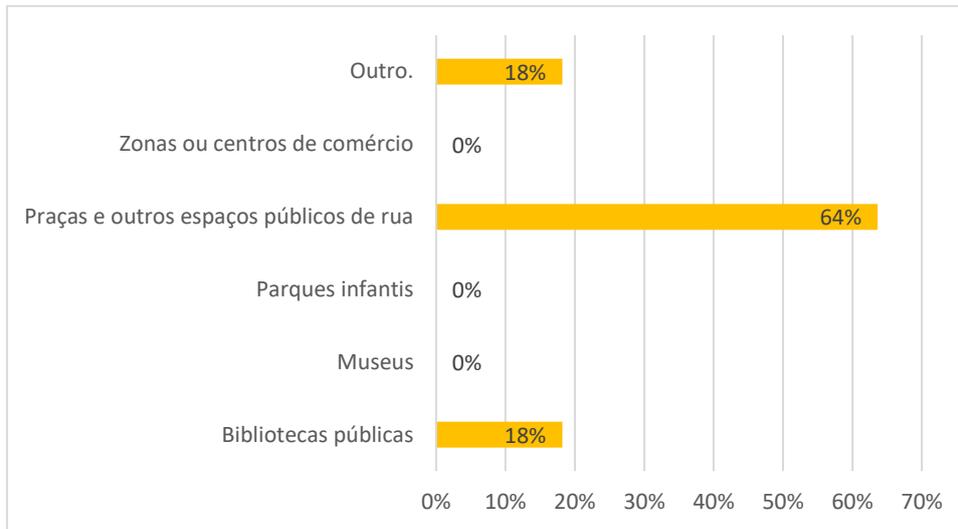
**Gráfico 35 - Promoção da Diversidade na Cultura – Será que os eventos culturais de Figueira de Castelo Rodrigo espelham a sua diversidade cultural (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

Foi, também, apurada a noção de espaços culturais para os migrantes residentes em Figueira de Castelo Rodrigo e, para esse efeito, questionados os locais onde acreditam que ocorrem os eventos culturais do concelho. As praças e outros espaços públicos de rua foram apontadas pelo grosso dos inquiridos (64%); exatamente com a mesma percentagem de respostas (18%) foram indicadas bibliotecas públicas e outros locais, não nomeados.

**Gráfico 36 - Locais Culturais – Onde acreditam que ocorrem os eventos culturais em Figueira de Castelo Rodrigo (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

Será importante salientar que a programação cultural promovida pela autarquia procura contemplar produtores e artistas locais, nacionais e imigrantes e abrange sempre que possível, entidades e produtores/artistas locais, que desenvolvem atividade cultural e artística no Município, recorrendo excecionalmente a agentes externos, como por exemplo a “Associação Lagarto”, a “CARB – Cooperativa Artística da Raia Beirã”, o “Grupo Coral e Etnográfico”, o Grupo “Renovação 3”, os Click, Os “Rilufe”, “O Beto”, etc.

No sentido de incentivar a atividade artística e reforçar a expressão da diversidade humana e cultural do concelho, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo atribui verbas destinadas à promoção da Cultura, privilegiando agentes culturais locais, por protocolo, por atribuição de verbas, tendo em conta os eventos, cedendo espaços e instalações, assim como materiais e equipamentos, para toda a preparação logística dos eventos.

Apesar dos incentivos do município, a população migrante parece, ainda, um pouco dispersa e pouco envolvida na agenda cultural de Figueira de Castelo Rodrigo e suas freguesias – seja por desconhecimento da mesma, ou por falta de um organismo que faça a ponte entre os diversos grupos sociais.

No **Instituto Politécnico da Guarda** o GMI tem levado a cabo sessões de boas-vindas e informações; tem promovido Tardes Multiculturais; tem colaborado, dentro do IPG e em articulação com a Presidência, com os Serviços Sociais, com o Gabinete de Mobilidade e Cooperação, com a Associação de Estudantes do IPG e com a Associação de Estudantes dos PALOP; na comunidade envolvente, tem cooperado com as organizações e serviços de

solidariedade social (Cáritas, Cruz Vermelha, Casa do Pessoal da ULS, RLIS, Câmara Municipal, Junta de Freguesia da Guarda, Saúde em Português, entre outros)

De acordo com a análise feita aos serviços Cultura de Figueira de Castelo Rodrigo e Instituto Politécnico da Guarda., segue a seguinte análise SWOT.

### Quadro 37 – Análise SWOT para a Cultura



## VII.SAÚDE

Em Fevereiro de 1979 foi publicada, em Diário da República a Lei nº 56/79 que criou o Serviço Nacional de Saúde, determinando o acesso à saúde de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social, nos termos da constituição.

Nos últimos 40 anos, o SNS gerou ganhos em saúde que colocaram Portugal num lugar de destaque no que se refere à qualidade de vida de milhões de cidadãos e reduziu muitas das desigualdades na sociedade portuguesa.

Ao longo destas quatro décadas, Portugal manteve-se entre os países da OCDE com menores taxas de internamento por problemas de saúde sensíveis aos cuidados de saúde primários e à diminuição da incapacidade permanente. Temos assistido ao aumento da esperança de vida saudável à nascença para homens e mulheres, à diminuição da percentagem de pessoas que consideram não ter as suas necessidades de saúde satisfeitas, bem como ao aumento da percentagem de portugueses que classificam a sua saúde como boa ou muito boa.<sup>15</sup>

Segundo o nº. 1 do artigo 64º da Constituição da República Portuguesa:

---

*1. Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover.*

---

Isto significa que qualquer cidadão, português ou estrangeiro, independentemente da sua situação económica, política ou social, tem direito ao acesso a cuidados de saúde em Portugal. Ainda de acordo com o artigo 64º da Constituição, o ponto 2. a) estabelece-se que:

---

*“ O direito à proteção de saúde é realizado através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito; (...)”*

---

O Estado assegura o direito à proteção da saúde através do Serviço Nacional de Saúde, que abrange todas as instituições e serviços oficiais prestadores de cuidados de saúde dependentes do Ministério da Saúde. Este serviço tende a ser gratuito, de forma a se tornar, verdadeiramente, universal.

---

<sup>15</sup> SNS – Serviço Nacional de Saúde, página online. Disponível em: <https://www.sns.gov.pt/sns/servico-nacional-de-saude/> consultado a 18.03.2020

De salientar, os serviços e entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde, que integram o Serviço Nacional de Saúde, designadamente:

- Os agrupamentos de centros de saúde;
- Os estabelecimentos hospitalares, independentemente da sua designação;
- As unidades locais de saúde.

Fazendo um pequeno *mapping* dos serviços de saúde em Figueira de Castelo Rodrigo, pode-se constatar, que no concelho não existem hospitais, sendo a unidade hospitalar mais perto, o Hospital Distrital da Guarda que fica a, cerca de, 60km e uma hora de distância. Existe, porém, um Centro de Saúde, 3 médicos, 9 enfermeiros, 3 postos de farmácias, 3 clínicas dentárias e uma clínica de enfermagem e especialidades.

**Quadro 38 - Estruturas de saúde Existentes em Figueira de Castelo Rodrigo (Concelho) – Número.**

Hospitais	Centro de Saúde	Médicos	Enfermeiros	Farmácias e Postos	Clínicas Dentárias	Clínica Enfermagem e Especialidades
0	1	3	9	3	3	1

Fonte: Centro de Saúde Figueira de Castelo Rodrigo 2018

Tal como verificado, encontra-se em funcionamento uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados que abrange um universo de cerca de 6.000 utentes do concelho e concelhos limítrofes<sup>16</sup>. Segundo os dados dos Censos, em 2001 o Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo abrangia 1.189 munícipes, descendo este número para 1.042 em 2011. Estes números estão muito abaixo da média nacional o que poderá significar uma vantagem, sendo o defeito de utentes uma oportunidade para o exercício de cuidados de saúde personalizados e com verdadeiro foco no doente.

<sup>16</sup> Dados do Diagnóstico Social 2019

**Quadro 39 - Habitantes por centro de saúde e extensão - Onde há mais e menos pessoas, em média, por unidade de saúde que presta cuidados primários? - Rácio**

TERRITÓRIOS		HABITANTES POR CENTRO DE SAÚDE E EXTENSÃO	
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2011
NUTS 2013	Portugal	4 419,1	6 652,5
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	1 189,0	1 042,2

Fonte: Pordata

Recorrendo a dados estatísticos referentes aos anos de 1993 e 2012, procura-se perceber quais as consultas médicas de especialidade com mais e menos doentes observados. De acordo com a informação recolhida, verifica-se que a especialidade médica com maior número de doentes observados é, de longe, a medicina geral e familiar que em 1993 contava com a observação de 16.493 utentes e em 2012 com 12.964 utentes. Segue-se a pediatria, que em 1993 teria acompanhado 1.502 crianças e em 2012 este número cai para as 884 crianças. Curiosamente as consultas médicas de saúde materna e planeamento familiar contrariam a tendência decrescente de todas as outras consultas de especialidade e do total de utentes observados no Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo. Assim, as consultas de saúde materna que em 1993 registavam 268 mulheres em vigilância, passam a 336 em 2012. Um aumento mais expressivo foi auferido nas consultas de planeamento familiar que em 1993 teriam observado 591 utentes e em 2012 este número chegaria aos 953 utentes.

Segundo os dados apurados no Diagnóstico Social 2019, são também asseguradas na UCSP consultas de, diabetes, hipertensão, nutrição, psicologia, saúde oral nas escolas e tratamentos de fisioterapia. Nesta unidade procede-se à recolha de espécimes (análises clínicas) das 8.00h às 11.00 h. Realizam-se rastreios à população em geral bem como intervenções oportunas na comunidade. Diariamente são realizadas visitas domiciliárias aos utentes em maior dependência.

**Quadro 40 - SNS: consultas médicas nos centros de saúde, por algumas especialidades médicas (1993-2012) - Onde há mais e menos pacientes observados por médicos de medicina geral e familiar, medicina dentária, ginecologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, pediatria ou outras**

Territórios		ESPECIALIDADE MÉDICA									
		Total		Medicina geral e familiar		Estomatologia e medicina dentária		Ginecologia		Oftalmologia	
Âmbito Geográfico	Anos	1993	2012	1993	2012	1993	2012	1993	2012	1993	2012
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	18854	15137	16493	12964	0	0	0	0	0	0

Territórios		ESPECIALIDADE MÉDICA									
		Otorrinolaringologia		Planeamento familiar		Pneumologia		Pediatria		Saúde materna	
Âmbito Geográfico	Anos	1993	2012	1993	2012	1993	2012	1993	2012	1993	2012
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	0	0	591	953	0	0	1502	884	268	336

Fonte: Pordata

Com o objetivo de tentar perceber a abrangência dos serviços de saúde na população, procedeu-se a uma análise de vários indicadores, um deles é o número de consultas médicas nos Centros de Saúde, por habitantes, para os anos 1993-2012. Conclui-se que Figueira de Castelo Rodrigo está acima da média nacional e distrital apresentando uma média de 2,7 consultas por habitante em 1993 e 2,4 em 2012 – enquanto a média nacional em 1993 se situava nos 2,6 e a distrital nos 2,1 em 1993 e em 2013 a nacional rondava os 2,5 e a distrital os 2,4.

**Quadro 41 - SNS: consultas médicas nos centros de saúde por habitante (1993-2012) - Onde há, em média, por pessoa, mais e menos pacientes a serem observados nas unidades básicas do Serviço Nacional de Saúde?**

TERRITÓRIOS		CONSULTAS POR HAB.	
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2012
NUTS 2013	Portugal	2,6	2,5
Município	Guarda	2,1	2,4
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	2,7	2,4

Fonte: Pordata

Outro indicador analisado foi o número de habitantes por médico e farmacêutico, tentando perceber onde há mais e menos pessoas por médico e farmacêutico, nos anos 2001 e 2018. Ora, estabelece-se os valores de Portugal como bitola comparativa e assim, é possível apurar que, quer em 2001 quer em 2018, o número de habitantes de Figueira de Castelo Rodrigo por médico é muito superior à média do país. Em 2001 existiam 713,4 habitantes por médico, enquanto a média nacional rondava os 311,8 habitantes por médico. Em 2018, verifica-se uma diminuição do número de habitantes por médico mas esta continua a ser em Figueira de Castelo, marcadamente, superior à nacional. Assim, no concelho existiam, em 2018 517,5 habitantes por médico, sendo os valores do país 191,7.

Em relação ao número de habitantes por farmacêuticos as diferenças entre as médias locais e nacionais são bem mais ténues. Em 2001, era possível contabilizar 1.783,5 habitantes por farmacêutico no concelho, sendo o valor nacional de 1.365,3. Em 2018, o número de habitantes por farmacêutico chega, mesmo, a ser inferior à média nacional, contando com 632,5 habitantes locais e 763 portugueses.

Se o número de habitantes por Centro de Saúde é bastante inferior à média nacional mas depois o número de habitantes por médico fica muito acima das médias de Portugal, isto significa que aquilo que poderia representar uma oportunidade para uma assistência de saúde mais personalizada e focada no doente, se torna difícil ou impossível pela falta de médicos. Não obstante, salienta-se que, pese embora, o número de habitantes por médico seja bem superior

à média do país – ou seja, existe em Figueira de Castelo Rodrigo um défice do número de médicos – o número de consultas por habitante é superior à média nacional. Isto traduz-se numa taxa de esforço acrescida para os profissionais de saúde locais que, apesar das dificuldades de recursos, estão a garantir um acesso generalizado da população aos cuidados de saúde, acima da média nacional.

**Quadro 42 - Habitantes por médico e farmacêutico - Onde há mais e menos pessoas, em média, por médico ou farmacêutico? Rácio**

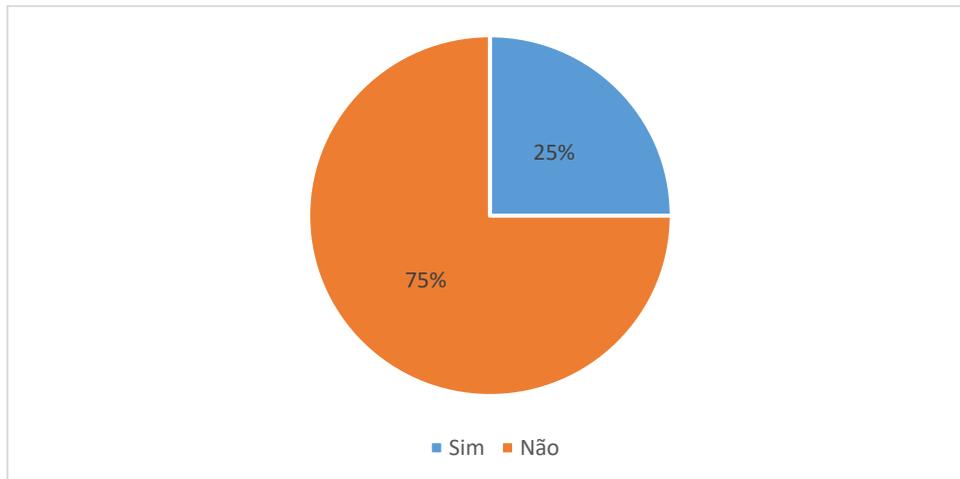
TERRITÓRIOS		HABITANTES POR MÉDICO		HABITANTES POR FARMACÊUTICO	
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2018	2001	2018
<b>NUTS 2013</b>	<b>Portugal</b>	311,8	191,7	1 365,3	763,0
<b>Município</b>	<b>Figueira de Castelo Rodrigo</b>	713,4	517,5	1 783,5	632,5

Fonte: Pordata

A Direção do Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo garante que o acompanhamento ao nível dos cuidados de saúde é feito junto da população nacional de países terceiros e de toda a população imigrante, no geral.

Ao questionar, os migrantes residentes em Figueira de Castelo Rodrigo sobre as dificuldades sentidas no acesso aos serviços de saúde locais, 75% dos inquiridos afirma nunca ter sentido dificuldades e apenas 25% reconhece que sentiu algumas dificuldades. De entre os inquiridos que afirmam ter sentido dificuldades, as queixas repartem-se entre o tempo de espera e os desafios à comunicação para quem não fala a língua portuguesa.

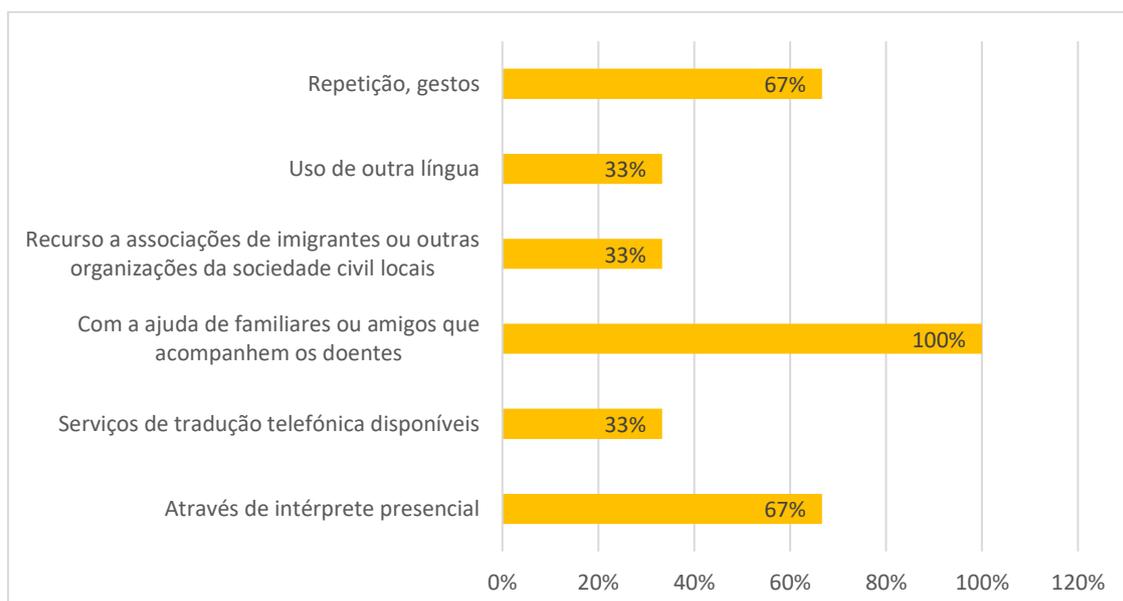
**Gráfico 37 - Dificuldades Sentidas no Acesso aos Serviços de Saúde Locais – Se já sentiu ou não (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

No âmbito das dificuldades de comunicação que se apresentam nos serviços de saúde, perguntou-se aos nacionais de países terceiros como ultrapassaram estas dificuldades. Todos eles selecionaram a opção “com a ajuda de familiares ou amigos que acompanham os doentes”; logo de seguida salientam, também, a utilização de intérprete presencial e a utilização de repetição gestos referida cada uma por 67% dos inquiridos. Outros 33% afirmam recorrer a outra língua para comunicar, associações/entidades da sociedade civil para mediação e, ainda, a serviços de tradução telefónica.

**Gráfico 38 - Dificuldades Sentidas no Acesso aos Serviços de Saúde Locais - (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

Ainda, segundo a informação apurada no Diagnóstico Social de Figueira de Castelo Rodrigo – 2019 - existem diversos constrangimentos a nível de recursos humanos, tanto a nível de médicos de família (principal), como de enfermeiros e assistentes operacionais. Como consequência direta há utentes sem médico de família atribuído, que são atendidos pelo médico que na altura estiver disponível – fenómeno que afeta de forma particular os novos locais, mais ainda nacionais de países terceiros.

Apesar das dificuldades os Centro de Saúde continua a assegurar-se o serviço de atendimento permanente 24 horas por dia, sete dias por semana, sendo que a UCSP de Figueira de Castelo Rodrigo tem funcionamento das 8.00h às 18.00h.

No **Instituto Politécnico da Guarda**, os estudantes internacionais têm, naturalmente, os mesmos direitos que os portugueses no acesso a cuidados de saúde. Contudo, por vezes surgem alguns desafios que se relacionam os *timings* de emissão da documentação do SEF. Por este motivo o Gabinete de Mediação intercultural do IPG estabeleceu uma parceria com o Centro de Saúde das Lameirinhas e Hospital da Guarda, estando, sempre 2 médicos e 1 enfermeiros destacados para realizar atendimento a alunos que careçam da documentação emitida pelo SEF.

Segue uma análise dos principais fatores positivos (Forças e Oportunidades) e negativos (Fraquezas e Ameaças); dos fatores internos (Forças e Fraquezas) e dos fatores externos (Oportunidades e Ameaças) que constituem as dinâmicas de Saúde no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e Instituto Politécnico da Guarda.

**Quadro 43 – Análise SWOT para a Saúde**



## VIII. SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

No que diz respeito ao domínio da Ação Social, o Município presta auxílio aos seus munícipes de diversas formas. Em primeiro lugar, é importante salientar que existe um departamento do aparelho estatal local que se dedica, exclusivamente, a estas questões: o Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. Este gabinete conta com algumas parceiras estratégicas para uma atuação no terreno coordenada e abrangente. Uma delas é a **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – CPCJ** – instituição oficial não judiciária com autonomia funcional na proteção dos direitos das crianças e jovens.

Outra parceria basilar para a otimização do funcionamento do Gabinete de Ação Social é a **Rede Social** que corresponde a um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão por parte das autarquias e de entidades públicas ou privadas com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social. Esta rede social é composta por um núcleo executivo, no qual, marcam lugar técnicos representantes de sete entidades pertencentes ao CLAS e eleitas por este, designadamente:

- Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Segurança Social;
- IEFP – Centro de Emprego de Pinhel;
- Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Representante das IPSS's;
- Representante da Junta de Freguesia.

Para além do Gabinete de Ação Social, o Município dispõe, ainda, de um **Gabinete de Psicologia**, o qual garante o acompanhamento psicológico de crianças, jovens e adultos que vivem com dificuldades socioeconómicas, podendo este apoio alargar-se a qualquer munícipe que manifeste esta vontade/necessidade. O objetivo central deste serviço é o de promover o bem-estar psicológico, desenvolver o autoconhecimento e autoestima, de forma a reduzir situações de sofrimento psicológico e a fomentar o empoderamento de cada indivíduo, aumentando, os níveis de bem-estar e felicidade da população.

Tendo em vista a melhoria efetiva da qualidade de vida dos seus residentes, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo tem vindo a apostar numa estratégia de apoio social e económico para grupos sociais mais vulneráveis. Eis alguns dos projetos e medidas adotadas:

- Programa “Apoio ao Idoso”
- Medidas de Apoio Social e Incentivo à Fixação de Pessoas e Famílias
- Medidas de Apoio de Emergência Social e Familiar

No âmbito da solidariedade, torna-se fundamental referir o papel **das instituições particulares de solidariedade social (IPSS)**, as quais, formadas por particulares e sem fins lucrativos, se vocacionam para responder a necessidades da população que não sejam diretamente respondidas pelo Estado. Entre os vários objetivos das IPSS’s destacam-se:

- apoio à família;
- proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- resolução dos problemas habitacionais da população.

Em Figueira de Castelo Rodrigo, são desenvolvidas diversas respostas sociais por instituições desta natureza, direcionadas para diferentes públicos-alvo. No apoio a **crianças e jovens**, as respostas sociais são:

- Creches
- Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)

No apoio a **adultos e idosos**, as respostas sociais são:

- Centros de Dia;
- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD);
- Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI – anteriormente denominado de Lar de Idosos)

Dentro dos objetivos já enumerados e perante os aparelhos de resposta social por grupo alvo, também, já referidos, passar-se-á a uma enumeração das IPSS presentes no concelho:<sup>17</sup>

- Associação de Desenvolvimento de Vale de Afonsinho
- Associação Cultural, Desportiva e Social Almofalense
- Associação Sociocultural da Freixeda do Torrão

---

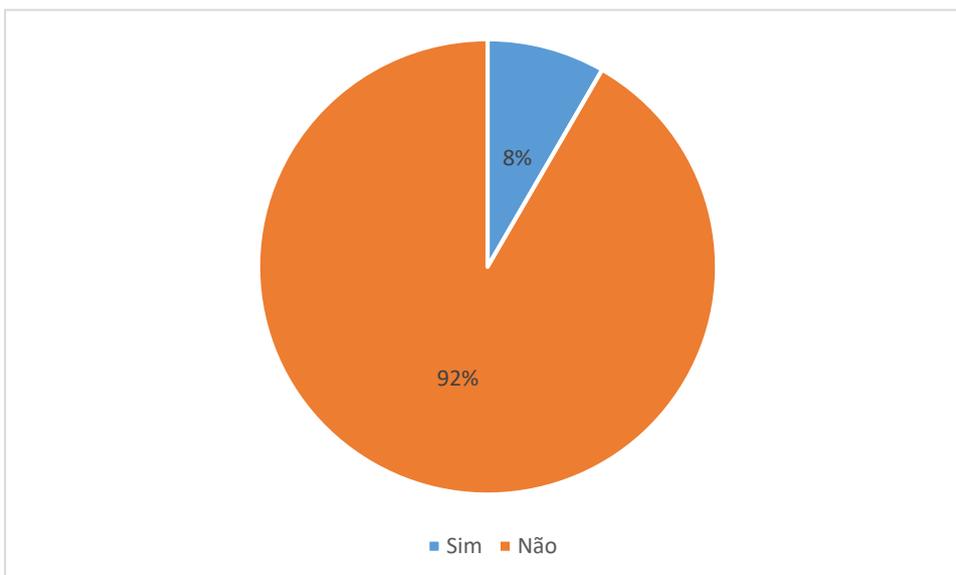
<sup>17</sup> Para mais informações sobre a natureza de cada uma particular, poderá consultar as suas páginas da internet ou o Diagnóstico Social de Figueira de Castelo Rodrigo 2019.

- Casa da Freguesia de Escalhão
- Centro Social de Mata de Lobos
- Figueira SOS
- Fundação D<sup>a</sup>. Ana Paula Águas Vaz de Mascarenhas e Garcia e Dr. Álvaro Augusto Garcia
- Centro Solidariedade Social da Reigada
- Santa Casa da Misericórdia de Figueira de Castelo Rodrigo
- Centro de Solidariedade Social de Algodres
- Associação Cultural, Social e de Melhoramentos de Vermiosa

As respostas sociais apresentadas pelo Município repartem-se pelas medidas e/ou projetos de apoio diretos aos munícipes e as parcerias com entidades locais, tais como as IPSS, que tendem a estar muito próximas dos cidadãos e das suas necessidades.

Ao questionar, os migrantes residentes no concelho sobre o seu conhecimento acerca das entidades de Ação Social que atuam no território, a esmagadora maioria, 92%, afirma desconhecer as entidades/instituições desta natureza.

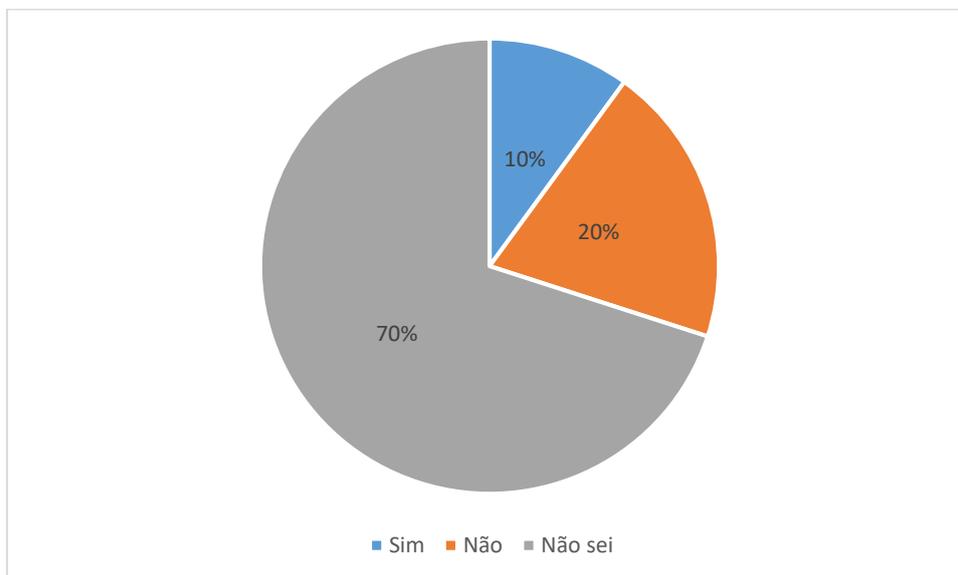
**Gráfico 39 - Conhecimento de Entidades de Ação Social – Se conhece ou não(%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

Foi, também, questionado aos inquiridos se tinham conhecimento de situações de carência económica entre a população migrante no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e a grande maioria, 70%, desconhece a existência de tais situações; cerca de 20% acredita que não existam situações de carência económica entre os migrantes em Figueira de Castelo Rodrigo e apenas 10% acredita que existam situações dessas. Importa salientar que os inquiridos que acreditam que existam este tipo de situações no concelho, acreditam que existe uma ligação com a falta de oportunidades de trabalhar e que correspondem a situações pontuais que não deverão ser generalizadas.

**Gráfico 40 - Conhecimento de Situações de Carência Económica entre a População Migrante de Figueira de Castelo Rodrigo – se pensa que existem, não existem ou não sabe (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

Todas as questões de proteção social especialmente dirigidas aos migrantes e nacionais de países terceiros são tratadas, numa primeira fase pelo CLAIM<sup>18</sup> e depois encaminhadas para os serviços apropriados, sempre com a colaboração dos recursos humanos do CLAIM.

Contudo, não parecem existir grandes situações de emergência social junto da população migrante, em particular. As situações de carência económica tendem a relacionar-se com a falta de oportunidade de trabalho e a tipologia da economia local descrita no Capítulo III, mas que afetam a população autóctone da mesma forma que a população migrante.

<sup>18</sup> Centro Local de Apoio à integração de Migrantes – descrição mais detalhada no capítulo 3. I.

Contudo, verifica-se que, mais uma vez a comunidade estrangeira residente no concelho, tende a desconhecer os serviços existentes no território – desta vez, os de Solidariedade e Resposta Social.

No Instituto Politécnico da Guarda verifica-se que existem muitas situações de carência económica por parte dos alunos internacionais provenientes, sobretudo, dos PALOP – em particular dos africanos.

O Gabinete para a Mediação Intercultural em conjunto com restantes entidades de apoio social têm conseguido dar resposta às necessidades que variam desde a falta de vestuário de inverno, ao calçado e mesmo a alimentação.

Segue, então, uma análise SWOT para a Solidariedade e Resposta Social do Município de Figueira de Castelo Rodrigo e Instituto Politécnico da Guarda.

**Quadro 44 – Análise SWOT para a Solidariedade e Resposta Social**



## IX. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

A cidadania e participação cívica de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos pode ser avaliada de diversas formas. Contudo, por uma questão de exequibilidade optou-se selecionar alguns indicadores, nomeadamente o recenseamento eleitoral, a participação nas eleições com o direito/dever de voto e a participação na vida associativa local.

De notar que, segundo o regime jurídico de recenseamento eleitoral (Lei nº 13/99 de 22 de março) o recenseamento eleitoral é *“oficioso, obrigatório, permanente e único para todas as eleições por sufrágio direto e universal e referendos (...)”* (artigo 1º).

Ainda de acordo com esta Lei, o recenseamento eleitoral é universal, o que significa que abrange todos os que gozem de capacidade eleitoral ativa e é, também, oficioso e obrigatório, pelo que *“todos os cidadãos nacionais, residentes no território nacional, maiores de 17 anos, são oficiosos e automaticamente inscritos na base de dados do recenseamento eleitoral (...)”* (artigo 3º 2.)

Esta lei prevê, ainda, um regime de voluntariedade e segundo este, podem recensear-se, voluntariamente, quem se encontre numa das seguintes situações:

- a) *Os cidadãos nacionais residentes no estrangeiro;*
- b) *Os cidadãos da União Europeia, não nacionais do Estado Português, residentes em Portugal;*
- c) *Os cidadãos nacionais de países de língua oficial portuguesa, residentes em Portugal;*
- d) *Outros cidadãos estrangeiros residentes em Portugal.*

(artigo 4º)

Antes de avançar para a avaliação destes indicadores junto da população NPT de Figueira de Castelo Rodrigo, em particular, será relevante avaliar a participação eleitoral geral da população autóctone nas eleições.

Começando com as eleições autárquicas, verifica-se que entre os anos 2009, 2013 e 2017, o número total de eleitores sofre uma diminuição expressiva, passando de 6.582 em 2009 para 6.134 em 2013 e 5.715 em 2017. Dentro deste universo, também os números de eleitores votantes e de eleitores que se abstém de votar nas eleições, tem vindo, naturalmente, a diminuir. Contudo, a relação entre eleitores votantes e abstenção tem-se mantido, relativamente, estável. Em 2009 a abstenção registou valores na ordem dos 1.797 indivíduos o que corresponde a 27,30% da população de eleitores, passando em 2013 para os 1.627, ou seja, 26,53% dos recenseados. Finalmente, em 2017, os eleitores votantes perfaziam um total de

4.243 indivíduos, ou seja 74,24% dos eleitores, ficando a abstenção com 1.472 cidadãos, ou seja, 25,76% da população.

**Quadro 45 - Eleitores nas eleições para as Autarquias Locais: total, votantes e abstenção - Onde há mais e menos pessoas que podem votar, que votam e que se absterem nas eleições autárquicas? Indivíduo**

TERRITÓRIOS		ELEITORES					
		TOTAL					
Âmbito Geográfico	Anos	2009	2013	2017	2009	2013	2017
NUTS 2013	Portugal	9 377 343	9 501 103	9 411 442			
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	6 582	6 134	5 715			
TERRITÓRIOS		ELEITORES					
		VOTANTES			ABSTENÇÃO		
Âmbito Geográfico	Anos	2009	2013	2017	2009	2013	2017
NUTS 2013	Portugal	5 533 824	4 998 005	5 173 063	3 843 519	4 503 098	4 238 379
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	4 785	4 507	4 243	1 797	1 627	1 472

Fonte: Pordata

Nas eleições legislativas para a Assembleia da República ocorre uma mudança de cenário quase chocante que, no entanto, como se pode observar é comum a Portugal inteiro. A abstenção ganha volume e mantém-se praticamente com a mesma representatividade que a população votante. Em 2011, abstenção regista valores na ordem dos 46,56%, em 2015 desce apenas algumas casas decimais e fica-se pelos 46,32% e em 2019, fatidicamente, a percentagem de eleitores de Figueira de Castelo Rodrigo que se absteve de cumprir com o direito de voto ultrapassa a dos cidadãos que de dirigiram às urnas. Assim, nesse ano apenas 2.694 cidadãos cumpriram a sua responsabilidade cívica e votaram, 48,72%, e, contrariamente, 2.836 indivíduos não o fizeram, registando a abstenção um peso percentual de 51,28%.

**Quadro 46 - Eleitores nas eleições para a Assembleia da República: total, votantes e abstenção**  
- Onde há mais e menos pessoas que podem votar, que votam e que se abstêm nas eleições legislativas? Indivíduo

TERRITÓRIOS		ELEITORES					
		TOTAL					
Âmbito Geográfico	Anos	2011		2015		2019	
NUTS 2013	Portugal	9 624 133		9 682 553		10 810 674	
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	6 343		5 908		5 530	
NUTS I	Ignorado/Outro	195 109		242 852		1 466 754	
TERRITÓRIOS		ELEITORES					
		VOTANTES			ABSTENÇÃO		
Âmbito Geográfico	Anos	2011	2015	2019	2011	2015	2019
NUTS 2013	Portugal	5 588 594	5 408 805	5 251 064	4 035 539	4 273 748	5 559 610
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	3 390	3 171	2 694	2 953	2 737	2 836

Fonte: Pordata

Nas eleições para a Presidência da República, os valores da abstenção atingem máximos históricos nos anos de 2006, 2011 e 2016, quer a nível nacional, quer a nível local. Nas eleições presidenciais de 2006 a abstenção, embora expressiva, mantinha-se abaixo da população que votava e, portanto, fixava-se nos 43,48%. Em 2011 esta viria a ultrapassar a percentagem de eleitoral no cumprimento do dever de voto, alcançando uma expressão demasiado elevada de 62,66%. Finalmente, em 2019, esta diminuiu um pouco, continuando, no entanto, o número de pessoas que se abstêm de votar a ser superior às que votam. Assim, para o referido ano a abstenção fixou-se nos 55,49% (3.262 indivíduos) e a proporção de cidadão com dever de voto cumprido com uma expressão de 44,51% (5.879 indivíduos).

**Quadro 47 - Eleitores nas eleições para a Presidência da República: total, votantes e abstenção**  
- Onde há mais e menos pessoas que podem votar, que votam e que se abstêm para eleger o Presidente da República? Indivíduo

TERRITÓRIOS		ELEITORES					
		TOTAL					
Âmbito Geográfico	Anos	2006		2011		2016	
NUTS 2013	Portugal	9 022 346		9 656 797		9 741 377	
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	6 596		6 408		5 879	
TERRITÓRIOS		ELEITORES					
		VOTANTES			ABSTENÇÃO		
Âmbito Geográfico	Anos	2006	2011	2016	2006	2011	2016
NUTS 2013	Portugal	5 550 105	4 492 297	4 740 558	3 472 241	5 164 500	5 000 819
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	3 728	2 706	2 617	2 868	3 702	3 262

Fonte: Pordata

Para os últimos três anos de momentos eleitorais analisados, pode-se afirmar que Figueira de Castelo Rodrigo acompanha a tendência nacional para o desinteresse pela expressão cívica dos seus residentes. Tal como no resto do país, o momento de voto que tem maior adesão por parte dos cidadãos do concelho, são as eleições autárquicas locais, nas quais a abstenção se situa entre os 25% e os 28%. Seguem-se as eleições legislativas que, já contém expressões de abstenção mais elevadas, situando-se esta entre os 46% e os 51%. Finalmente as eleições presidenciais são as que registam uma abstenção mais marcada chegando esta a conhecer valores na ordem dos 62% em 2011 e variando até aos 43%.

No que diz respeito aos cidadãos estrangeiros residentes no concelho, os números não são melhores. Em 2011 existiam apenas um cidadão da União Europeia recenseado e outros 2 de países terceiros. Em 2019 eram 2 os cidadãos da União Europeia recenseados e mantiveram-se

2 de países terceiros. Isto significa que pouco mais de 4% da população estrangeira residente no concelho está recenseada e, portanto, poderá ser um sinal para reflexão sobre uma intervenção estratégica a este nível.

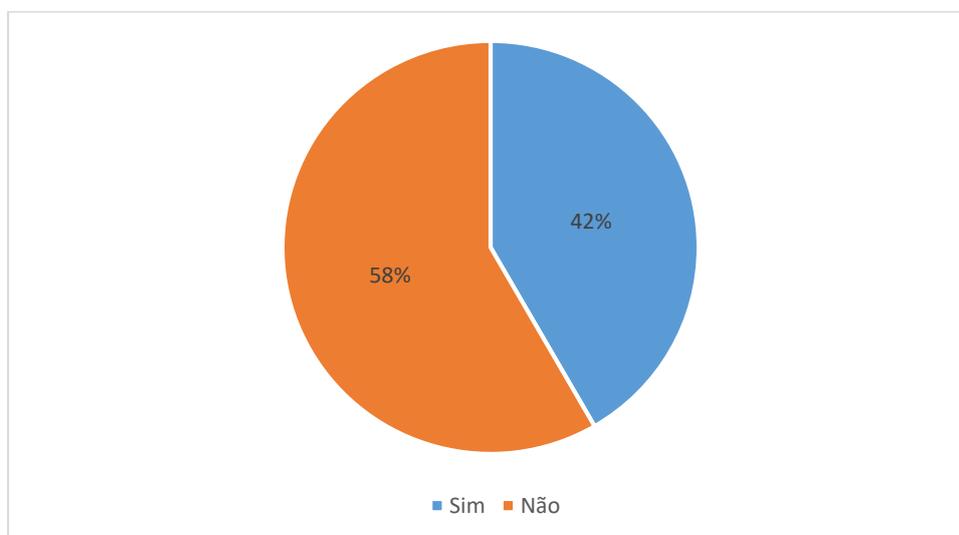
**Quadro 48 - Recenseados: total e por nacionalidade - Onde há mais e menos cidadãos nacionais ou estrangeiros que podem votar? Indivíduo**

Territórios		Recenseamento Eleitoral							
		Total		Cidadãos nacionais		Cidadãos de outro país da União Europeia		Cidadãos nacionais de outros países	
Âmbito Geográfico	Anos	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	6 283	5 524	6 280	5 520	1	2	2	2

Fonte: Pordata

Perante esta informação recolhida junto do Pordata, torna-se curioso, verificar que, paradoxalmente, certa de 42% dos inquiridos no âmbito do Figueira Acolhe (ou seja, 5 indivíduos) afirmam estar recenseados, sendo que os restantes 7 (58%) confessam não estar recenseados.

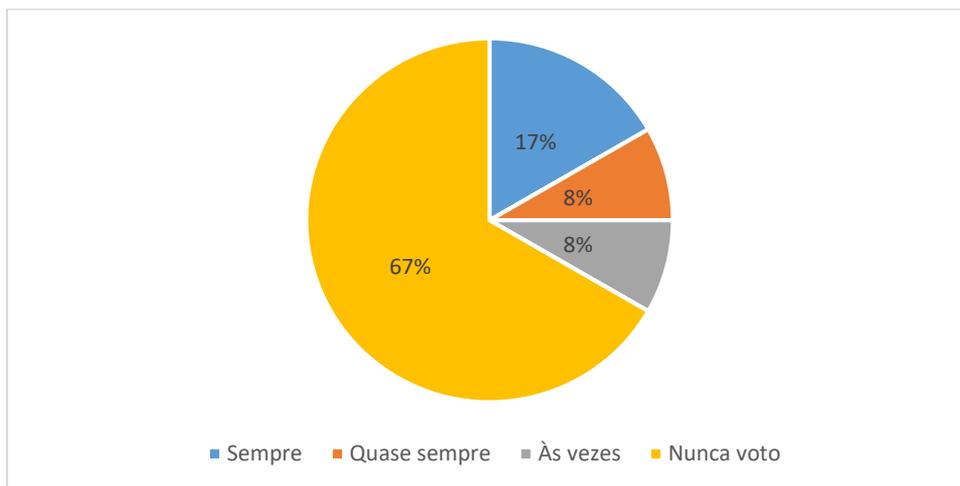
**Gráfico 41: Está recenseado? (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo**



Fonte: Elaboração Própria

Colocou-se a questão referente à assiduidade dos cidadãos estrangeiros residentes no cumprimento do direito/dever de votos e a grande maioria 67% admite nunca votar, sendo que 17% afirma votar sempre, 8% às vezes e outros 8% quase sempre.

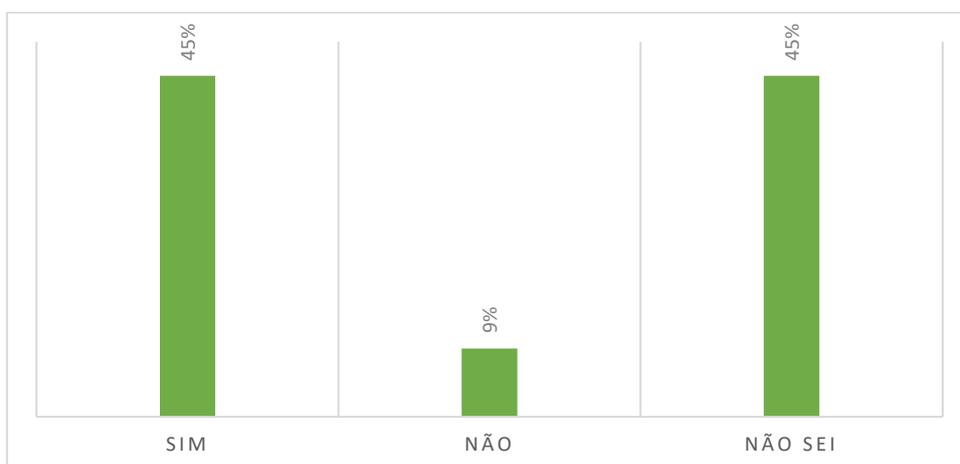
**Gráfico 42 - Frequência com que Vota nas Eleições (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo**



Fonte: Elaboração Própria

Para além da participação eleitoral, questionou-se os migrantes em relação à participação na vida associativa, pelo que nenhum revelou tomar ativamente parte de qualquer movimento associativo local. Perante este cenário foi colocada a questões sobre o que pensavam da criação de uma associação de migrantes em Figueira de Castelo Rodrigo – ou numa das suas freguesias. A mesma percentagem de indivíduos, 45%, responderam *sim* e *não sei*, sendo que 9% diz que isso não será pertinente.

**Gráfico 43 - Acredita que a Criação de uma Associação de Migrantes em Figueira de Castelo Rodrigo seria Positivo? (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo**



Fonte: Elaboração Própria

Para uma visão mais abrangente do mosaico associativo de concelho, apresenta-se uma lista com todas as associações de Figueira de Castelo Rodrigo e suas freguesias.

**Quadro 49 - Associações de Figueira de Castelo Rodrigo – Nome e Local**

ASSOCIAÇÃO	LOCAL
JOVENS AGRICULTORES DO INTERIOR CENTRO (AJAIC)	Figueira de Castelo Rodrigo
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE QUINTÃ DE PÊRO MARTINS	Quintã de Pêro Martins
ASSOCIAÇÃO CULTURAL, DESPORTIVA E SOCIAL DE VILAR DE AMARGO	Vilar de Amargo
ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL E DE MELHORAMENTOS DE VERMIOSA	Vermiosa
ASSOCIAÇÃO DOS CARUNCHOS	Figueira de Castelo Rodrigo
ASSOCIAÇÃO DA MOCIDADE DE ESCALHÃO	Escalhão
ASSOCIAÇÃO DE NATURAIS E AMIGOS DO CONCELHO DE FIGUEIRA DE CASTELO	Lisboa
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE VILAR TORPIM	Vilar Torpim
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL REIGADENSE	Reigada
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE ALGODRES	Algodres
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE CASTELO RODRIGO	Castelo Rodrigo
ASSOCIAÇÃO SOCIOCULTURAL E DESPORTIVA ALMOEALENSE	Almofala
ASSOCIAÇÃO SÓCIO CULTURAL DE FREIXEDA DO TORRÃO	Freixeda do Torrão
SERVIÇOS SOCIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	Figueira de Castelo Rodrigo
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	Figueira de Castelo Rodrigo
CASA DE FREGUESIA DE ESCALHÃO	Escalhão
ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE VALE DE AFONSHO	Vale de Afonso
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE VALE DE AFONSHO	Vale de Afonso
FUNDAÇÃO D. ANA PAULA ÁGUAS VAZ DE MASCARENHAS E GARCIA E DR. ÁLVARO	Figueira de Castelo Rodrigo
GINÁSIO CLUBE FIGUEIRENSE	Figueira de Castelo Rodrigo

GRUPO CORAL DE SÃO VICENTE	Figueira de Castelo Rodrigo
GRUPO CORAL E ETNOGRÁFICO FIGUEIRENSE	Figueira de Castelo Rodrigo
NÚCLEO SPORTINGUISTA	Figueira de Castelo Rodrigo
FIGUEIRA SOS	Figueira de Castelo Rodrigo
TRANSUMÂNCIA E NATUREZA	Figueira de Castelo Rodrigo
ASSOCIAÇÃO ERVA-PRATA	Figueira de Castelo Rodrigo
ASSOCIAÇÃO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL – ASSOCIAÇÃO DE	Figueira de Castelo Rodrigo
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES FLORESTAIS DO CONCELHO DE FIGUEIRA DE CASTELO	Figueira de Castelo Rodrigo
CAMINHEIROS DO ÁGUEDA ASSOCIAÇÃO	Mata de Lobos
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL TERRA DO LAGARTO	Vilar de Amargo

Fonte: Diagnóstico Social FCR 2019

Tal como se pode verificar existem associações de diversas naturezas, sejam desportivas, culturais, ambientais, de solidariedade social, de desenvolvimento local, de agricultores, etc. Carece, contudo, uma associação com a missão de promover e potenciar a diversidade cultural, o que, se for do interesse e vontade dos residentes do concelho, poderá ser ponderado.

É, também, importante salientar que existe uma tendência geral – não apenas local – para a abstenção do direito de voto, o que é um indicador muito relevante da falta de sentido cívico ou simplesmente da reduzida confiança/motivação dos cidadãos no regime político, sobretudo em termos nacionais. De forma complementar, também a população migrante apresenta baixos índices de participação na vida política dos territórios, sendo extremamente reduzida a percentagem de novos locais recenseados.

No Instituto Politécnico da Guarda, verifica-se que os estudantes internacionais são, de uma forma geral, bastante ativos e existe, inclusivamente uma Associação de Estudantes PALOP sediada no mesmo local da Associação de Estudantes do IPG, sendo várias as iniciativas culturais e académicas realizadas no IPG e em parceria com instituições, tais como Município.

Por outro lado, o Gabinete de Mediação Intercultural do IPG tem levado a cabo sessões de boas-vindas e informações; tem promovido Tardes Multiculturais; tem colaborado, dentro do IPG e em articulação com a Presidência, com os Serviços Sociais, com o Gabinete de Mobilidade e Cooperação, com a Associação de Estudantes do IPG e com a Associação de Estudantes dos

PALOP; na comunidade envolvente, tem cooperado com as organizações e serviços de solidariedade social (Cáritas, Cruz Vermelha, Casa do Pessoal da ULS, RLIS, Câmara Municipal, Junta de Freguesia da Guarda, Saúde em Português, entre outros)

Segue uma análise dos principais fatores positivos (Forças e Oportunidades) e negativos (Fraquezas e Ameaças); dos fatores internos (Forças e Fraquezas) e dos fatores externos (Oportunidades e Ameaças) que influenciam e orbitam à volta das questões de Cidadania e Participação Cívica do Município de Figueira de Castelo Rodrigo e do Instituto Politécnico da Guarda.

#### Quadro 50 – Análise SWOT para a Cidadania e Participação Cívica



## X. MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

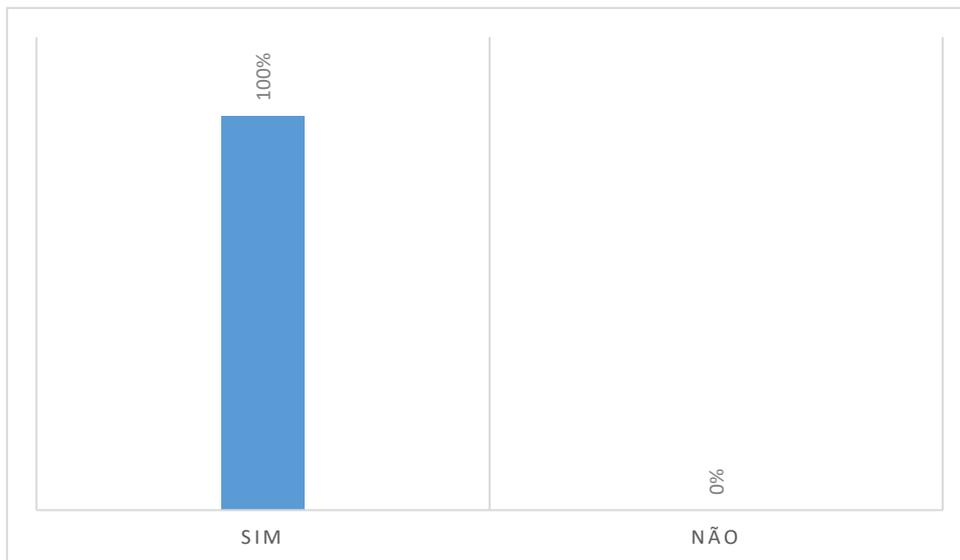
O Município de Figueira de Castelo Rodrigo tem uma estratégia de comunicação bastante ativa e dinâmica. Para além do **Boletim Municipal**, onde são noticiados os principais eventos e deliberações municipais, existe também uma **Agenda Cultural**, onde são divulgadas as iniciativas que venham a ter lugar no concelho. Paralelamente, são também de mencionar as **redes sociais** do Município, assim como, o portal do mesmo, onde é possível encontrar informação alusiva ao território. Pese embora, não exista, à data uma estratégia de comunicação para os assuntos da diversidade cultural específica, esta acaba por estar dissipada um pouco pelas restantes temáticas, ou mesmo, ser ocasionalmente alvo de discussão espontânea.

Com o objetivo de reforçar a sensibilização dos munícipes para a preservação do património material e imaterial, as expressões artísticas e a criação de laços entre as pessoas, o Município leva a cabo, anualmente, diversas iniciativas de interesse. No que diz respeito a eventos, são de destacar as Comemorações da Amendoeira em Flor, a Recriação Histórica: Salgadela – A Batalha, a Figueira Com Vida, o Festival das Sopas e Migas e o Festival do Borrego da Marofa. Adicionalmente, têm ainda lugar ao longo do ano, várias mostras de teatro, uma semana dedicada ao livro e à cultura, bem como, várias outras iniciativas de índole cultural / institucional.

Existem, também, meios de comunicação em Figueira de Castelo Rodrigo que desempenham um papel fundamental na informação e empoderamento dos cidadãos do concelho, tais como, os Ecos da Marofa.

Outra questão que se torna importante para reflexão, passa pela comunicação destes migrantes com os respetivos familiares, sendo que muitos se mantêm nos países de origem. Na realidade todos os inquiridos, 100%, afirma manter contato com os familiares apesar das distâncias.

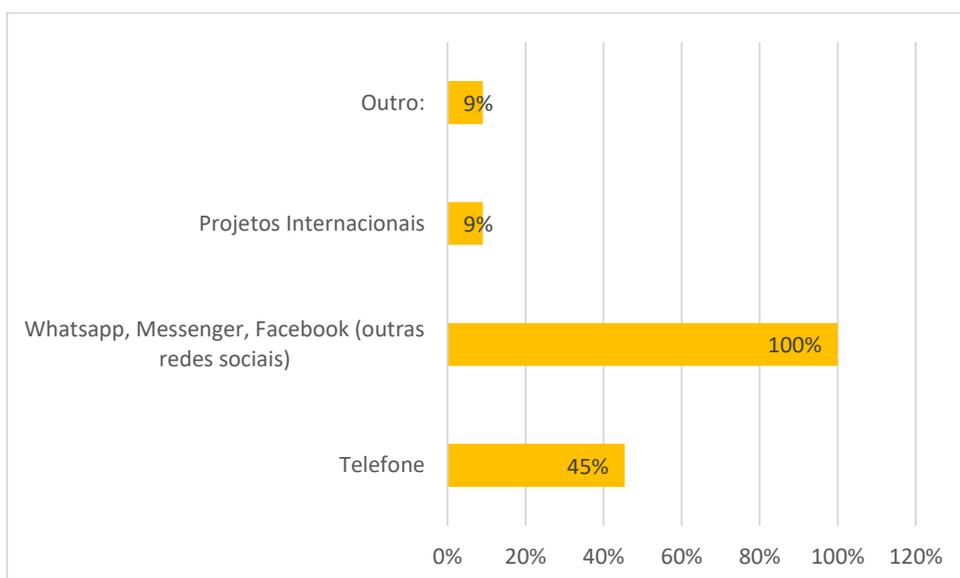
**Gráfico 44 - Mantem Contato com Familiares no País de Origem (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo**



Fonte: Elaboração Própria

Em relação aos meios de comunicação utilizados, todos, 100% dos inquiridos afirma recorrer a redes sociais, tais como *Whatsapp*, *Messenger*, *Facebook* ou outras semelhantes. O telefone é, também, utilizado por 45% dos inquiridos e outros 9% referem a utilização de outros meios de comunicação e de projetos internacionais.

**Gráfico 45: Meios de Comunicação com Familiares no País de Origem (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo**



Fonte: Elaboração Própria

No Instituto Politécnico da Guarda existem vários meios de comunicação, tais como, rádio, redes sociais (facebook, twitter), jornal de notícias online, nos quais participam, frequentemente, alunos internacionais.

Segue uma análise dos principais fatores positivos e negativos, internos e externos que fazem parte das temáticas relacionadas com os Media e Sensibilização da Opinião Pública.

#### Quadro 51 – Análise SWOT para a Media e Sensibilização da Opinião Pública



## XI. RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

Na viragem para a segunda década do século XXI, surgem novos desafios no âmbito do racismo e da discriminação. Existe uma certa tendência cultural para negligenciar o racismo em Portugal, sendo o discurso paternalista em relação a PALOPs ou a cristalização de que os portugueses não são racistas alguns dos desafios no combate a estes fenómenos.

Não obstante, as realidades sociais e culturais dos territórios interiores e rurais são bastante diferentes das de centros urbanos litorais. Territórios como Figueira de Castelo Rodrigo, que se caracterizam pela baixa densidade demográfica têm uma imperativa necessidade de capital humano e, existe, uma grande vontade política para a definição de estratégias de captação de novos locais – o que, inevitavelmente, transborda para o tecido social.

Paralelamente, as grandes vagas migratórias – tal como já analisado no capítulo I – ou não chegaram a estes territórios ou chegaram mais tarde e com contingentes mais reduzidos. Isto significa que a diversidade cultural em territórios como Figueira de Castelo Rodrigo é um fenómeno relativamente recente e com uma escala inferior à de outros territórios mais metropolitanos.

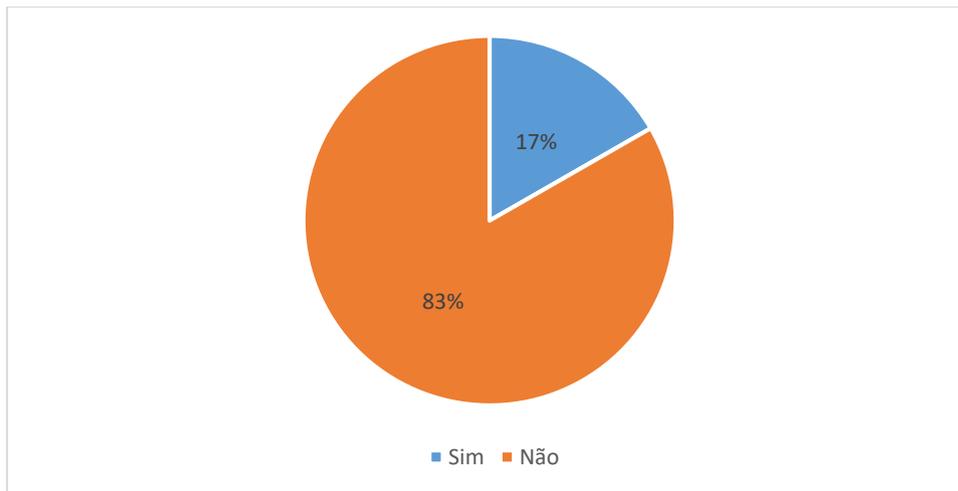
Esta tardia chegada dos fenómenos migratórios aos territórios do interior poderá, contudo, ter um efeito secundário positivo. Ora, um dos grandes problemas dos movimentos migratórios nos grandes centros urbanos passa pela dificuldade de integração de algumas minorias étnicas e culturais. A realidade é que alguns contingentes migratórios chegaram a uma velocidade superior à que as estruturas locais estariam preparadas e aquando da implementação de estratégias e projetos de integração, já as sociedades estavam segmentadas e muitas minorias empurradas para as periferias das cidades, onde ascenderam várias sociedades de *ghetos*.

Isso não aconteceu nos territórios do interior. Aqui, a chegada de novas pessoas com capacidade de mão-de-obra representa um suspiro de alívio para empresários locais. Por outro lado, não existem, ainda, más experiências com grupos étnicos ou culturais diferentes, pelo que a criação das generalizações subjacentes ao racismo ainda não se verifica. Paralelamente, um dos princípios que sustenta o racismo é a ignorância, pois ela permite a construção de uma série de premissas falsas sobre o carácter de uma pessoa mediante a cor da pele, a cultura, a nacionalidade, entre outras. Em territórios de baixa densidade, o outro rapidamente ganha nome passa a ser o indivíduo João, Abdulah, Bill, etc...

Todos estes fatores podem ser maximizados e potenciar uma efetiva integração de novos locais, bem como, um combate inteligente e austero ao racismo e à discriminação.

Ao questionar os nacionais de países terceiros residentes em Figueira de Castelo Rodrigo, se alguma vez foi vítima de racismo, preconceito, discriminação e/ou xenofobia, a grande maioria, 83% responde que nunca foi vítima de uma situação dessas. Contudo, 17% afirma já ter sido vítima de um dos comportamentos apontados.

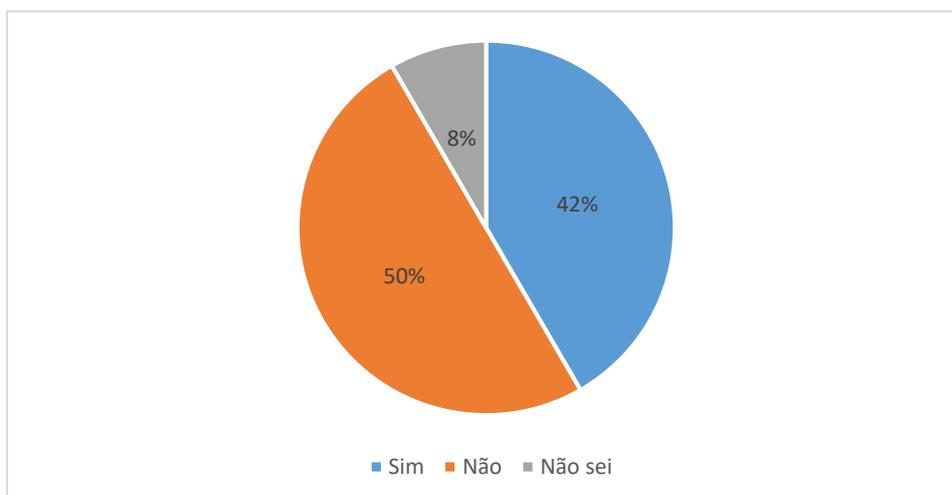
**Gráfico 46: Já foi vítima de racismo/preconceito/discriminação/xenofobia (%) -NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo**



Fonte: Elaboração Própria

Por outro lado, quando se questionam estes migrantes se acreditam que existe racismo em Figueira de Castelo Rodrigo, o cenário agrava-se e 42% dizem que sim, 8% não sabem e 50% afirma que não.

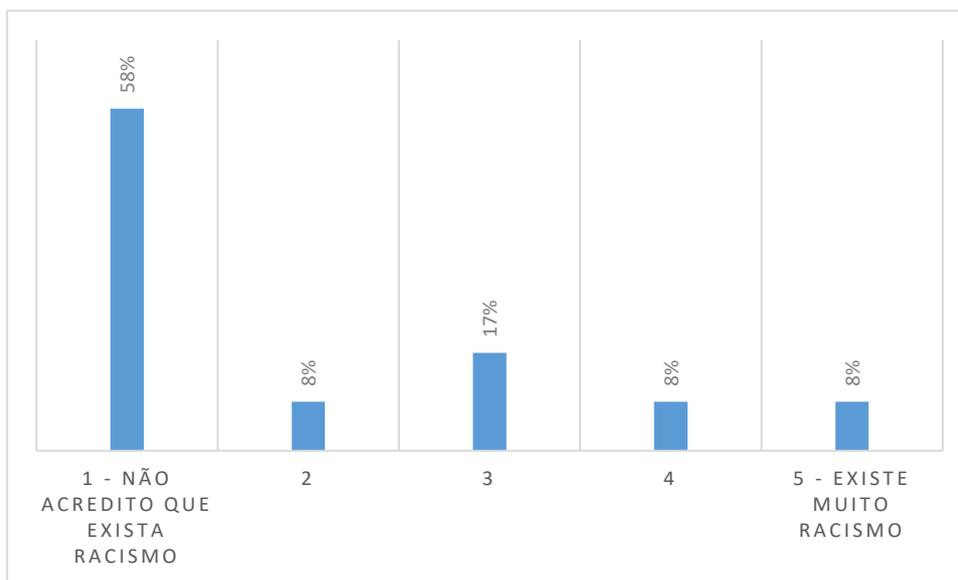
**Gráfico 47 - Acredita que Existe Racismo em Figueira de Castelo Rodrigo (%) -NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo**



Fonte: Elaboração Própria

Foi, também, solicitados aos inquiridos que quantificassem o grau de racismo existente no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo numa escala de 1 a 5, sendo um o valor mínimo e o 5, valor máximo. Neste sentido, a grande maioria dos inquiridos, 58%, escolheu o nível 1 – *Não acredito que exista racismo em Figueira de Castelo Rodrigo*. O segundo nível mais votado foi o nível 3, por 17% da população inquirida. Com a mesma percentagem, de 8%, ficaram os níveis 2, 4 e 5.

**Gráfico 48 - Quantificação do Racismo em Figueira de Castelo Rodrigo (%) -NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo**

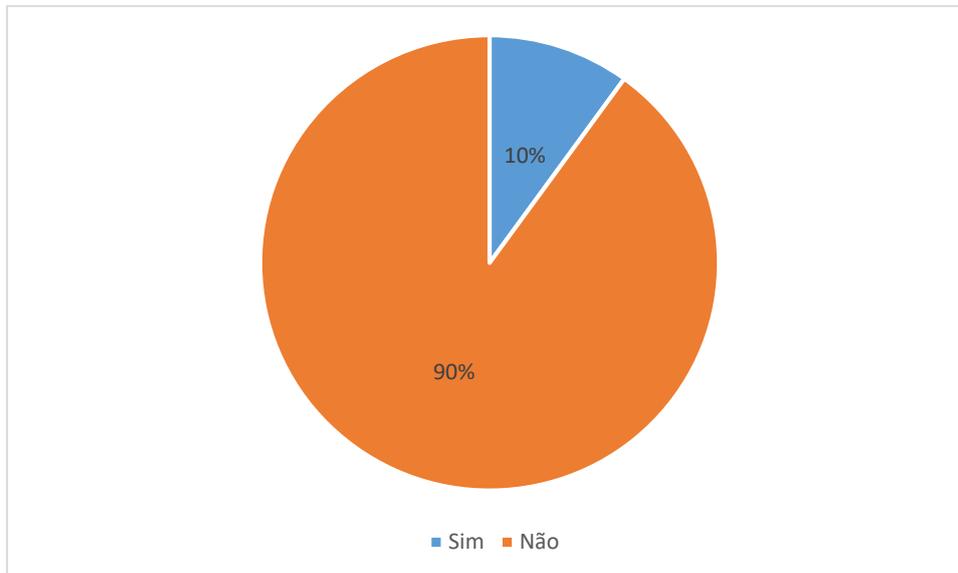


Fonte: Elaboração Própria

Será pertinente, relevar que as práticas de racismo denunciadas se prendem, sobretudo com o estereótipo da mulher brasileira associado a prostituição ou a um papel de intromissão na vida de casais portugueses. Outro estereótipo denunciado, prende-se com o falso mito de que os imigrantes são um encargo para a segurança social portuguesa e de que incorrem, frequentemente, em evasão fiscal.

Questionou-se, ainda, se conheceriam alguma entidade apropriada para a denúncia de situações de racismo. O grosso dos inquiridos, 90%, respondeu desconhecer entidades para a denúncia de situações de racismo, enquanto 10% afirma conhecer tais entidades, nomeadamente, a GNR.

**Gráfico 49 - Conhecimento de Entidades para a Denúncia de Situações de Racismo (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo**



Fonte: Elaboração Própria

No geral, parece não existir uma grande incidência de racismo no seio da população de Figueira de Castelo Rodrigo, pelo que a esmagadora maioria dos inquiridos, se sente bem acolhido na sociedade local. Porém, há alguns estereótipos, preconceitos e generalizações a ser combatidos, sendo que a sua grande maioria brota do desconhecido e ignorância face *ao outro*.

Contrariamente, na cidade da Guarda parece existir algum racismo para com a população estudantil africana – tendo já sido relatados ao GMI casos de diferente trato quer no mercado de trabalho, quer no mercado arrendatário – em função da cor da pele das pessoas.

Segue uma análise dos principais fatores positivos e negativos, internos e externos que fazem parte das temáticas relacionadas com o Racismo e Discriminação no Município de Figueira de Castelo Rodrigo e Instituto Politécnico da Guarda.

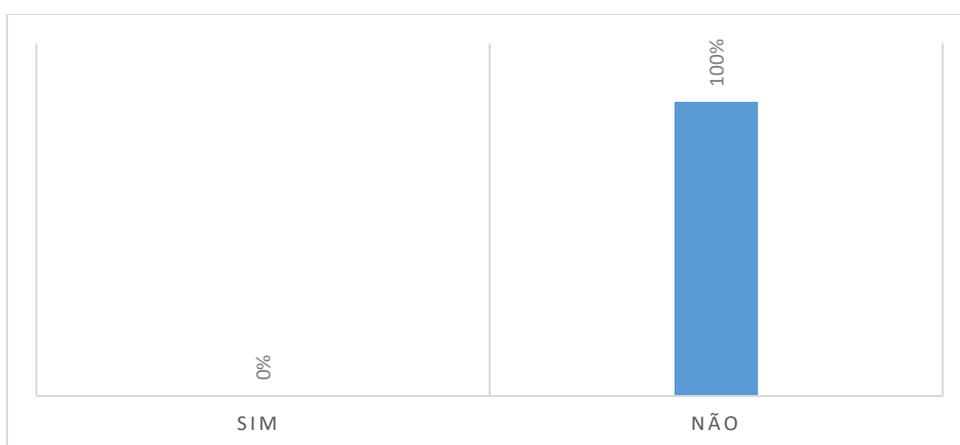
**Quadro 52 – Análise SWOT para o Racismo e Discriminação**



## XII. RECONHECIMENTO E PREVENÇÃO DE PRÁTICAS TRADICIONAIS NEFASTAS

No âmbito das práticas tradicionais nefastas foi realizado um amplo trabalho de reconhecimento deste tipo de comportamentos, junto de técnicos institucionais, não tendo sido identificados quaisquer tipo de incidentes. De forma complementar, questionou-se os migrantes residentes sobre a questão, sendo que todos, 100%, afirmam desconhecer a práticas de rituais tradicionais nefastas.

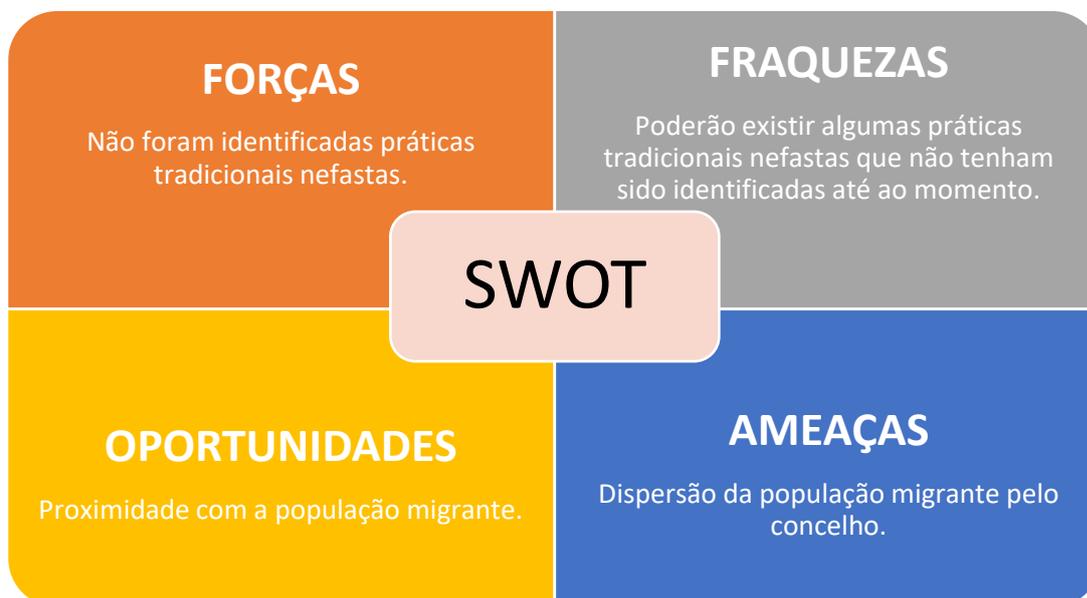
**Gráfico 50 - Conhecimento de Práticas Tradicionais Nefastas (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo**



Fonte: Elaboração Própria

Segue uma análise dos principais fatores positivos e negativos, internos e externos que fazem parte das temáticas relacionadas com o Reconhecimento de Práticas Tradicionais Nefastas.

**Quadro 53 – Análise SWOT para o Reconhecimento de Práticas Tradicionais Nefastas.**



### XIII. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo assume uma política de cooperação internacional baseada em acordos e gemações de cidades, contemplando questões relacionadas com as migrações e a integração de migrantes. A título de exemplo, existe a Gemação do Município de Figueira de Castelo Rodrigo com a Marie de Wissous em França. Nesta localidade existem muitos cidadãos portugueses a residir e, portanto, esta gemação acaba por ser um instrumento de integração direto para os portugueses a residir em Marie de Wissous, bem como, para os franceses a residir em Figueira de Castelo Rodrigo. Conquanto, as iniciativas dinamizadas no âmbito desta gemação são bastante inclusivas e, portanto, poderão servir como veículos de integração de quaisquer novos locais do concelho.

Ao longo deste relatório, o défice de capital humano foi apontado, inúmeras vezes, como um dos principais desafios à prosperidade económica e social do concelho. De facto, Figueira de Castelo Rodrigo, como um território localizado no coração da Cova da Beira sofre deste efeito da *interioridade* que vê os seus jovens fugir para as grandes cidades e os investimentos a tomarem rumos semelhantes, à partida, ou depois de alguns anos de esforço sem retorno da economia local.

É com esta consciência e com o objetivo de combater esta fuga de cérebros e investimentos, que o Município de Figueira de Castelo Rodrigo apoia empresas e indivíduos que se queiram mudar para o concelho, através da conceção de apoios financeiros e benefícios fiscais, sejam eles de iniciativa nacional ou local.<sup>19</sup>

A promoção deste tipo de iniciativas financeiras e fiscais têm por base uma estratégia de fixação de pessoas e empresas e a deslocalização de alguns serviços para o concelho, os quais, poderão ser uma fonte de criação de emprego e riqueza. Esta estratégia está, contudo, numa fase de construção e, de certa forma, urge a sua consolidação e maturação, de forma a fazer frente aos desafios vividos pelo concelho e pelos seus munícipes.

<sup>19</sup> Mais informações consultar: <http://figueiracastelordrigo.residirinvestirportugal.pt/>

Segue uma análise dos principais fatores positivos e negativos, internos e externos que fazem parte das temáticas relacionadas com as Relações Internacionais.

**Quadro 54 – Análise SWOT para as Relações Internacionais**



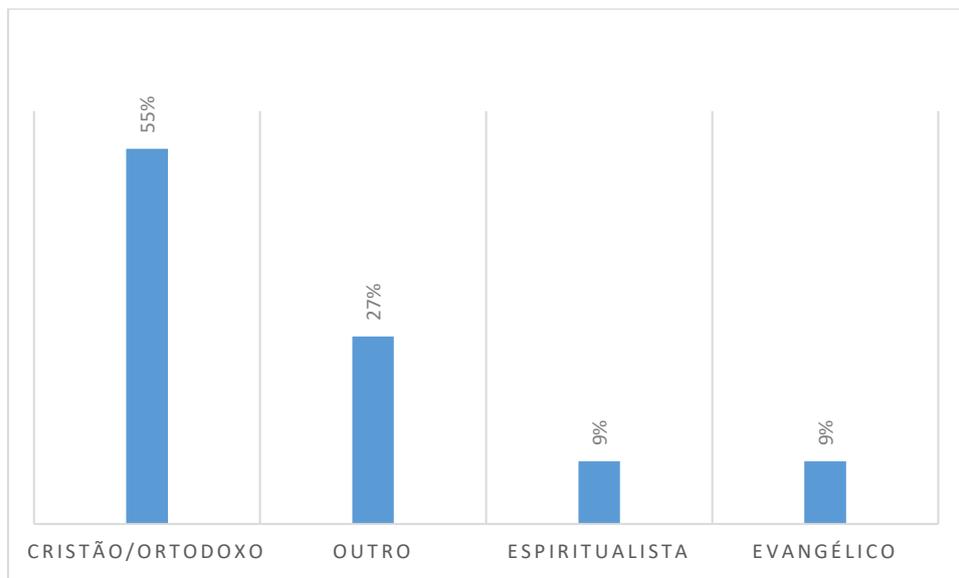
#### XIV. RELIGIÃO

Figueira de Castelo Rodrigo, tal como a grande maioria das cidades portuguesas apresenta uma população cristã católica, sendo que os espaços de culto existentes são, predominantemente, igrejas católicas.

Contudo, os movimentos migratórios e a chegada de novas culturas trazem, também, novos credos.

Entre os inquiridos, verifica-se que a maior parte, cerca de 58% são cristãos ortodoxos, 9% espiritualistas, outros 9% evangélicos e, ainda 27% que não identificaram com nenhuma das opções e afirmam ser de outra religião, optando por não a identificar.

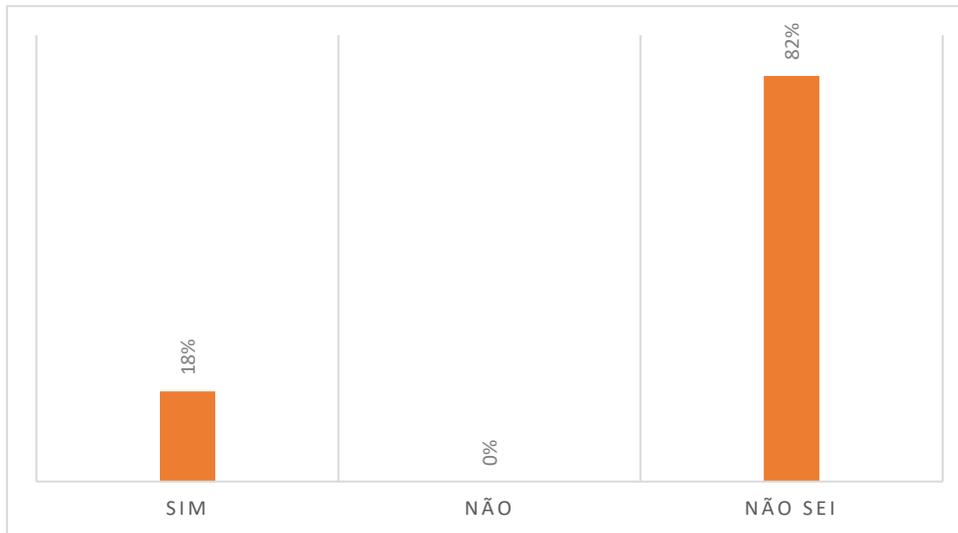
**Gráfico 51: Religião (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo**



Fonte: Elaboração Própria

Foi, então, questionado se os espaços de culto de Figueira de Castelo Rodrigo refletiam a diversidade religiosa do território, pelo que a grande parte dos participantes, 82%, respondeu não saber/não ter uma opinião formada sobre o assunto, 18%, afirma que os espaços de cultos refletem, de facto, a diversidade religiosa do concelho e ninguém afirmou o contrário.

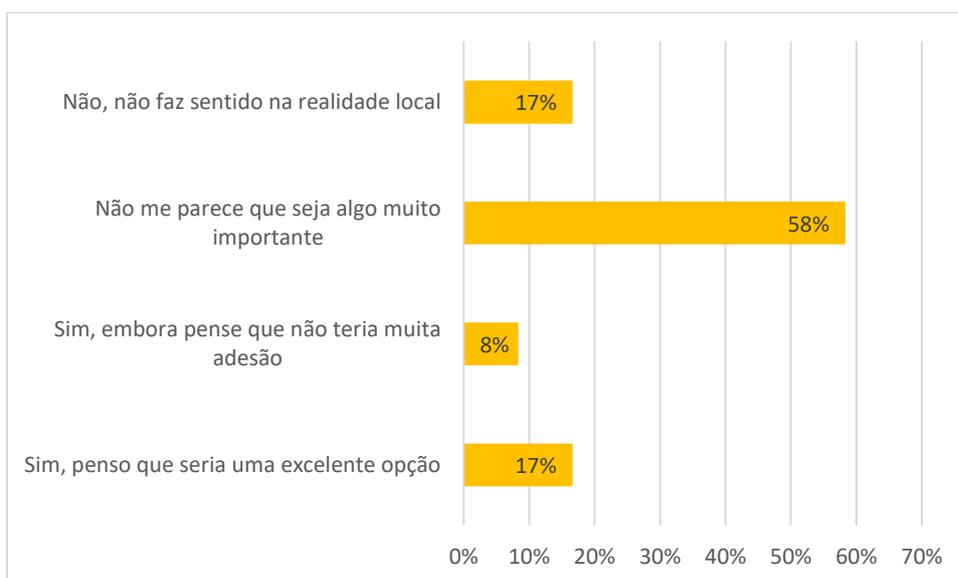
**Gráfico 52: Os Espaços de Culto de Figueira de Castelo Rodrigo Refletem a Diversidade Religiosa do Concelho? (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo**



Fonte: Elaboração Própria

Perante a assimetria de locais de culto existentes no concelho, procurou-se averiguar como se sentiam os migrantes residentes sobre a criação de espaços inter-religiosos em Figueira de Castelo Rodrigo. Mais de metade dos inquiridos, 58%, afirma que não é algo muito importante; exatamente a mesma proporção, 17%, reitera que tal não faz sentido na realidade local e outros 17% proclamam que seria uma excelente opção; finalmente, 8% dos participantes acredita que seria positivo mas pensam que não teria muita adesão.

**Gráfico 53: Seria Positivo a Criação de Espaços Inter-Religiosos? (%) - NPTs Residentes em Figueira de Castelo Rodrigo**



Fonte: Elaboração Própria

A grande maioria dos nacionais de países terceiros residentes no concelho e a estudar no Instituto Politécnico da Guarda parece, de alguma forma, ter as suas práticas espirituais asseguradas seja através da frequência de locais de culto, seja individualmente. Não obstante, a realização de encontros ecuménicos ou voltados para a celebração da humanidade de um ponto de vista espiritual é algo que não parece ocorrer e que poderia ser alvo de reflexão.

Segue uma análise dos principais fatores positivos e negativos, internos e externos que fazem parte das temáticas relacionadas com a Religião

**Quadro 54 – Análise SWOT para a Religião**



## XV. IGUALDADE DE GÉNERO.

Em Figueira de Castelo Rodrigo, tal como no resto do mundo, a luta por uma sociedade onde mulheres e homens têm os mesmos direitos, oportunidades e grau de respeito/consideração social é um processo que já deu os primeiros passos mas tem, ainda, um longo caminho a percorrer.

Recorrendo à expertise dos técnicos do município que trabalham diariamente com questões de género, procurou-se traçar um **perfil genérico** das mulheres e dos homens nacionais de países terceiros e residentes Figueira.

Segundo estes, poderá adiantar-se que os imigrantes do sexo feminino tendem a ser mulheres saudáveis e resilientes, capazes de responder aos desafios colocados pela experiência migratória.

Embora pertencentes a comunidades diferentes as histórias de vida destas mulheres têm elementos muito semelhantes.

Comparando as mulheres brasileiras, romenas, búlgaras, russas e ucranianas percebe-se que há diferenças no que diz respeito à decisão de emigrar. As mulheres brasileiras, solteiras ou divorciadas, decidem e vêm para Portugal sozinhas, enquanto as outras o fazem tendo por base um plano elaborado com os maridos e família.

Nos países de acolhimento tendem, independentemente das habilitações académicas, a ocupar profissões não relacionadas às suas áreas de formação de base.

O desejo das mulheres ucranianas de melhorarem as suas vidas financeiramente levou algumas a criarem o seu próprio negócio. O relacionamento com os naturais do mesmo país não é o melhor, visto que prevalece a concorrência *de quem ganha mais*.

As mulheres romenas e búlgaras com baixas habilitações literárias dedicam-se, maioritariamente, aos trabalhos agrícolas.

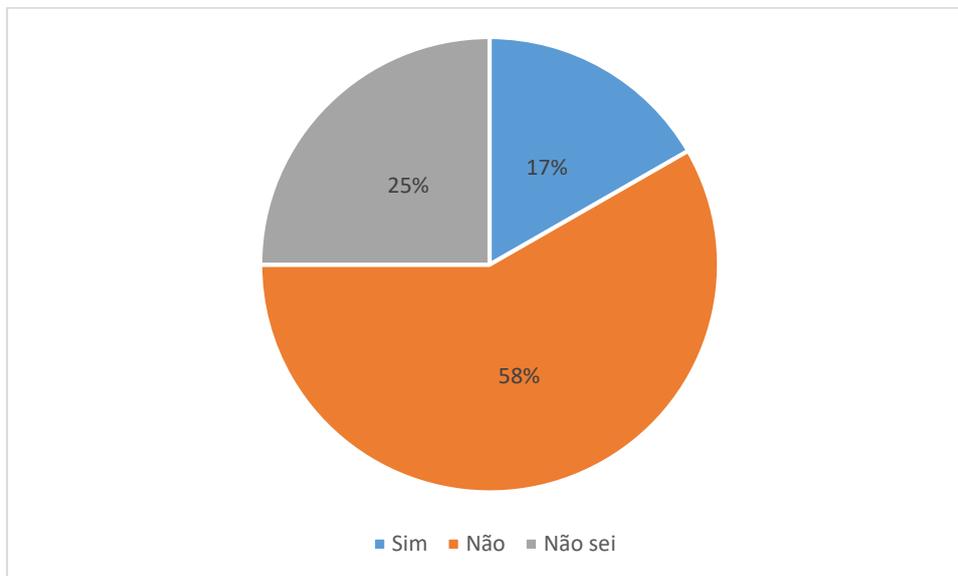
Quanto aos imigrantes de sexo masculino, independentemente da sua nacionalidade apresentam-se sozinhos. Procuram trabalho agrícola, trabalhando por conta de outrem, pese embora alguns ucranianos tenham apostado em micro empresas, em que eles próprios são patrão e empregado.

Segundo relatos de pessoal técnico, no que concerne a capacidade de inserção no mercado de trabalho, é de notar que as imigrantes de sexo feminino não têm a mesma facilidade de encontrar trabalho comparativamente com os do sexo masculino, visto serem mais reservadas e a barreira da língua também consubstancia essa dificuldade.

Até ao momento presente, não existem casos sinalizados de discriminação de género ou situações que tenham conduzido a uma reflexão mais profunda nesta área e, por isso, há uma tendência para a crença, por parte das instituições, de se verifica a igualdade de direitos laborais e até cívicos entre imigrantes femininos e masculinos.

Curiosamente, ao questionar os imigrantes residentes no concelho, se acreditam que existe um clima social de desigualdade de género em Figueira de Castelo Rodrigo, apenas 17% afirma que sim; 25% não tem opinião formada neste âmbito e mais de metade, 58% diz que não existe desigualdade de género em Figueira de Castelo Rodrigo.

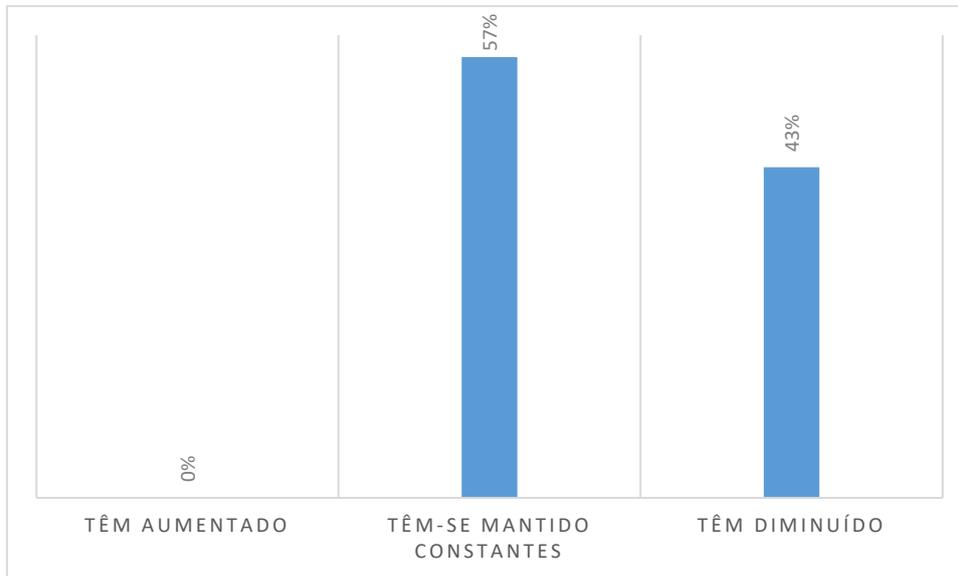
**Gráfico 54: Desigualdade de Género em Figueira de Castelo Rodrigo (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

Embora a grande maioria dos inquiridos tenha respondido que não acredita ou não sabe se existem situações de desigualdade de género no concelho, procurou-se perceber como veêm a evolução dos comportamentos neste âmbito. De acordo com a informação apurada, a grande maioria, 57%, acredita que este tipo de situações se tem mantido constante e 43% acredita que têm diminuído ao longo dos últimos anos.

**Gráfico 55: Evolução das Situações de Desigualdade de Género no Concelho (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

Foi solicitado aos inquiridos que se posicionassem perante algumas afirmações. A primeira afirmação era: “as mulheres imigrantes são tratadas com o mesmo respeito e dignidade que os homens nos serviços” – 82% dos inquiridos concorda e 18% discorda.

A segunda afirmação: “as mulheres imigrantes são tratadas com o mesmo respeito e dignidade que os homens nos espaços públicos e de lazer” reúne a concordância de 91% dos participantes, sendo que 9% discorda totalmente.

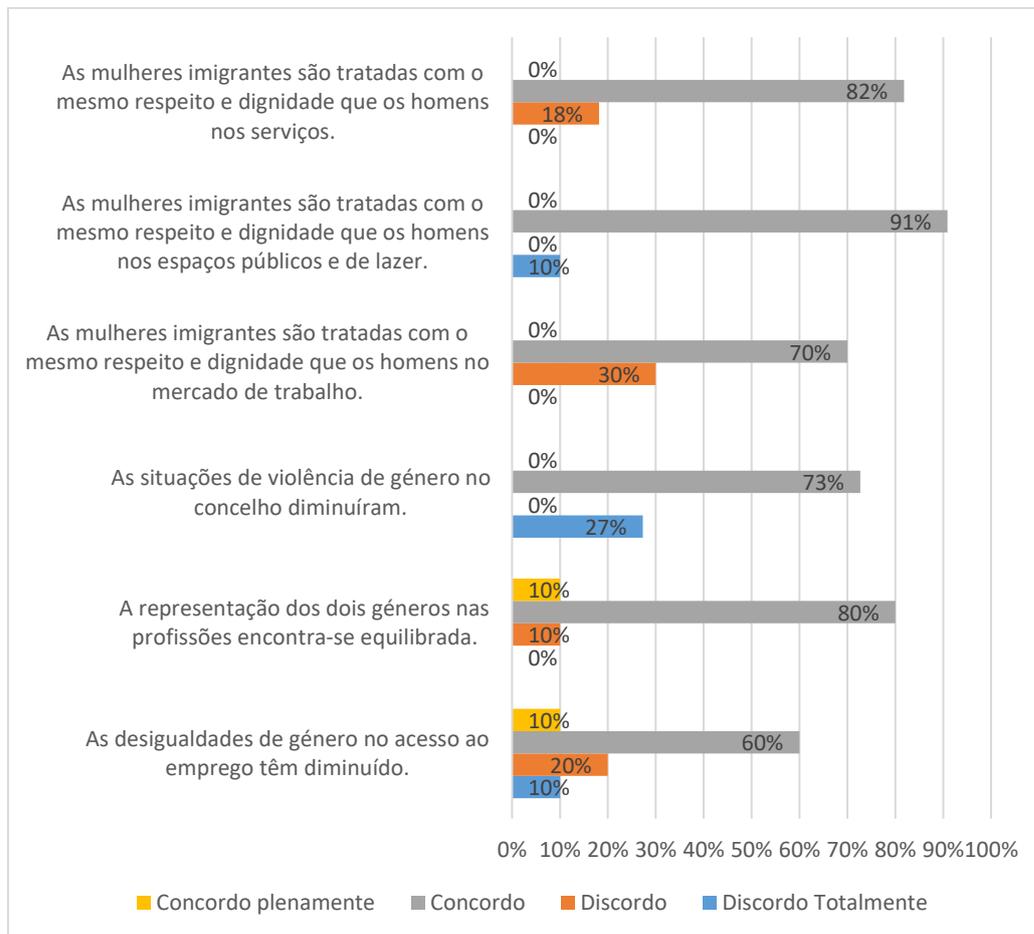
A terceira afirmação: “as mulheres imigrantes são tratadas com o mesmo respeito e dignidade que os homens no mercado de trabalho.” reúne o aval de 70% dos inquiridos, sendo que 30% parece discordar.

A quarta afirmação: “As situações de violência de género no concelho diminuíram” recebe a concordância de 73% dos participantes, contudo 23% afirma discordar totalmente.

A quinta declaração “a representação dos dois géneros nas profissões encontra-se equilibrada” parece estar correta para 80% dos inquiridos que concordam e outros 10% que concordam plenamente; no entanto, outros 10% parecem discordar.

Finalmente, a sexta afirmação “as desigualdades de género no acesso ao emprego têm diminuído” é um pouco mais controversa, sendo que 60% dos inquiridos concorda e 10% concorda plenamente mas por outro lado, 20% discorda e 10% discorda totalmente.

**Gráfico 56: Posicionamento Perante as Afirmações (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

À primeira vista, não parecem existir grandes sinais de alerta nesta área, sendo que a maioria dos inquiridos, ou não tem uma opinião formada ou acredita que não existem desigualdades de género em Figueira de Castelo Rodrigo.

Tal como já referido, a ausência de sinalização de situações de violação dos direitos das mulheres, conduz as pessoas e as instituições a aceitar um paradigma social de igualdade de géneros.

Contudo, alguns dos inquiridos manifestam incertezas no que diz respeito aos direitos e à igualdade de oportunidades das mulheres, sobretudo no âmbito do acesso e integração no mercado de trabalho.

De forma complementar, será pertinente resgatar uma afirmação anterior referente ao capítulo XI, em que um dos focos de discriminação/xenofobia apontava, precisamente, às mulheres brasileiras.

Estas situações poderão materializar-se em indícios para uma reflexão e atuação mais profunda no que concerne a defesa pela igualdade de oportunidades e respeito entre homens e mulheres na sociedade local.

No Instituto Politécnico da Guarda, não verificam grandes questões de género a assinalar, sendo o trabalho das mesmas sempre necessário.

Segue uma análise dos principais fatores positivos e negativos, internos e externos que fazem parte das temáticas relacionadas com a Igualdade de Género

#### Quadro 56 – Análise SWOT para a Igualdade de Género



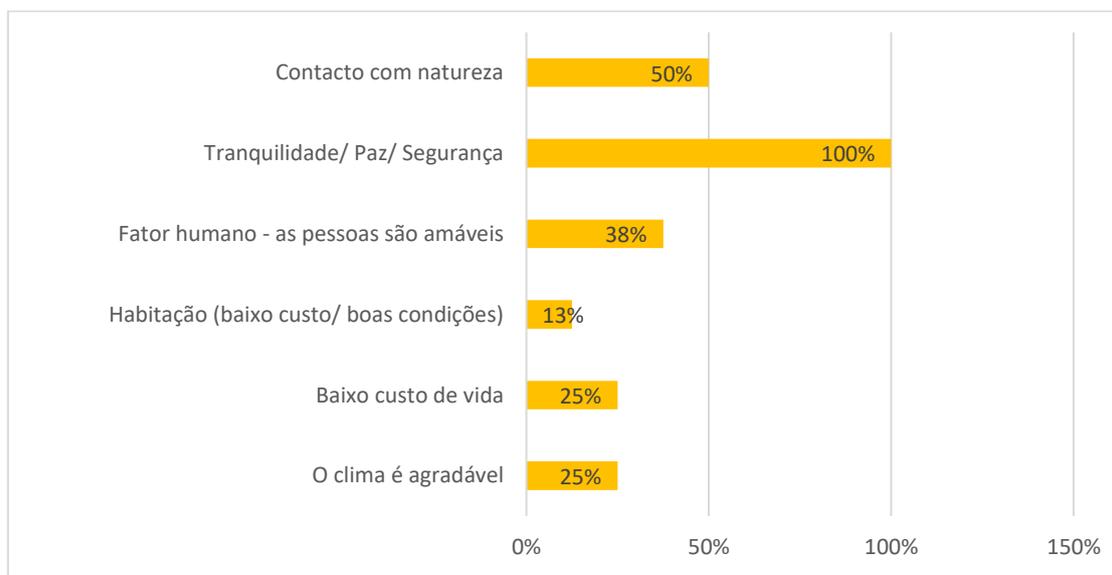
### 3.1 ANÁLISE ESTRATÉGICA

Finalizada a avaliação dos recursos existentes e das dinâmicas sociais que orbitam em cada uma das quinze áreas temáticas que compõem o Figueira Acolhe, proceder-se-á a uma análise estratégica de todo esse processo e dos resultados obtidos.

Em jeito de suma, e de forma a enriquecer este diagnóstico, aquando da elaboração dos inquéritos por questionário dirigidos à população migrante residente em Figueira de Castelo Rodrigo, reservou-se espaço para a resposta a 3 perguntas de avaliação de satisfação geral.

A primeira questão colocada prendia-se com as vantagens de residir no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Torna-se curioso verificar que todos os inquiridos referiram a paz, tranquilidade e segurança como uma mais-valia desta região. O contacto com a natureza vem de seguida por seleção de 50% dos inquiridos e, também, de relevo, é o fator humano, ou seja, 38% dos participantes neste inquérito consideram que as pessoas em Figueira de Castelo Rodrigo são amáveis e isso é uma vantagem em relação a outros territórios. Paralelamente, 25% dos inquiridos considera que quer o baixo custo de vida, quer o clima ameno, são factores positivos do concelho. Por último, 13% dos inquiridos aponta para as boas condições de habitação – revelando uma relação preço/qualidade positiva e, ainda, um mercado arrendatário atrativo.

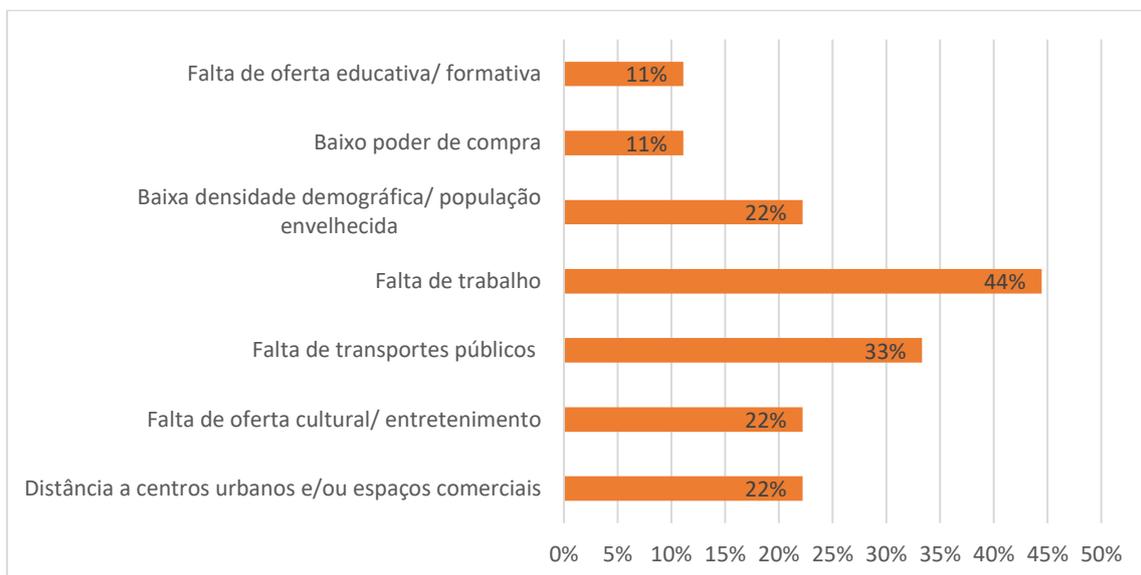
**Gráfico 57 - Quais as Vantagens de Viver em Figueira de Castelo Rodrigo – Concelho - (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

A segunda questão direcionava-se para as desvantagens de viver no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. A temática que parece mais preocupar a população migrante residente no território parece ser a falta de oportunidades de trabalho, sendo que 44% dos inquiridos a refere. A seguir, vem a falta de transportes públicos, nomeada por 33% dos inquiridos. A baixa densidade demográfica e/ou o envelhecimento da população local é um fenómeno que parece preocupar cerca de 22% dos participantes e, com igual percentagem, está, também, a falta de oferta cultural e/ou entretenimento e, ainda, a distância centros urbanos e/ou espaços comerciais de maior dimensão.

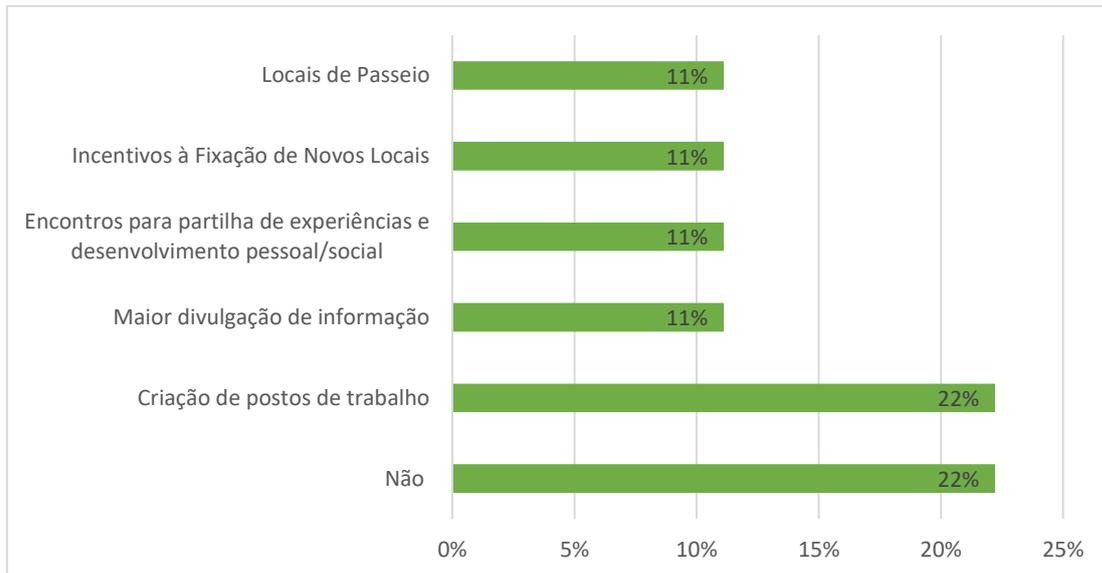
**Gráfico 58 - Quais as Vantagens de Viver em Figueira de Castelo Rodrigo – Concelho - (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

Finalmente, a terceira questão pretendia reunir sugestões de medidas/iniciativas que, segundo a opinião dos participantes, contribuíssem para melhorar o acolhimento e integração de migrantes no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Cerca de 22% dos inquiridos não manifestaram interesse em fazer sugestões e outros 22% - maior incidência - refere a necessidade de criar postos de trabalho. Com iguais pesos percentuais (11%) são feitas as seguintes propostas: maior divulgação de informação referente, quer a serviços, quer a eventos e iniciativas; realização de encontros para partilha de experiências e desenvolvimento pessoal; mais incentivos – financeiros e não só – à fixação de novos locais e, finalmente, melhoria e/ou criação de mais locais de passeio/convívio.

**Gráfico 59 - Sugestões para Melhorar o Acolhimento/Integração de Novos Locais – Concelho - (%) - NPTs residentes em Figueira de Castelo Rodrigo.**



Fonte: Elaboração Própria

Em consonância com as averiguações feitas ao longo da primeira parte deste capítulo, algumas das vantagens salientadas pela população migrante, em relação ao concelho de Figueira de Castelo Rodrigo são:

- A segurança e tranquilidade/paz;
- As características da fauna e flora, em larga escala, quase virgem;
- O fator humano;
- Baixo custo de vida;
- Clima.

Por outro lado, as desvantagens apuradas com os participantes neste inquérito prendem-se com alguns fatores, também eles, já apontados anteriormente, tais como:

- Falta de dinamismo no mercado de trabalho;
- Défice de transportes públicos;
- Baixa densidade demográfica e população envelhecida;
- Fraca oferta cultural durante todo o ano;
- Distância a centros urbanos;
- Baixo poder de compra.

As sugestões propostas pelos participantes acabam por decorrer da fusão dos dois indicadores anteriores e tendem para:

- Aumentar as oportunidades de trabalho no concelho;
- Apoios financeiros, processuais e logísticos para a fixação de novos locais;

- Criação de iniciativas para a criação de redes sociais entre população migrante e autóctone;
- Maior divulgação de informação sobre serviços e eventos.

Plasmadas as considerações gerais dos nacionais de países terceiros residentes no concelho, passar-se-á à apresentação de um quadro com a análise estratégica por área de atuação, na qual serão discriminados os principais fatores inibidores – que de alguma forma se afiguram como um entrave ou desafio; os principais fatores potenciadores – que representam uma força/oportunidade e as necessidades identificadas, respetivamente.

#### Quadro 56 – Análise Estratégica do Diagnóstico Local

ÁREA	FATORES INIBIDORES	FATORES POTENCIADORES	NECESSIDADES
I. Serviços de Acolhimento e Integração	<p>Falta de conhecimento, por parte da comunidade imigrantes, dos serviços especializados de apoio ao migrante em funcionamento no Município – CLAIM FCR.</p> <p>Confusão entre generalizada entre serviços de interculturalidade e ação social;</p> <p>População Envelhecida;</p> <p>Dispersão da população migrante no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.</p>	<p>Polivalência e <i>Know-how</i> dos Recursos Humanos – Técnicos especializados na área da interculturalidade com elevados níveis de proatividade e dinamismo;</p> <p>Parcerias com entidades locais;</p> <p>Baixa Densidade Demográfica Migratória – Facilita Políticas de Proximidade e Abrangência Quase Total da População Migrante.</p> <p>Elevada receptividade da População Autóctone à convivência com outras culturas, nacionalidades, religiões, etnias, etc.</p>	<p>Aumentar a Abrangência dos Serviços de Acolhimento e Integração do Município;</p> <p>Sensibilização da população autóctone e migrante para a importância do Diálogo Intercultural e para a Experiência Intercultural.</p>

<p><b>II. Urbanismo e Habitação</b></p>	<p>Degradação de zonas referenciadas como zonas de salvaguarda;</p> <p>Perda crescente da população - baixa densidade demográfica.</p> <p>Degradação/esvaziamento de alojamentos, especialmente, nas zonas rurais.</p> <p>Tendência para a concentração populacional na sede de concelho.</p> <p>Desertificação das freguesias rurais.</p>	<p>Qualidade dos acessos ao concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.</p> <p>Baixo custo do mercado imobiliário.</p> <p>Baixo custo do mercado imobiliário de aluguer.</p>	<p>Melhorar a rede de Transportes Públicos do Concelho;</p> <p>Criação de informação e esclarecimentos relativos a processos de arrendamento, compra, construção, exploração e regularização de terrenos de habitação e agrícolas.</p>
<p><b>III. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo</b></p>	<p>Baixo nível de instrução e/ou qualificação da mão-de-obra local;</p> <p>Vulnerabilidade do mercado de trabalho;</p> <p>Falta de aproveitamento de recursos locais</p> <p>Pouca diversificação da economia – assente sobretudo no setor primário que gera, tendencialmente, emprego sazonal e de curta-duração;</p>	<p>Oportunidades de emprego associadas à dinamização turística do concelho;</p> <p>Programas e medidas ativas de emprego;</p> <p>Oportunidades de trabalho em setores-chave, tais como a agricultura.</p>	<p>Aumentar a Abrangência dos Serviços de Mercado de Trabalho e Empreendedorismo;</p> <p>Fomentar a confiança na progressão laboral no concelho;</p>

	<p>Fraco tecido empresarial;</p> <p>Baixa densidade demográfica;</p> <p>Fraca ambição profissional por parte da população migrante;</p> <p>Falta de confiança na possibilidade de progressão laboral no concelho.</p>		
IV. Educação e Língua	<p>Défice de estratégias de educação não formal para a interculturalidade;</p> <p>Défice de iniciativas de promoção da aprendizagem da língua portuguesa para estrangeiros.</p> <p>Diminuição do número de crianças e jovens residentes no concelho;</p> <p>Falta de recursos humanos, materiais e pedagógicos;</p> <p>Elevada rotatividade do pessoal docente.</p>	<p>Serviços de apoio psicológico e orientação vocacional providenciados pela autarquia;</p> <p>Serviços sociais de apoio ao ensino providenciados pela autarquia;</p> <p>Turmas das escolas de tamanho reduzido com abertura para exercício de ensino personalizado.</p> <p>Rede de transportes escolar;</p> <p>Certificação e validação de competências;</p>	<p>Aumentar os níveis de conhecimento da Língua Portuguesa junto da população estrangeira;</p> <p>Promoção da Aquisição de Níveis Superiores de Habilitações Literárias, junto da população estrangeira;</p> <p>Sensibilização da comunidade escolar para a salvaguarda de uma Educação para os Direitos Humanos e Interculturalidade;</p>
V. Capacitação e Formação	<p>Baixo nível de instrução e/ou qualificação da mão-de-obra local – nomeadamente da migrante.</p> <p>Vulnerabilidade do mercado de trabalho;</p>	<p>Serviços de apoio ao emprego e inserção profissional;</p> <p>Medidas e serviços de apoio à formação;</p> <p>Oportunidades de formação,</p>	<p>Fomentar a aprendizagem e formação em diferentes ofícios e atividades, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho local;</p>

	<p>Pouca diversificação da economia;</p> <p>Fraco tecido empresarial;</p> <p>Falta de aproveitamento de recursos locais;</p> <p>Baixa densidade demográfica e população envelhecida;</p> <p>Distância a grandes centros urbanos</p> <p>Fraca ambição profissional por parte da população migrante;</p> <p>Falta de confiança na possibilidade de progressão laboral no concelho.</p> <p>Pouca motivação da população para o investimento em formação e capacitação profissional.</p>	<p>capacitação e emprego associadas à dinamização turística do concelho;</p> <p>Oportunidades de trabalho e formação em setores-chave, tais como a agricultura.</p> <p>Trabalho/Formação nas IPSS.</p>	<p>Fomentar o empreendedorismo da população migrante;</p> <p>Aumentar a motivação da população para o investimento em formação e capacitação profissional.</p>
<p>VI. Cultura</p>	<p>Fraco envolvimento da população migrante na vida cultural e/ou associativa do concelho;</p> <p>Défice de pontes entre a comunidade autóctone e estrangeira, capaz de integrar esta última na vivência cultural local;</p> <p>Desconhecimento da população migrante da agenda cultural do concelho.</p>	<p>Apoio do Município ao desenvolvimento de eventos culturais por parte de agentes locais através de verbas, cedência de espaços e apoio logístico;</p> <p>Agentes locais dinâmicos;</p> <p>Existência de espaços para a realização de eventos culturais;</p> <p>Estratégia de preservação das</p>	<p>Incentivar o envolvimento e a participação da comunidade migrante na vida cultural e associativa do concelho;</p> <p>Celebrar a diversidade cultural do território;</p>

		<p>tradições através da continuidade das mesmas – Cultura Viva;</p> <p>Elevado património histórico, cultural e imaterial;</p> <p>População autóctone e população migrante dinâmica.</p>	
VII. Saúde	<p>Défice de Recursos Humanos: médicos, enfermeiros e assistentes operacionais;</p> <p>Falta de médicos de família para portugueses e estrangeiros.</p> <p>Algumas dificuldades de comunicação entre estrangeiros e profissionais de saúde;</p> <p>Deficiente rede de transportes públicos.</p>	<p>Cartão de Saúde Municipal (consultas de clínica geral, especialidades e análises clínicas)</p> <p>Recursos humanos eficazes e dinâmicos;</p> <p>UCSP com boa localização e acessibilidade – centro do concelho;</p> <p>UCSP com horário de funcionamento alargado – atendimento 24h/7dias/semana;</p> <p>Visitas domiciliárias de médicos e enfermeiros;</p> <p>Ações de saúde junto de outras entidades – escolas, bombeiros, etc;</p> <p>Recursos humanos que comunicam em diversas línguas – inglês, francês, etc.</p>	<p>Sensibilização para a adoção de Hábitos de Vida Saudáveis;</p> <p>Aumentar a Abrangência/Divulgação dos Serviços de Saúde;</p>
VIII. Solidariedade e Resposta Social	<p>Falta de conhecimento das instituições/entidades de solidariedade e</p>	<p>Medidas de Apoio Social e Incentivo à Fixação de Pessoas e Famílias;</p>	<p>Aumentar a Abrangência/Divulgação dos Serviços de Solidariedade e Resposta Social;</p>

	<p>resposta social por parte de comunidade migrante;</p> <p>Reduzida informação da comunidade acerca dos recursos existentes;</p> <p>Falta de oportunidades profissionais;</p> <p>Fracas redes sociais entre comunidade migrante e autóctone;</p> <p>Famílias em situação de exclusão social;</p> <p>Isolamento social da população idosa;</p>	<p>Medidas de Apoio de Emergência Social e Familiar;</p> <p>Apoio psicológico a crianças, jovens e adultos;</p> <p>Dinamismo do Gabinete de Ação Social do Município;</p> <p>Criação de um Banco de Voluntariado;</p> <p>Parcerias com IPSS locais;</p> <p>Cooperação e parceria com instituições locais, tais como, a Segurança Social de FCR, a ULS Guarda e UCSP de FCR, CPCJ e Rede Social;</p>	
IX. Cidadania e Participação Cívica	<p>Poucos movimentos cívicos em torno na promoção/sensibilização para a defesa de direitos humanos, sociais, políticos;</p> <p>Falta de interesse, generalizado, na vida política do país por parte da população;</p> <p>Falta de interesse da população migrante na vida política local;</p>	<p>Existência de espaços e condições estruturais para apoio a movimentos cívicos que tragam <i>inputs</i> positivos para o quadro sociopolítico do concelho;</p> <p>Dinamismo associativo da população;</p>	Incentivar a cidadania ativa da população migrante e autóctone;

	<p>Baixos níveis de recenseamento da população migrante;</p> <p>Falta de interesse da população migrante na vida associativa;</p>		
X. Media e Sensibilização da Opinião Pública	<p>Défice de <i>media</i> étnicos de iniciativa local ou dirigidos a imigrantes;</p> <p>Défice de programas de comunicação para os assuntos da diversidade cultural e da imigração nos meios de comunicação sociais</p>	<p>Estratégia de comunicação do Município diversificada</p> <p>Existência de meios de comunicação locais;</p> <p>Abertura do Município para apoio a novos meios de comunicação dirigidos a imigrantes ou compostos por imigrantes;</p> <p>Interesse/adesão da população aos meios de comunicação locais.</p>	<p>Sensibilização da população autóctone e migrante para as questões relacionadas com a Diversidade Cultural e a Interculturalidade.</p>
XI. Racismo e Discriminação	<p>Défice de estratégias e iniciativas de sensibilização/ luta contra o racismo;</p> <p>Existência de alguns estereótipos discriminatórios;</p>	<p>Recursos humanos qualificados nesta área;</p> <p>Existência de redes sociais mais fortes entre as pessoas da comunidade;</p> <p>Proximidade Humana;</p>	<p>Fomentar uma consciência social de respeito pelos Direitos Humanos Universais, a Diversidade Cultural;</p> <p>Lutar Contra o Racismo e Discriminação</p>
XII. Reconhecimento de Práticas	<p>Poderão existir algumas práticas tradicionais nefastas que não tenham sido</p>	<p>Não foram identificadas práticas tradicionais nefastas.</p>	-

Tradicionalis Nefastas.	identificadas até ao momento.		
XIII. Relações Internacionais	<p>Parca rede de contatos internacionais;</p> <p>Défice de recursos humanos a trabalhar nesta área;</p> <p>Défice de capital humano – fuga de jovens e de jovens com habilitações literárias e <i>know-how</i> de relevo para o desenvolvimento local;</p>	<p>Apoios financeiros à fixação de novos residentes;</p> <p>Acordos de Geminação - Marie de Wissous em França;</p> <p>Benefícios fiscais para PMEs que se desloquem para o interior;</p> <p>Apoios financeiros para PMEs que se desloquem para o interior;</p> <p>Benefícios fiscais para novos residentes;</p> <p>Facilidades de obtenção de nacionalidade mediante investimento (vistos Gold);</p> <p>Qualidade dos solos e do ar;</p> <p>Ausência de Poluição;</p> <p>Beleza natural do território;</p> <p>Diversidade da fauna e flora.</p>	<p>Criação de uma rede de cooperação internacional que promova o desenvolvimento social e humano da região.</p>

<p>XIV. Religião</p>	<p>Défice de recursos humanos a trabalhar nestas áreas;</p> <p>Falta de dinamismo/energia para o desenvolvimento de iniciativas inclusivas e inovadoras, no âmbito espiritual.</p>	<p>Disponibilidade para promoção de iniciativas ecuménicas;</p> <p>Proximidade com líderes religiosos;</p> <p>Moderada diversidade religiosa;</p> <p>Convívio pacífico e tranquilo entre diferentes religiões</p>	<p>Estratégia de Aproximação Humana através da Espiritualidade.</p>
<p>XV. Igualdade de Género</p>	<p>Ausência de estudos/investigação/ dedicados a esta temática;</p> <p>Défice de iniciativas de promoção dos direitos das mulheres na sociedade;</p> <p>Maiores desigualdades de género no acesso ao trabalho;</p> <p>Maior “retração” por parte do público feminino na criação de laços e convívio;</p> <p>Algum preconceito com mulheres estrangeiras;</p>	<p>Imigrantes do sexo feminino, aparentemente, com plena integração na sociedade e no mercado de trabalho.</p> <p>População feminina imigrante muito empreendedora;</p>	<p>Sensibilização da População para a Igualdade de Género;</p> <p>Luta Contra a Discriminação de Género – em particular com mulheres migrantes.</p>

## 4. FIGUEIRA ACOLHE – PLANO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

### 4.1 Plano Estratégico

**Quadro 58 – Plano Estratégico**

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
<b>SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO</b>	<p>Aumentar a Abrangência dos Serviços de Acolhimento e Integração do Município;</p> <p>Sensibilização da população autóctone e migrante para a importância do Diálogo Intercultural e para a Experiência Intercultural.</p>	<p>Número de participantes</p> <p>Feedback dos participantes</p>	<p>Melhorar a comunicação dos serviços de acolhimento e integração existentes no concelho.</p> <p>Reforço das parcerias com entidades locais envolvidas nas dinâmicas de interculturalidade local</p>
<b>URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	<p>Melhorar a rede de Transportes Públicos do Concelho;</p> <p>Melhorar a divulgação de informação e esclarecimentos relativos a processos de arrendamento, compra, construção, exploração e regularização de terrenos de habitação e agrícolas.</p>	<p>Número de participantes</p> <p>Feedback dos participantes</p> <p>Nº materiais produzidos</p> <p>Nº materiais distribuídos</p>	<p>Incentivo à criação de redes alternativas de mobilidade para os munícipes;</p> <p>Reforçar a comunicação dos serviços de informação e esclarecimentos relativamente ao Urbanismo e Habitação</p>
<b>MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO</b>	<p>Aumentar a Abrangência dos Serviços de Mercado de Trabalho e Empreendedorismo;</p>	<p>Número de participantes</p> <p>Feedback dos participantes</p>	<p>Reforçar a comunicação dos serviços de Mercado de Trabalho e Empreendedorismo</p>

	Fomentar a confiança na progressão laboral no concelho;	Nº materiais produzidos Nº materiais distribuídos	
<b>EDUCAÇÃO E LÍNGUA</b>	<p>Aumentar os níveis de conhecimento da Língua Portuguesa junto da população estrangeira;</p> <p>Promoção da Aquisição de Níveis Superiores de Habilitações Literárias, junto da população estrangeira;</p> <p>Sensibilização da comunidade escolar para a salvaguarda de uma Educação para os Direitos Humanos e Interculturalidade;</p>	<p>Número de participantes</p> <p>Feedback dos participantes</p>	<p>Promoção de Cursos de Aprendizagem da Língua Portuguesa;</p> <p>Incentivo à educação, formação e capacitação da comunidade NPT residente no concelho;</p> <p>Promoção de ações de sensibilização da comunidade escolar para a importância da salvaguarda de Direitos Humanos e Interculturalidade.</p>
<b>CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO</b>	<p>Fomentar a aprendizagem e formação em diferentes ofícios e atividades, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho local;</p> <p>Fomentar o empreendedorismo da população migrante;</p> <p>Aumentar a motivação da população para o investimento em formação e capacitação profissional.</p>	<p>Número de participantes</p> <p>Feedback dos participantes</p>	<p>Incentivo à formação e capacitação profissional da comunidade NPT residente no concelho, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho local;</p>
<b>CULTURA</b>	Incentivar o envolvimento e a participação da	Número de participantes	Promoção de atividades culturais e artísticas que

	<p>comunidade migrante na vida cultural e associativa do concelho;</p> <p>Celebrar a diversidade cultural do território.</p>	<p>Feedback dos participantes</p>	<p>celebrem a diversidade cultural</p>
<b>SAÚDE</b>	<p>Sensibilização para a adoção de Hábitos de Vida Saudáveis;</p> <p>Aumentar a Abrangência/Divulgação dos Serviços de Saúde.</p>	<p>Número de participantes</p> <p>Feedback dos participantes</p> <p>Nº materiais produzidos</p> <p>Nº materiais distribuídos</p>	<p>Promoção de ações de sensibilização para a adoção de Hábitos de Vida Saudáveis;</p> <p>Apoiar a divulgação dos Serviços de Saúde.</p>
<b>SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL</b>	<p>Aumentar a Abrangência/Divulgação dos Serviços de Solidariedade e Resposta Social;</p>	<p>Número de participantes</p> <p>Feedback dos participantes</p> <p>Nº materiais produzidos</p> <p>Nº materiais distribuídos</p>	<p>Reforçar a comunicação dos serviços de Solidariedade e Resposta Social</p>
<b>CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA</b>	<p>Incentivar a cidadania ativa da população migrante e autóctone;</p>	<p>Número de participantes</p> <p>Feedback dos participantes</p>	<p>Promoção de ações que incentivem os munícipes ao exercício de uma cidadania ativa.</p>
<b>MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA</b>	<p>Sensibilização da população autóctone e migrante para as questões relacionadas com a Diversidade Cultural e a Interculturalidade.</p>	<p>Número de participantes</p> <p>Feedback dos participantes</p> <p>Nº materiais produzidos</p>	<p>Promoção de Ações de sensibilização da população autóctone e migrante para as questões relacionadas com a Diversidade Cultural e a Interculturalidade, em parceria com os meios de comunicação locais e regionais.</p>

<b>RACISMO E DISCRIMINAÇÃO</b>	Fomentar uma consciência social de respeito pelos Direitos Humanos Universais, a Diversidade Cultural;  Lutar Contra o Racismo e Discriminação	Número de participantes  Feedback dos participantes	Promoção de ações que alertem a consciência social para o respeito pelos Direitos Humanos, e que lute contra o Racismo e a Discriminação
<b>RECONHECIMENTO E PREVENÇÃO DE PRÁTICAS TRADICIONAIS NEFASTAS</b>	-	-	-
<b>RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b>	Criação de uma rede de cooperação internacional que promova o desenvolvimento social e humano da região.	Número de parcerias;  Número de participantes;  Feedback dos participantes.	Consolidar parcerias internacionais com o objetivo de promover o desenvolvimento social e humano da região.
<b>RELIGIÃO</b>	Estratégia de Aproximação Humana através da Espiritualidade.	Número de participantes  Feedback dos participantes	Promoção de Ações Ecuménicas de Aproximação Humana através da Espiritualidade.
<b>IGUALDADE DE GÉNERO</b>	Sensibilização da População para a Igualdade de Género;  Luta Contra a Discriminação de Género – em particular com mulheres migrantes.	Número de participantes  Feedback dos participantes	Incentivo e dinamização de ações de Sensibilização da população para a igualdade de género.

## 4.2 Plano Operacional

Quadro 58 – Plano Operacional

ÁREA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEIS	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
<b>SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO</b>	Aumentar a Abrangência dos Serviços de Acolhimento e Integração do Município e consolidar a resposta dada pelos mesmos.	Aumentar a resposta CLAIM no concelho de forma a abranger um número maior de NPT	1. Diversificar a resposta do CLAIM na integração e acolhimento dos migrantes	1	Promover pelo menos 20 atendimentos por ano	Nº de atendimentos	CMFCR Juntas de Freguesia
		Aumentar a comunicação entre parceiros e a divulgação de informação juntos de NPTs	2. Criação da <i>Plataforma para a Interculturalidade</i>	1	Promover reuniões semestrais da Plataforma	Nº de Reuniões Nº de participantes	IPG; AE de FCR Transumância e Natureza; APEE de FCR; Ecos da Marofa; NERGA IEFP Pinhel ACG  Fundação D. Ana Paula Águas Vaz de Mascarenhas; ISS; IPSS; Juntas de Freguesia;

						Centro de Saúde; GNR; CPCJ .
		3. Criação de um Kit boas vindas para os migrantes NPT	2	Distribuir pelo menos 100 exemplares	Nº de exemplares produzidos e distribuídos	CMFCR IPG AE FCR Centro de Saúde Transumância e Natureza;
		4. Criação de uma Newsletter para divulgação de informações úteis aos NPTs	1	Divulgação de informação mensal aos NPTs – podendo aumentar a periodicidade conforme a evolução do projeto	Nº de releases Nº de indivíduos alcançados	Plataforma para Interculturalidade
		5. Criação de uma Linha de Apoio Telefónico 24h	1	Divulgação do contato telefónico nos documentos produzidos	Nº de atendimentos telefónicos	CMFCR Plataforma para Interculturalidade
		6. Criação de hiperligação no site da CMFCR e IPG com informação sobre o projeto	1	Criação das hiperligações	Existência de Conteúdos	Plataforma para a Interculturalidade
		7. Criação de uma Ponte com os Serviços de	2	Promoção de Ações Anuais	Nº de Ações Nº de participantes	Plataforma para a Interculturalidade

			Mediação Intercultural do IPG				
<b>URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	Melhorar a rede de Transportes Públicos do Concelho;	Incentivo à criação de redes alternativas de mobilidade para os munícipes;	8. Criação de uma Plataforma de Boleias	1	Promoção de, pelo menos, 30 boleias anuais	Criação da plataforma Nº de inscritos	CMFCR IPG ...
	Melhorar a divulgação de informação e esclarecimentos relativos a processos de arrendamento, compra, construção, exploração e regularização de terrenos de habitação e agrícolas.	Reforçar a comunicação dos serviços de informação e esclarecimentos relativamente ao Urbanismo e Habitação	9. Criação de uma Brochura para divulgação dos Serviços	2	Distribuição de, pelo menos, 100 exemplares.	Nº de exemplares produzidos e distribuídos	CMFCR IPG ...
<b>MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO</b>	Aumentar a Abrangência dos Serviços de Mercado de Trabalho e Empreendedorismo;	Reforçar a comunicação dos serviços de Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	10. Criação de uma Brochura para divulgação dos Serviços	2	Distribuição de, pelo menos, 100 exemplares.	Nº de exemplares produzidos e distribuídos	CMFCR IPG
	Fomentar a confiança na progressão laboral no concelho;	Promoção de Atividades que motivem os NPTs a nível pessoal e profissional e auxiliem na divulgação das	11. Realização de Sessões de Procura Ativa de Emprego	2	Realizar, pelo menos, 2 sessões anuais	Nº de sessões Nº de participantes	CMFCR IEFP Pinhel NERGA ACG IPG AEE de FCR APEE de FCR

		oportunidades profissionais do concelho	12. Promoção de Encontros de Coaching e Empreendedorismo	2	Realizar, pelo menos, 2 sessões	Nº de sessões Nº de participantes	CMFCR IEFP Pinhel NERGA ACG IPG
<b>EDUCAÇÃO E LÍNGUA</b>	Aumentar os níveis de conhecimento da Língua Portuguesa junto da população estrangeira	Promoção de iniciativas de aprendizagem da Língua Portuguesa	13. Promoção de um Curso de Língua Portuguesa	1	Realização de, pelo menos, um curso e aproveitamento de, pelo menos, 50% dos inscritos	Nº de cursos Nº de inscritos Nº de alunos com aproveitamento	CMFCR IPG IEFP Plataforma para a Interculturalidade
	Promoção da Aquisição de Níveis Superiores de Habilitações Literárias, junto da população estrangeira;	Divulgação das possibilidades educativas existentes no concelho para crianças e adultos	14. Criação de uma Brochura para divulgação dos Serviços	2	Distribuição de, pelo menos, 100 exemplares.	Nº de exemplares produzidos e distribuídos	CMFCR IPG Plataforma para a Interculturalidade
			15. Realização de Sessões de Divulgação da Oferta Educativa para Jovens e Adultos	2	Realizar, pelo menos, 2 sessões anuais	Nº de sessões Nº de participantes	CMFCR IPG AEE de FCR APEE de FCR IEFP Pinhel NERGA ACG IPG
	Sensibilização da comunidade escolar para a salvaguarda de uma Educação para os Direitos Humanos e Interculturalidade;	Promoção de Atividades de Educação para os Direitos Humanos e Interculturalidade	16. Promoção de ações de sensibilização para os Direitos Humanos na comunidade escolar	2	Realização de, pelo menos, 2 ações.	Nº de sessões Nº de participantes	CMFCR AEE de FCR APEE de FCR IPG
Fomentar a aprendizagem e	Incentivo à formação e	17. Promoção de Ações de Formação de Capacitação Profissional	1	Realização de, pelo menos, 2 ações.	Nº de sessões Nº de participantes	CMFCR IPG IEFP Pinhel	

<b>CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO</b>	formação em diferentes ofícios e atividades, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho local;	capacitação profissional da comunidade NPT residente no concelho e estudante no IPG, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho local;					NERGA ACG IPG AEE de FCR APEE de FCR
	Aumentar a motivação da população para o investimento em formação e capacitação profissional.	Divulgação das oportunidades de formação e capacitação profissional, bem como, das suas mais-valias	18. Realização de Sessões de Divulgação da Oferta Formativa Jovens e Adultos e Incentivo à Formação	2	Realizar, pelo menos, 2 sessões anuais	Nº de sessões Nº de participantes	CMFCR AEE de FCR APEE de FCR IEFP Pinhel NERGA ACG IPG
<b>CULTURA</b>	Celebrar a diversidade cultural do território, incentivando o envolvimento e a participação da comunidade migrante na vida cultural e artística do concelho.	Realização de eventos que promovam a partilha das diferentes tradições culturais e que fomentem o diálogo intercultural.	19. Realizar uma Mostra de Cinema do Mundo	2	Realização de, pelo menos, uma Mostra de Cinema do Mundo	Nº de Mostras Nº de participantes	Plataforma para a Interculturalidade
			20. Realização de uma Mostra de Gastronomia do Mundo	2	Realização de, pelo menos, uma Mostra de Gastronomia do Mundo	Nº de Mostras Nº de participantes	Plataforma para a Interculturalidade
			21. Assinalar o Dia Internacional para as Migrações anualmente.	2	Realizar, pelo menos, 2 eventos.	Nº de Mostras Nº de participantes	Plataforma para a Interculturalidade

			22. Realização de Workshops Artísticos	2	Realizar, pelo menos, 2 workshops	Nº de Mostas Nº de participantes	Plataforma para a Interculturalidade
<b>SAÚDE</b>	Sensibilização para a adoção de Hábitos de Vida Saudáveis.	Promoção de ações de sensibilização para a adoção de Hábitos de Vida Saudáveis.	23. Realização de Sessões de Sensibilização para Adoção de Hábitos de Vida Saudáveis e Esclarecimento de Questões ao Nível da Saúde.	1	Realizar, pelo menos, 2 sessões	Nº de sessões Nº de participantes	CMFCR CS FCR
<b>SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL</b>	Aumentar a Abrangência/Divulgação dos Serviços de Solidariedade e Resposta Social;	Reforçar a comunicação dos serviços de Solidariedade e Resposta Social	24. Criação de uma Brochura para divulgação dos Serviços	2	Distribuição de, pelo menos, 100 exemplares.	Nº de exemplares produzidos e distribuídos	CMFCR Plataforma para a Interculturalidade
<b>CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA</b>	Incentivar a cidadania ativa da população migrante e autóctone	Promoção de ações que incentivem os munícipes ao exercício de uma cidadania ativa.	25. Realização de Eventos de Reflexão Social - Assembleias do Povo	2	Realização de, pelo menos, 2 Assembleias do Povo	Nº de Assembleias realizadas Nº de participantes	CMFCR Plataforma para Interculturalidade
<b>MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA</b>	Sensibilização da população autóctone e migrante para as questões relacionadas com a Diversidade Cultural e a Interculturalidade.	Promoção de Ações de sensibilização da população autóctone e migrante para as questões relacionadas com a Diversidade Cultural e a Interculturalidade, em parceria com os meios de	26. Publicação de Notícias/Rúbricas/Artigos de Opinião nos jornais Locais	1	Produção de, pelo menos, 2 publicações	Nº de publicações	CMFCR Ecos da Marofa Plataforma para Interculturalidade Rádio Elmo
			27. Realização de Programas nas Rádios Locais	1	Realização de, pelo menos, 2 programas de Rádio	Nº de programas	CMFCR Plataforma para Interculturalidade

		comunicação locais e regionais.					
<b>RACISMO E DISCRIMINAÇÃO</b>	Lutar Contra o Racismo e Discriminação	Promoção de ações que alertem a consciência social para o respeito pelos Direitos Humanos, e que lute contra o Racismo e a Discriminação	28. Assinalar o Dia Contra a Discriminação Racial	2	Realização de, pelo menos, uma ação	Nº de ações Nº de participantes	CMFCR Plataforma para Interculturalidade
<b>RECONHECIMENTO E PREVENÇÃO DE PRÁTICAS TRADICIONAIS NEFASTAS</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b>	Criação de uma rede de cooperação internacional que promova o desenvolvimento social e humano da região.	Consolidar parcerias internacionais com o objetivo de promover o desenvolvimento social e humano da região	29. Realização de um Encontro de parceiros internacionais	2	Realização de um Encontro	Nº de encontros Nº de participantes	CMFCR IPG Plataforma para Interculturalidade
<b>RELIGIÃO</b>	Estratégia de Aproximação Humana através da Espiritualidade.	Promoção de Ações Ecuménicas de Aproximação Humana através da Espiritualidade.	30. Realização de um Evento Ecuménico	2	Realização de, pelo menos, um evento ecuménico	Nº de eventos Nº de participantes	CMFCR Plataforma para Interculturalidade Líderes Religiosos

<p><b>IGUALDADE DE GÉNERO</b></p>	<p>Sensibilização da População para a Igualdade de Género e Luta Contra a Discriminação de Género – em particular com mulheres migrantes.</p>	<p>Incentivo e dinamização de ações de Sensibilização da população para a igualdade de género.</p>	<p>31. Assinalar o Dia da Mulher – 8 de Março</p>	<p>2</p>	<p>Assinalar, pelo menos uma vez, o Dia Internacional da Mulher</p>	<p>Nº de Ações Nº de participantes</p>	<p>CMFCR Plataforma para Interculturalidade</p>
-----------------------------------	---	--	---	----------	---	--	---

## 5. PLATAFORMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

O Figueira Acolhe – Plano Municipal de integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo é um projeto promovido pela Câmara Municipal, com o apoio dos parceiros e entidades da região. No sentido de agilizar esta colaboração entre o Município e os parceiros será construída uma plataforma de monitorização e avaliação do projeto que receberá a designação de Plataforma para Interculturalidade.

A **Plataforma para a Interculturalidade** corresponde a um mecanismo de acompanhamento do Plano e futura avaliação das medidas que visa contribuir para garantir a sustentabilidade das políticas públicas em matéria de acolhimento e integração.

Esta plataforma é constituída por várias instituições locais e por alguns elementos chave da comunidade de imigrantes do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

Sendo o Figueira Acolhe um projeto inclusivo que parte de uma abordagem *bottom-up*, tornou-se necessário solicitar a participação nesta Plataforma das instituições locais que estão mais perto das movimentações demográficas. Assim, fazem parte da *Plataforma para a Interculturalidade* todos os parceiros, as entidades pertencentes à Rede Social de Figueira de Castelo Rodrigo e, ainda, outras instituições locais de relevância para os objetivos do projeto. A saber:

- IPG – Instituto Politécnico da Guarda;
- Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Associação Transumância e Natureza;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo;
- Jornal Ecos da Marofa;
- NERGA - Núcleo Empresarial Da Região Da Guarda – Associação Empresarial;
- Centro de Emprego de Pinhel;
- Associação do Comércio e Serviços do Distrito da Guarda;
- Fundação D. Ana Paula Águas Vaz de Mascarenhas;
- Instituto da Segurança Social – Centro Distrital da Guarda;
- Representante IPSS;
- Representante Juntas de Freguesia;
- Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo;
- Guarda Nacional Republicana de Figueira de Castelo Rodrigo;

- CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Figueira de Castelo Rodrigo.

O objetivo desta plataforma é o de monitorizar a evolução do Plano e são-lhe, adicionalmente, atribuídas as seguintes competências propostas pelo ACM (2019):

- Participar na conceção, aprovar, monitorizar e avaliar o plano local de integração;
- Fazer propostas de alteração ao plano;
- Potenciar os benefícios das dinâmicas migratórias para o desenvolvimento local da região;
- Discutir temas ligados à temática das migrações no local, em termos de integração;
- Garantir a participação dos migrantes nas políticas locais a respeito das migrações e da promoção da diversidade, nas diferentes vertentes;
- Promover a articulação entre parceiros locais, incluindo administração (central e local) instituições e empresas;
- Potenciar iniciativas facilitadoras da boa execução do Plano, nomeadamente através da mobilização das pessoas singulares e coletivas que sejam fundamentais para a sua concretização;
- Contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno migratório a nível local;
- Assegurar uma melhor correspondência entre necessidades e oferta migratória;
- Contribuir para a divulgação do plano, e da respetiva implementação, a nível local, seja, junto da opinião pública, seja dos profissionais das diferentes organizações públicas e privadas que, de forma direta ou indireta, tenham atribuições na integração de migrantes e na promoção da diversidade.

A *Plataforma para a Interculturalidade* será composta por parceiros e representantes da comunidade migrante local que possuirão as competências supra enumeradas.

Não obstante a importância basilar desta plataforma alargada, considera-se útil a criação de um consórcio executivo com uma dimensão mais reduzida que agilize, de forma fluida reuniões de trabalho e discussões técnicas do Plano.

Assim sendo, o Consórcio Executivo do Figueira Acolhe será constituído por cinco elementos: IPG – Instituto Politécnico da Guarda, Fundação D. Ana Paula Águas Vaz de Mascarenhas, Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo, Centro de Emprego de Pinhel, NERGA - Núcleo Empresarial Da Região Da Guarda – Associação Empresarial. Este consórcio Executivo realizará reuniões trimestrais, enquanto a Plataforma para a Interculturalidade procederá à realização de reuniões semestrais.

Paralelamente, para efeitos de monitorização e acompanhamento será elaborado semestralmente um relatório das atividades realizadas, das dificuldades sentidas, expectativas, bem como um balanço das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças sentidas até à data. O objetivo principal deste relatório semestral é o de possibilitar uma reflexão conjunta do trabalho desenvolvido e, se necessário, conduzir a uma revisão das estratégias adotadas. Este relatório deverá ser analisado nas reuniões semestrais da Plataforma Alargada e dar origem a um memorando de diretrizes e orientações técnicas.

Na reta final do Plano prevista para abril de 2022 será, ainda, elaborado um relatório final com todas as estratégias, objetivos, atividades e indicadores que fizeram parte do plano acompanhado de uma auto e, se possível, hetero avaliação.

## 6. MODELO DE GOVERNAÇÃO – SOMOS FIGUEIRA

O Figueira Acolhe assume-se como um projeto abrangente e inclusivo que pretende chegar a todos os residentes do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Para este efeito e para garantir a eficácia do modelo de governação e do Figueira Acolhe, este funcionará em estreita articulação com a rede social, marcando presença nas reuniões abertas deste organismo e colaborando com o mesmo.

Paralelamente, o Plano Municipal de Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo – Figueira Acolhe – assume-se como um pilar de apoio ao Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo 2019, o qual, se afirma como um instrumento de orientação das respostas às necessidades coletivas e individuais para população e salvaguardando todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social. Ora, o Figueira Acolhe poderá ser um dos tentáculos do Plano de Desenvolvimento Social, sobretudo no âmbito do eixo estratégico 1 – Apoio a Grupos em Situação de Fragilidade Social (crianças, jovens e minorias étnicas). Sendo os objetivos gerais deste eixo estratégico: “*melhorar as condições de vida da população; promover a inclusão social ativa*” (PDSCFCR 2019, 22), acredita-se que o Figueira Acolhe poderá ser uma resposta válida e inovadora para o desenvolvimento desta área. Em particular, existem alguns objetivos específicos aos quais o Figueira Acolhe pode apresentar soluções, tais como:

- *Favorecer a inclusão social de grupos específicos, nomeadamente, pessoas com deficiência ou incapacidades, imigrantes e minorias étnicas e situações de isolamento social;*
- *Apoiar a conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar;*
- *Melhorar as competências parentais, sociais e relacionais;*
- *Desenvolver atividades no âmbito da intervenção familiar no que se refere ao acompanhamento escolar e à participação da comunidade nas escolas;*
- *Informar e orientar o imigrante.*

(PDSCFCR 2019, 23)

Paralelamente, o Plano Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo – *Figueira Acolhe* será validado em sede de CLAS e aprovado em reunião de Câmara e, ainda, em Assembleia Municipal.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ACIDI (2007). Plano para a Integração de Imigrantes, Resolução do Conselho de Ministros n.63-A/2007, Lisboa: ACIDI (2010), II Plano para a Integração de Imigrantes, Resolução do Conselho de Ministros n.74/2010. Lisboa.

ACM. Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020) - disponível em: <https://www.igac.gov.pt/documents/.../375ddb56-6760-44d4-8b8e-1efb22578d45>

ACM, I.P. – Gabinete de Apoio às Políticas Locais (coordenação), Logframe, Consultoria e Formação, Lda. Guia para a conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes, promotor: Alto Comissariado para as Migrações, I.P. autores ACM, I.P., edição: propriedade e reprodução;

A População Estrangeira em Portugal 2011 – disponível em [https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=150133806](https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=150133806)

Caritas Europa (2019) COMMON HOME – Migration and Development in Europe and Beyond, Brussels, ISBN: 978-2-931068-00-7

CCDRC (2010) O Distrito da Guarda em Números, Guarda – disponível em: [http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_docman&view=download&id=1717&Itemid=739](http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&view=download&id=1717&Itemid=739)

Comissão Europeia (2014) Migração e Asilo – Compreender as Políticas da União Europeia – Construir uma Europa aberta e Segura, Luxemburgo, ISBN 978-92-79-42302-4

Conheça as principais religiões do mundo - disponível em: <http://vidasuave.com.br/artigos/item/184-conheca-as-principais-religoes-do-mundo.html>

Diagnóstico da População Imigrante no Concelho da Guarda – Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento Local (2011). Alto Comissariado Para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), ISBN 9789896850227

Diagnóstico Social de Figueira de Castelo Rodrigo 2019 – 2024 (2019) Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

Direção-Geral da Administração Interna – Administração Eleitoral de 2017 - disponível em: <https://www.dgai.mai.gov.pt/?area=103>

Freitas, Eduardo. As religiões no mundo - disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/as-religoes-no-mundo.htm>

IEFP (2018). Programa Português Para Todos - disponível em: <https://bdfaq.iefp.pt/index.php?action=show&cat=93>

Instituto Nacional de Estatísticas - Página online, disponível em:  
[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine\\_main&xpid=INE&xlang=pt#](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt#)

IOM (2019) World Migration Report 2020, Geneva, ISBN 978-92-9068-789-4

Malheiros, J. (2011). Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade. Lisboa. ACIDI, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Malheiros, J., Esteves, A., Rodrigues, F., Estevão, M., Mapril, J., & Afonso, C. (2013). Diagnóstico da População Imigrante em Vila Nova de Gaia- Desafios e Potencialidades. 3ª ed

Migrant Integration Policy Index (2015) - Página online, disponível em: <http://www.mipex.eu/>

Morgan, David L. (1996). Focus Groups, Revista Anual de Sociologia, Vol. 22, pp. 129-152, disponível em: [https://www.researchgate.net/...Morgan19/...Focus\\_Groups](https://www.researchgate.net/...Morgan19/...Focus_Groups)

Observatório das Migrações (2019) Relatório Estatístico Anual 2018

OECD, IOM, UNHCR, ILO (2019) 2019 International Migration and Displacement Trends and Policies Report to the G20

Pinto, José Madureira, Silva, Augusto Santos (1999). Metodologia das Ciências Sociais, Edições Afrontamento.

PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo - Página online, disponível em:  
<https://www.pordata.pt/Home>

SEF - Relatório de Imigração, Fronteiros e Asilo 2018. Lisboa: ASI- Associação de Solidariedade Internacional SEF (2018).

Silva, Isabel Soares; Veloso, Ana Luísa; KEATING, José Bernardo (2014). Focus Group: Considerações teóricas e metodológicas, Revista Lusófona de Educação, v. 26, n. 26, 175-190 - disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n26/n26a12.pdf>

UNHCR (2018) GLOBAL TRENDS – Forced Displacement in 2017, Geneva

# ANEXO I

# Figueira Acolhe - Inquérito por Questionário - Novos Locais

Este inquérito é realizado no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo - Figueira Acolhe - promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações e desenvolvido pela Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.

O preenchimento deste inquérito é anónimo e confidencial.

Este inquérito é destinado a residentes do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo com origem em Estados Terceiros.

O preenchimento do questionário deverá demorar cerca de 5 minutos.

Agradecemos a sua colaboração e esperamos contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas que fazem do nosso território um lugar de prosperidade e conforto.

**\*Obrigatório**

## 1. 1. Género \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

Masculino

Feminino

Outra:  \_\_\_\_\_

## 2. 2. Idade \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

15-19

20-29

30-39

40-49

50-59

60-69

>= 70

Outra:  \_\_\_\_\_

## 3. 3. Estado Civil \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Separado(a)
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)

## 4. 4. País de Origem \*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Albânia
- Andorra
- Angola
- Argélia
- Bangladesh
- Bolívia
- Brasil
- Cabo Verde
- China
- Costa Rica
- Costa do Marfim
- Egipto
- Guiné-Bissau
- Irão
- Moçambique
- Moldávia
- Nigéria
- Paquistão
- Polónia
- República Checa
- S. Tomé e Príncipe
- Sérvia
- Síria
- Suíça
- Timor-Leste
- Turquia
- Ucrânia
- Uruguai
- Venezuela

Outra:  \_\_\_\_\_

## 5. 5. Há quanto tempo reside em Portugal? \*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Menos de 1 ano
- 1-2 anos
- 2-3 anos
- 3-4 anos
- 4-5 anos
- 6-8 anos
- 9-11 anos
- 12-15 anos
- Mais de 16 anos

## 6. 6. Que motivos o levaram a sair do seu país de origem? \*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Procura de melhores condições económicas/profissionais
- Saí para melhorar os meus estudos/experiência académica
- No meu país de origem sofria algum tipo de perseguição (política, religiosa, étnica, etc)
- No meu país de origem não me sentia seguro(a)
- Saí à procura de uma mudança estrutural no meu estilo de vida
- Saí à procura de uma experiência internacional

Outra:  \_\_\_\_\_

## 7. 7. Que motivos o levaram a escolher Figueira de Castelo Rodrigo (Portugal) para residir? \*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Queria morar num país da União Europeia
- Tinha familiares/amigos a residir aqui
- O clima
- O baixo custo de vida
- A segurança
- A estabilidade política
- As pessoas são amigáveis
- Não há muito racismo/xenofobia

Outra:  \_\_\_\_\_

8. 8. Conhece algum serviço de atendimento especializado ao imigrante no território concelhio (público ou da sociedade civil)? Se sim, indique a designação.

\*

---

9. 9. Alguma vez lhe foi oferecido um kit de acolhimento ou materiais específicos com informações úteis para os imigrantes? (ex.: folhetos, guias, ...) \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

10. 10. No território concelhio, conhece alguma resposta/serviço de mediação intercultural ou similar? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

11. 11. Quando tem alguma dúvida em relação a coisas do quotidiano (serviços, hospitais) a quem recorre? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Familiares

Amigos

Vizinhos

Técnicos da Câmara Municipal/Junta de Freguesia

Ao serviço de mediação intercultural que referi na questão 10.

Outra: \_\_\_\_\_

12. 12. Há alguma zona ou zonas (e.g. bairros, ruas) no território concelhio onde se verifica, em termos habitacionais, uma maior concentração de imigrantes e seus descendentes? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei

13. 13. Conhece alguma iniciativa que promova a interação de moradores de diferentes zonas/bairros do território concelhio e de diferentes origens culturais? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei

14. 13. 1 Se respondeu sim, como se chama essa iniciativa?

---

---

---

---

---

15. 14. E dentro da mesma zona/bairro há iniciativas para promover a interação entre residentes de origens culturais diferentes? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei

16. 14. 1 Se respondeu sim, como se chama essa iniciativa?

---

---

---

---

---

17. 15. Quais os espaços públicos que prefere para passear?

---

---

---

---

---

18. 16. Conhece algum serviço que encaminhe ou informe os imigrantes na vertente da habitação?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

19. 16.1 Se respondeu sim, indique o nome do serviço.

---

---

---

---

---

20. 17. Conhece algum serviço específico que preste apoio no âmbito do mercado de trabalho? (e.g. procura de emprego, empreendedorismo, etc)

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

21. 17.1 Se respondeu sim, indique o nome do serviço.

\_\_\_\_\_

22. 18. Alguma vez participou numa ação ou recebeu informação sobre um dos seguintes temas?

*Marcar apenas uma oval por linha.*

	Sim	Não
Direitos dos imigrantes no acesso à formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Direito do trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Higiene e segurança no trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Interculturalidade e não discriminação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sindicalização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outras.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

23. 18.1 Se respondeu outras, especifique.

\_\_\_\_\_

24. 19. Quais as principais dificuldades que sentiu no acesso aos serviços públicos locais de emprego, de formação ou capacitação (e.g. centro de emprego e centros de formação)?

---

---

---

---

---

25. 20. Tem conhecimento de respostas do território concelhio na vertente da formação ou capacitação adequadas a imigrantes?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

26. 20.1 Se respondeu sim, indique o nome do serviço.

---

27. 21. No presente, está a trabalhar?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

28. 21.1 Se respondeu não, indique porquê e quais as principais dificuldades que encontra no acesso ao mercado de trabalho.

---

---

---

---

---

29. 21.2 Se respondeu sim, qual a sua profissão?

---

30. 21.3 Se respondeu sim, considera que o trabalho que tem é digno? (e.g. tem um contrato de trabalho, está de acordo com as suas qualificações, etc)

*Marcar tudo o que for aplicável.*

Sim, tenho um contrato de trabalho, está de acordo com as minhas qualificações e estou satisfeito.

Sim, tenho um contrato de trabalho mas as minhas qualificações são superiores a este tipo de trabalho.

Mais ou menos, tenho um contrato de trabalho mas trabalho sempre horas extra que não são contabilizadas.

Nem por isso, não tenho contrato de trabalho mas recebo acima do ordenado mínimo nacional

Nem por isso, não tenho contrato de trabalho e recebo o ordenado mínimo nacional

Não, não tenho trabalho fixo com contrato de trabalho e só vou trabalhando consoante me chamam.

Outra:  \_\_\_\_\_

31. 22. Acredita que é possível a progressão laboral no Município de Figueira de Castelo Rodrigo? Justifique.

---

---

---

---

---

32. 23. Acredita que as escolas em Figueira de Castelo Rodrigo respeitam e/ou promovem a diversidade cultural?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

Não sei

33. 24. Como acha que as escolas em Figueira de Castelo Rodrigo promovem a diversidade cultural?

*Marcar tudo o que for aplicável.*

	Sim	Não	Não sei
Tenho conhecimento de iniciativas em sala de aula no contexto das várias unidades curriculares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Através de iniciativas culturais (e.g. mostras gastronómicas, música, teatro, dança...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Através de iniciativas desportivas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Através de parcerias com outros projetos locais que promovem a interculturalidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

34. 25. Acredita que o agrupamento de escolas promove a integração de alunos de diferentes culturas no que diz respeito a? \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

	Sim	Não	Não sei
As cantinas possibilitam a escolha de alimentos em função da diversidade cultural e religiosa dos seus alunos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É promovido o acolhimento de novos alunos (nomeadamente de outras origens culturais) de forma estruturada (e.g. visitas guiadas à escola, kit de boas vindas, tutores, professores disponíveis para acolherem novos alunos e famílias)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O pessoal afeto aos serviços das escolas encontra soluções para comunicar com os alunos (e suas famílias) que não dominam a língua portuguesa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A gestão do calendário letivo e das atividades letivas atende à diversidade dos alunos (e.g. ramadão, natal ortodoxo, ano novo chinês)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

35. 26. Alguma vez frequentou um curso de Português como Língua Não Materna? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

36. 27. Se respondeu sim, classifique o curso que frequentou. \*

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Insuficiente	<input type="radio"/>	Excelente				

37. 28. Acredita que no território concelhio a programação cultural e os eventos promovidos espelham a diversidade cultural dos seus residentes? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei

38. 29. Os eventos culturais (ou artísticos) que têm em vista a sensibilização para a diversidade cultural, e a promoção do diálogo intercultural, ocorrem normalmente em que espaços? \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Bibliotecas públicas
- Museus
- Parques infantis
- Praças e outros espaços públicos de rua
- Zonas ou centros de comércio
- Outro.

39. 30. Gostaria de fazer alguma sugestão, do ponto de vista da agenda cultural?

---

---

---

---

---

40. 31. Teve alguma dificuldade de acesso aos serviços de saúde?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

41. 31.1 Se respondeu sim, por favor, nomeie as dificuldades que sentiu.

---



---



---



---



---

42. 32. Acredita que os serviços de saúde do território concelhio integram nas suas práticas os princípios da assistência religiosa, espiritual ou cultural, em função da diversidade presente no território? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

43. 33. Alguma vez teve dificuldades em comunicar nos serviços de saúde? Como as resolveu?

*Marcar tudo o que for aplicável.*

	Sim	Não
Através de intérprete presencial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de tradução telefónica disponíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Com a ajuda de familiares ou amigos que acompanhem os doentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recurso a associações de imigrantes ou outras organizações da sociedade civil locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uso de outra língua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Repetição, gestos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nunca tive dificuldade de comunicação nos serviços de saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

44. 34. Conhece as entidades que trabalham no âmbito da Intervenção Social? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

45. 34.1 Se respondeu sim, nomeie 3 entidades.

---

---

---

---

---

46. 35. Acredita que existem situações de carência económica entre os imigrantes residentes em Figueira de Castelo Rodrigo?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

Não sei

47. 35.1 Se respondeu sim, acredita que são situações pontuais ou acredita que existe um grupo minoritário (ou vários) de imigrantes particularmente vulnerável à pobreza?

*Marcar apenas uma oval.*

Penso que são situações pontuais que não se podem generalizar

Penso que alguns imigrantes, em determinadas posições, originários de determinados países e com certo tipo de trabalho são particularmente vulneráveis à pobreza

Não sei

Outra: \_\_\_\_\_

48. 35.2 Se acredita que existe um grupo (ou mais) de imigrantes particularmente vulnerável a situações de pobreza, especifique.

---

---

---

---

---

49. 36. Que motivos acredita estarem por detrás dessas situações de carência económica?

---

---

---

---

---

50. 37. Está recenseado? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

51. 38. Costuma votar nas eleições? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sempre

Quase sempre

Às vezes

Nunca voto

52. 39. Conhece alguma associação de imigrantes no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

53. 39.1 Se respondeu não, acredita que a criação de uma associação de imigrantes seria positivo? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

Não sei

54. 40. Pertence ou costuma colaborar com alguma associação? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

55. 40.1 Se respondeu sim, nomeie a associação.

---

56. 42. Acredita que no território concelhio há programas de comunicação para os assuntos da diversidade cultural e da imigração nos meios de comunicação social (e.g. colunas especiais nos jornais locais; programas de TV e rádio nos meios de comunicação locais)? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei

57. 42.1 Se respondeu sim, nomeie os meios de comunicação a que se refere. \*

---

58. 43. Tem alguma ideia/sugestão para os meios de comunicação capaz de potenciar a capacidade de sensibilização da opinião pública no que diz respeito à diversidade cultural? \*

---

---

---

---

---

59. 44. Alguma vez foi vítima de racismo/preconceito/xenofobia? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

60. 44.1 Se respondeu sim, descreva a situação ou dê alguns exemplos. \*

---

---

---

---

---

61. 45. Acredita que existe racismo/discriminação no seio população do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei

62. 46. Quantifique o nível de racismo da população maioritária do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. \*

*Marcar apenas uma oval.*

1      2      3      4      5

---

Não acredito que exista racismo      Existe muito racismo

---

63. 47. Conhece alguma instituição/entidade à qual se possa dirigir para denunciar situações de racismo? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

64. 47.1 Se respondeu sim, indique o nome da instituição. \*

---

65. 48. Existe alguma tradição ou prática cultural que não possa realizar em Portugal por uma questão legal e/ou de constrangimento social? (e.g. circuncisão masculina e feminina, utilização de certos adereços ou peças de vestuário, etc) \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

66. 48.1 Se respondeu sim, descreva a prática tradicional a que se refere e quais os constrangimentos. \*

---

---

---

---

---

67. 49. Mantem contato com pessoas do seu país de origem? (e.g. familiares, amigos, colegas) \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

68. 49.1 Se respondeu sim, como comunica?

*Marcar tudo o que for aplicável.*

Telefone

Whatsapp, Messenger, Facebook (outras redes sociais)

Projetos Internacionais

Outra:  \_\_\_\_\_

69. 50. Conhece projetos ou políticas para promover as relações com os países de origem das suas comunidades imigrantes residentes? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

70. 50.1 Se respondeu sim, que tipo de projeto/política? \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

Económica

Educação/ Área científica/Formação

Culturais

Outra:  \_\_\_\_\_

71. 52. Qual a sua religião? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Católico(a)

Cristão(ã) Protestante

Cristão(ã) Ortodoxo

Adventista do Sétimo Dia

Testemunho(a) de Jeová

Evangélico(a)

Muçulmano(a)

Judeu/Judia

Hindu

Oculto

Ateu

Agnóstico(a)

Outra: \_\_\_\_\_

72. 53. Acredita que no território concelhio há espaços de culto que refletem a diversidade religiosa presente no município? \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Sim  
 Não  
 Não sei

73. 53.1 Se respondeu não, que tipo de espaços pensa que fazem falta no concelho? \*

---

---

---

---

---

74. 54. Acredita que faria sentido a criação de espaços inter-religiosos em Figueira de Castelo Rodrigo? \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Sim, penso que seria uma excelente opção  
 Sim, embora pense que não teria muita adesão  
 Não me parece que seja algo muito importante  
 Não, não faz sentido na realidade local

75. 55. Já participou em alguma iniciativa com o intuito de fomentar o diálogo inter-religioso no território concelhio? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não

76. 55.1 Se respondeu sim, indique o nome da iniciativa em que participou/local em que se realizou. \*

---

77. 56. Na sua opinião existem situações de desigualdade de género no concelho? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei

78. 57. Acredita que as mulheres imigrantes são expostas às desigualdades de género da mesma forma que as portuguesas? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei

79. 58. Na sua opinião, estas situações: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Têm aumentado
- Têm-se mantido constantes
- Têm diminuído

## 80. 59. Posicione-se de acordo com as seguintes afirmações: \*

Marcar tudo o que for aplicável.

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo plenamente
As desigualdades de género no acesso ao emprego têm diminuído.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A representação dos dois géneros nas profissões encontra-se equilibrada.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As situações de violência de género no concelho diminuíram.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As mulheres imigrantes são tratadas com o mesmo respeito e dignidade que os homens no mercado de trabalho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As mulheres imigrantes são tratadas com o mesmo respeito e dignidade que os homens nos espaços públicos e de lazer.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As mulheres imigrantes são tratadas com o mesmo respeito e dignidade que os homens nos serviços.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## 81. 60. Indique as três principais vantagens em morar no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. \*

---



---



---



---



---

82. 61. Indique as três principais desvantagens em morar no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. \*

---

---

---

---

---

83. 62. Gostaria de deixar alguma sugestão/ideia que possa melhorar o acolhimento e integração de Novos Locais? \*

---

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

# ANEXO II



FUNDO  
ASILO, MIGRAÇÃO  
E INTEGRAÇÃO



UNIÃO EUROPEIA



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



SGMAI  
SECRETARIA  
GERAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ACM  
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES E REFUGIADOS

I. Serviços de Acolhimento e Integração  
VIII. Solidariedade e Resposta Social  
IX. Cidadania e Participação Cívica  
XI. Racismo e Discriminação  
XII. Reconhecimento e Prevenção de  
Práticas Tradicionais Nefastas  
XIV. Religião  
XV. Igualdade de Género



## ENTREVISTA POR QUESTIONÁRIO

---

**Esta entrevista por questionário é realizada no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações e desenvolvido pela Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.**

**Esta entrevista por questionário é destinada a técnicos dirigentes/representantes institucionais da Autarquia.**

**O preenchimento da entrevista por questionário deverá demorar cerca de 40 minutos.**

**Agradecemos a sua colaboração e esperamos contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os nossos munícipes.**



## I. SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

1. Há algum serviço de atendimento especializado ao imigrante no território concelhio (público ou da sociedade civil)? Se sim, quais as suas valências e formas de funcionamento?
2. O território concelhio dispõe de um kit de acolhimento ou materiais específicos com informações úteis para os imigrantes? (ex.: folhetos, guias, ...). Se sim, que tipo de informação é disponibilizada?
3. No território concelhio há uma resposta/serviço de mediação intercultural ou similar?

	Não	Sim	Nome do serviço de mediação	Entidades que o dinamizam	Desde quando existe?
Há um serviço geral de mediação da autarquia, que também responde às questões interculturais					
Há um serviço geral de mediação promovido pela sociedade civil, que também responde às questões interculturais					
Há um serviço específico da iniciativa da autarquia para a mediação em questões interculturais					
Há um serviço específico da iniciativa da sociedade civil para a mediação em questões interculturais					
Outros (especifique)					

4. Se sim, em que serviços públicos é disponibilizada a mediação intercultural?

	Sim	Não
Hospitais e unidades de saúde		
Escolas		
Juntas de Freguesia e Câmara Municipal		

- I. Serviços de Acolhimento e Integração
- VIII. Solidariedade e Resposta Social
- IX. Cidadania e Participação Cívica
- XI. Racismo e Discriminação
- XII. Reconhecimento e Prevenção de Práticas Tradicionais Nefastas
- XIV. Religião
- XV. Igualdade de Género



Bairros / territórios		
Autoridades de Segurança		
Outros serviços públicos. Especifique		

4.1 Por favor, nomeie alguns exemplos.

---



---



---



---

5. A resposta/serviço de mediação intercultural concretiza-se a que níveis?

	Sim	Não
Apoio a técnicos		
Apoio a utentes		
Apoio a serviços de forma geral		
Outro. _____		



## VIII. SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

1. No território concelhio, todas as entidades que trabalham no âmbito da Intervenção Social abrangem a população imigrante aí residente? Se sim, dê alguns exemplos de entidades e dos apoios prestados pelas mesmas.
2. Para além dos serviços destinados à generalidade da população, há serviços específicos de apoio social à população imigrante? Se sim, quais? E que instituições os promovem?
3. Qual a perceção institucional quanto à existência de situações de carência económica de imigrantes no território concelhio? Desenvolva e caracterize, se possível.
4. No território concelhio há algum serviço/programa que possibilite o apoio ao retorno dos estrangeiros em situação de carência económica ao seu país de origem? Se sim, que entidade(s) o(s) promove(m)?

## IX. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

1. A nível nacional funciona o Conselho para as Migrações (antes COCAI – Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração). No território concelhio há um órgão/estrutura semelhante? Se sim, quem o promove, quais as suas competências, a sua composição (elenque a representatividade dos seus participantes) e o seu modo de funcionamento.
2. No território concelhio há iniciativas de informação/sensibilização sobre a importância do recenseamento eleitoral dos imigrantes?
3. No território concelhio há iniciativas para incentivar a participação dos imigrantes na esfera política?
4. Há associações de imigrantes ou de apoio a imigrantes no território concelhio? Se sim, quais as principais áreas de atuação ou tipo de atividades desenvolvidas por essas associações?
5. A autarquia disponibiliza recursos ou apoios a associações e outras entidades da sociedade civil que trabalhem para os imigrantes no território concelhio?

## XI. RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

1. No território concelhio há iniciativas ou serviços destinados a combater comportamentos racistas, xenófobos ou discriminatórios? Se sim, por favor dê detalhes acerca desses serviços ou iniciativas (e.g. tipo de ações, as instituições envolvidas, público a que se dirigem)
2. Já foram identificadas situações de racismo ou discriminação no território concelhio?
3. Há mecanismos no território concelhio que promovam a recolha e encaminhamento de queixas de racismo ou discriminação? Se sim, explicita como é feita essa recolha e encaminhamento de queixas de racismo ou discriminação.
4. No território concelhio há algum serviço de apoio a vítimas de discriminação/racismo (de iniciativa pública ou da sociedade civil)? Se sim, identifique o(s) serviço(s) e caracterize-o(s) sumariamente.
5. Conhece a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)?
6. A autarquia alguma vez articulou com a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) para o encaminhamento de queixas de racismo ou discriminação sinalizadas no território? Se sim, caracterize a articulação feita e as situações reportadas sucintamente? Qual o resultado dessa articulação?

- I. Serviços de Acolhimento e Integração
- VIII. Solidariedade e Resposta Social
- IX. Cidadania e Participação Cívica
- XI. Racismo e Discriminação
- XII. Reconhecimento e Prevenção de Práticas Tradicionais Nefastas
- XIV. Religião
- XV. Igualdade de Género



## **XII. RECONHECIMENTO E PREVENÇÃO DE PRÁTICAS TRADICIONAIS NEFASTAS**

1. Tem conhecimento da existência de práticas tradicionais nefastas no concelho? Se sim, quais, em que comunidade e como lidaram com a situação?
2. Existe algum serviço/projeto de sensibilização para a eliminação de práticas tradicionais nefastas? Se sim quais e como funcionam.



#### **XIV. RELIGIÃO**

1. No território concelhio há espaços de culto que reflitam a diversidade religiosa presente no município? Se sim, quais as religiões que dispõem de espaços de culto no município e quais as entidades promotoras?
2. No território concelhio há algum(s) espaço(s) inter-religioso?
3. No último ano houve iniciativas com o intuito de fomentar o diálogo inter-religioso no território concelhio?

### **XIII. IGUALDADE DE GÉNERO.**

1. Será possível traçar um perfil genérico das mulheres imigrantes em Figueira de Castelo Rodrigo? E dos homens?
2. Acredita que as mulheres imigrantes têm a mesma facilidade em encontrar trabalho que os homens?
3. Acredita que as mulheres imigrantes usufruem dos mesmos direitos cívicos e laborais que os homens?
4. Quais as principais dificuldades sentidas pelas mulheres imigrantes residentes em Figueira de Castelo Rodrigo?
5. Já foram identificadas algumas situações de discriminação com mulheres migrantes no concelho? Se sim, quais e como lidaram com a situação?

## ENTREVISTA POR QUESTIONÁRIO

---

**Esta entrevista por questionário é realizado no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações e desenvolvido pela Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.**

**Esta entrevista por questionário é destinado a técnicos dirigentes/representantes institucionais da Autarquia.**

**O preenchimento da entrevista deverá demorar cerca de 15 minutos.**

**Agradecemos a sua colaboração e esperamos contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os nossos munícipes.**

**X. Media e Sensibilização da Opinião Pública**

1. No território concelhio há media étnicos de iniciativa local de imigrantes OU para imigrantes? Se sim, que tipo de media, qual a respetiva periodicidade e público-alvo? Exemplifique, explicitando o enquadramento ao apoio dado:
2. A autarquia tem disponíveis apoios ou subsídios para os media étnicos existentes no território concelhio?
3. No território concelhio há programas de comunicação para os assuntos da diversidade cultural e da imigração nos meios de comunicação social (e.g. colunas especiais nos jornais locais; programas de TV e rádio nos meios de comunicação locais)?
4. A autarquia tem uma estratégia de comunicação para os assuntos da diversidade cultural e da imigração nos meios de comunicação social (e.g. colunas especiais nos jornais ou campanhas de TV e rádio; eventos públicos realizados em conjunto com os media)?
5. No território concelhio tiveram lugar iniciativas de sensibilização (promovidas pela autarquia ou pela sociedade civil) dirigidas a jornalistas dos media locais sobre a forma de veicular informação acerca da imigração ou diversidade cultural?

## ENTREVISTA POR QUESTIONÁRIO

---

**Esta entrevista por questionário é realizado no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações e desenvolvido pela Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.**

**Esta entrevista por questionário é destinado a técnicos dirigentes/representantes institucionais da Autarquia.**

**O preenchimento da entrevista deverá demorar cerca de 30 minutos.**

**Agradecemos a sua colaboração e esperamos contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os nossos munícipes.**

#### IV. EDUCAÇÃO E LÍNGUA

1. No território concelhio há iniciativas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa para imigrantes?
  - 1.1 Se sim, que tipo de iniciativas? (designação, entidade promotora, custo para formandos, se se enquadra no PPT)
2. Estas iniciativas respondem às necessidades de aprendizagem de língua portuguesa dos imigrantes residentes no território concelhio? Justifique.
3. No território concelhio são dinamizadas atividades em torno da aprendizagem da língua materna dos imigrantes residentes? Especifique.

## ENTREVISTA POR QUESTIONÁRIO

---

**Esta entrevista por questionário é realizada no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações e desenvolvido pela Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.**

**Esta entrevista por questionário é destinada a técnicos dirigentes/representantes institucionais da Autarquia.**

**O preenchimento da entrevista deverá demorar cerca de 15 minutos.**

**Agradecemos a sua colaboração e esperamos contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os nossos munícipes.**

### III. MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

1. No território concelhio há algum serviço específico de apoio imigrante no âmbito do mercado de trabalho? Se sim, quais e como funcionam?
2. Na vertente da integração dos imigrantes no mercado de trabalho, no território concelhio são promovidas ações e/ou materiais de divulgação e sensibilização, nomeadamente acerca dos seguintes temas: direitos dos imigrantes e acesso à formação; direito ao trabalho; higiene e segurança no trabalho; sindicalização ou outro?
3. Tem conhecimento de alguma(s) dificuldade(s) sentida(s) pelos imigrantes residentes no território concelhio no acesso aos serviços públicos locais de emprego, de formação ou capacitação (e.g. centro de emprego e centros de formação)?
4. Tem conhecimento de respostas do território concelhio na vertente da formação ou capacitação direcionadas a imigrantes?
5. No território concelhio há algum serviço que tenha entre os seus objetivos a promoção da diversidade e não-discriminação no mercado de trabalho?
6. A autarquia define regras quanto ao tipo de negócio (e respetiva imagem) que se pode implementar no centro histórico ou noutras áreas específicas da cidade? Se sim, quais?
7. Os empresários imigrantes tendem a concentrarem-se em zonas específicas do território concelhio ou em áreas de negócios específicas? Qual a justificação?
8. Sabe o número de negócios/empresas existentes no território concelhio que são dinamizados por imigrantes? Indique as principais atividades económicas desses negócios/empresas e quais as nacionalidades ou origens migratórias dos seus empresários?
9. No território concelhio há alguma política de atração específica para investidores estrangeiros, empresários imigrantes ou outro perfil de imigrantes ativos?

**V. Capacitação e Formação**

1. Os funcionários dos serviços que trabalham nesta área, tais como os que trabalham no GIP falam outras línguas para além de português? Quais?
2. No território concelhio há medidas/programas de incentivo ao empreendedorismo imigrante? Se sim, quais?

## ENTREVISTA POR QUESTIONÁRIO

---

**Esta entrevista por questionário é realizada no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações e desenvolvido pela Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.**

**Esta entrevista por questionário é destinada a técnicos dirigentes/representantes institucionais da Autarquia.**

**O preenchimento da entrevista deverá demorar cerca de 15 minutos.**

**Agradecemos a sua colaboração e esperamos contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os nossos munícipes.**

## II. URBANISMO E HABITAÇÃO

1. Há alguma zona ou zonas (e.g. bairros, ruas) no território concelhio onde se verifica, em termos habitacionais, uma maior concentração de imigrantes e seus descendentes? Se sim, quais?
2. Há iniciativas que promovem a interação de moradores de diferentes zonas/bairros do território concelhio e de diferentes origens culturais? E dentro do mesmo bairro?
3. Há uma política da autarquia para fomentar, em termos habitacionais, a diversidade cultural dos residentes das diferentes zonas/bairros do território concelhio? Se sim, quais?
4. Há espaços ou áreas (e.g. praças, ruas, centros religiosos, zonas comerciais) do território concelhio que parecem ser mais procuradas por determinados imigrantes ou nacionalidades? Se sim, quais?
5. No território concelhio há algum serviço que encaminhe ou informe os imigrantes na vertente da habitação?

	Sim	Não
Há um serviço específico para imigrantes		
Há um serviço destinado à generalidade da população		

5.1 Se respondeu sim, nomeie o nome desse serviço e forma de funcionamento.

## ENTREVISTA POR QUESTIONÁRIO

---

**Esta entrevista por questionário é realizada no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações e desenvolvido pela Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.**

**Esta entrevista por questionário é destinada a técnicos dirigentes/representantes institucionais da Autarquia.**

**O preenchimento da entrevista deverá demorar cerca de 15 minutos.**

**Agradecemos a sua colaboração e esperamos contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os nossos munícipes.**

## VI. CULTURA

1. No território concelhio a programação cultural e os eventos promovidos espelham a diversidade cultural dos seus residentes? Se sim, que tipo de eventos são promovidos, quem os promove e em que espaços.

1.1 A que públicos têm chegado esses eventos? (autóctones, comunidade imigrante)

2. A programação cultural promovida pela autarquia contempla produtores/artistas imigrantes residentes no município ou residentes em Portugal? Se sim, dê alguns exemplos.

3. A autarquia apoiou ou atribuiu financiamento a entidades da sociedade civil para a dinamização de atividades culturais com enfoque na diversidade cultural? Se sim, que tipo de apoios? (financeiros, cedência espaços/instalações, materiais/equipamentos, logístico, etc)

## ENTREVISTA POR QUESTIONÁRIO

---

**Esta entrevista por questionário é realizada no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações e desenvolvido pela Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.**

**Esta entrevista por questionário é destinada a técnicos dirigentes/representantes institucionais da Autarquia.**

**O preenchimento da entrevista deverá demorar cerca de 15 minutos.**

**Agradecemos a sua colaboração e esperamos contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os nossos munícipes.**

## XII. Relações Internacionais

1. O município tem uma política de cooperação internacional, nomeadamente baseada em acordos ou geminações de cidades que contemplem nos seus objetivos questões relacionadas com as migrações ou com a integração de imigrantes? Se sim, por favor detalhe os objetivos desses acordos ou geminações.
2. No território concelhio há projetos ou políticas para promover as relações com os países de origem das suas comunidades imigrantes residentes? Se sim, enquadre os projetos ou políticas.
3. O território concelhio tem uma política de atração de imigrantes? Se sim, que perfil de imigrantes se procura atrair?

## ENTREVISTA POR QUESTIONÁRIO

---

**Esta entrevista por questionário é realizada no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Figueira de Castelo Rodrigo promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações e desenvolvido pela Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.**

**Esta entrevista por questionário é destinada a técnicos dirigentes/representantes institucionais do Instituto Politécnico da Guarda.**

**O preenchimento da entrevista por questionário deverá demorar cerca de 40 minutos.**

**Agradecemos a sua colaboração e esperamos contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os nossos munícipes.**

1. Há algum serviço de atendimento especializado ao imigrante no IPG - público ou da sociedade civil)? Se sim, quais as suas valências e formas de funcionamento?
2. O IPG dispõe de um kit de acolhimento ou materiais específicos com informações úteis para os estudantes internacionais? (ex.: folhetos, guias, ...). Se sim, que tipo de informação é disponibilizada?
3. No território concelhio há uma resposta/serviço de mediação intercultural ou similar?
4. Se sim, em que serviços públicos é disponibilizada a mediação intercultural?

4.1 Por favor, nomeie alguns exemplos.

5. A resposta/serviço de mediação intercultural concretiza-se a que níveis?
6. O IPG disponibiliza alojamento residencial para os estudantes internacionais?
7. Há alguma zona ou zonas (e.g. bairros, ruas) na cidade onde se verifica, em termos habitacionais, uma maior concentração de estudantes internacionais?
8. No IPG há algum serviço que encaminhe ou informe os imigrantes na vertente da habitação?
9. No IPG a programação cultural e os eventos promovidos espelham a diversidade cultural dos seus estudantes?
10. A que públicos têm chegado esses eventos? (autóctones, comunidade imigrante)
11. No IPG, todas as entidades que trabalham no âmbito da Intervenção Social abrangem a população imigrante? Se sim, dê alguns exemplos de entidades e dos apoios prestados pelas mesmas.
12. Para além dos serviços destinados à generalidade dos alunos há serviços específicos de apoio social à população imigrante? Se sim, quais? E que instituições os promovem?
13. Qual a perceção institucional quanto à existência de situações de carência económica de estudantes no IPG? Desenvolva e caracterize, se possível.
14. No território concelhio há iniciativas de informação/sensibilização sobre a importância do recenseamento eleitoral dos estudantes internacionais?
15. No IPG há iniciativas para incentivar a participação dos imigrantes na esfera associativa?

- 16.** Há associações de imigrantes ou de apoio a imigrantes no IPG?
- 17.** Já foram identificadas situações de racismo ou discriminação no IPG?
- 18.** No IPG há algum serviço de apoio a vítimas de discriminação/racismo (de iniciativa pública ou da sociedade civil)?
- 19.** Tem conhecimento da existência de práticas tradicionais nefastas no IPG? Se sim, quais, em que comunidade e como lidaram com a situação?
- 20.** No IPG há espaços de culto que reflitam a diversidade religiosa?
- 21.** Alguma questão relacionada com a descriminação de género a salientar junto da população estudantil do IPG?